

A trajetória da democracia socialista: da fundação ao PT

Vitor Amorim de Angelo

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

ANGELO, V. A. *A trajetória da Democracia Socialista: da fundação ao PT* [online]. São Carlos: EdUFSCar, 2008. ISBN 978-85-7600-293-2. <https://doi.org/10.7476/9788576002932>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

A trajetória da democracia socialista



REITOR Oswaldo Baptista Duarte Filho
VICE-REITORA Maria Stella Coutinho de
Alcântara Gil
DIRETOR DA Oswaldo Mário Serra Truzzi
EDUFSCAR

EdUFSCar - Editora da Universidade Federal de São Carlos

CONSELHO José Eduardo dos Santos
EDITORIAL

José Renato Coury

Nivaldo Nale

Paulo Reali Nunes

Oswaldo Mário Serra Truzzi
(Presidente)

SECRETARIA Maria Cristina Priore
EXECUTIVA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Editora da Universidade Federal de São Carlos

Via Washington Luís, km 235
13565-905 - São Carlos, SP, Brasil

Telefax (16) 3351-8137

<http://www.editora.ufscar.br>

edufscar@ufscar.br

Vitor Amorim de Angelo

A trajetória da democracia socialista da fundação ao PT



São Carlos, 2008

© 2008, Vitor Amorim de Angelo

Projeto gráfico/Capa

Luís Gustavo Sousa Sguissardi

Preparação e revisão de texto

Ingrid Pereira de Souza Favoretto

Marina Venâncio Grandolpho

Editoração eletrônica

Luís Gustavo Sousa Sguissardi

Vítor Massola Gonzales Lopes

Apoio

Fapesp

Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da Biblioteca Comunitária da UFSCar

Angelo, Vitor Amorim de.

A584t

A trajetória da Democracia Socialista : da fundação ao PT [livro eletrônico] / Vitor Amorim de Angelo. -- São Carlos : EdUFSCar, 2008.

2394 Kb ; ePUB

ISBN – 978-85-7600-293-2

1. Democracia Socialista. 2. Partido dos Trabalhadores. 3. Trotskismo. 4. Movimento estudantil. I. Título.

CDD – 320.531 (20a)

CDU – 321.74

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônicos ou mecânicos, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema de banco de dados sem permissão escrita do titular do direito autoral. Para Michelly, companheira no amor e no estudo.

Table of Contents / Sumário / Tabla de Contenido

[Front Matter / Elementos Pré-textuais / Páginas Iniciais](#)

[Prefácio](#)

[Introdução](#)

[Capítulo 1 - Um ano agitado](#)

[Capítulo 2 - A fundação da democracia socialista](#)

[Capítulo 3 - Visão do Brasil](#)

[Capítulo 4 - Construir o partido revolucionário](#)

[Capítulo 5 - Democracia Socialista, tendência do PT](#)

[Conclusão](#)

[Referências](#)

Prefácio

O livro de Vitor Amorim de Angelo é o primeiro que historia e analisa a formação da tendência Democracia Socialista (DS), de viés trotskista, no interior do Partido dos Trabalhadores (PT). Portanto, é uma importante contribuição para a história política da esquerda no Brasil, não simplesmente por preencher uma lacuna bibliográfica, mas pela qualidade da pesquisa que revela um arguto analista em meio a um cipoal ideológico extremamente complexo.

O autor realizou um cuidadoso levantamento das fontes primárias, analisou toda a documentação proveniente da Democracia Socialista (livros, artigos, panfletos) e entrevistou seus líderes mais expressivos, o que lhe permitiu não só apresentar a DS, mas também as outras principais tendências no interior do PT que travaram um vigoroso combate ideológico – caso único na história da esquerda brasileira, tanto pela longevidade quanto pela liberdade e qualidade política. Deve ser recordado que as divergências políticas no interior dos partidos de viés marxista foram curtas no tempo e resolvidas pelo expurgo dos derrotados, o que não ocorreu com a DS. Mesmo vencida nos encontros ou congressos partidários, tendo ou não representação nos cargos diretivos do partido, a Democracia Socialista optou por permanecer no PT.

É analisado detidamente o duplo processo de formação da DS e do Partido dos Trabalhadores, caso único também de uma tendência – que se organizava como partido – e de um partido que se estruturaram concomitantemente. Para isso, o autor apresenta as diversas correntes que participaram do processo de formação do PT, não apenas com entrevistas, mas destacando também a imprensa alternativa, denominação pela qual ficaram conhecidos os jornais de esquerda legais publicados nas décadas de 1970 e 1980.

Em meio a um intenso debate, novas concepções foram sendo desenvolvidas sobre o tipo de partido que deveria ser criado no

Brasil, a relação que deveria ser estabelecida com os movimentos sociais, como a revolução faria parte de um processo de conquista do poder, qual seria o papel da democracia na transição para o socialismo e quais alianças políticas deveriam ser estabelecidas no processo de construção de um partido de trabalhadores.

Dessa forma, a DS teve uma trajetória peculiar dentro do PT. Outras correntes trotskistas ou se dissolveram no interior do partido ou foram expulsas. A DS, pelo contrário, manteve-se como tendência, sempre respeitando a democracia interna. Por outro lado, como destaca o autor, acabou ao longo do tempo assumindo uma postura crítica, porém, conciliatória.

O reconhecimento das tendências no V Encontro Nacional do PT, em 1987, permitiu que a DS continuasse estruturada e exercendo influência no interior do partido, já que a resolução aprovada era muito próxima do que a corrente defendia. A qualidade da pesquisa e a riqueza documental e analítica, creio, deixarão o leitor interessado em saber como a Democracia Socialista respondeu aos dilemas do exercício do governo federal pelo PT a partir de janeiro de 2003, do qual faria parte. Mas isso é assunto para outro livro.

Marco Antonio

Villa Professor do Departamento de Ciências Sociais da
Universidade Federal de São Carlos

Introdução

São Paulo, 1º de junho de 1980. Passados quatro meses desde sua fundação, o Partido dos Trabalhadores encerrava naquele dia seu primeiro encontro nacional, que reunira inúmeros militantes vindos de todas as regiões do país. O encontro havia sido marcado em fevereiro para aprovar o Programa, discutir o Estatuto e escolher a Comissão Diretora Nacional Provisória, que substituiria a liderança eleita no ano anterior – tudo conforme a lei partidária exigia para a concessão do registro inicial. Já era noite quando foram apresentados ao plenário os candidatos da única chapa inscrita para a disputa pela direção do partido. Após dois breves pronunciamentos, foi a vez de Raul Pont, da Coordenação do PT no Rio Grande do Sul, ler uma nota de protesto contra os métodos utilizados para a composição da chapa. Além de criticar a forma com que se chegara aos nomes apresentados, Pont também questionou a regra que garantia à chapa vencedora o direito de ocupar todos os cargos da direção. “Isto, de fato, exclui qualquer possibilidade de que eventuais minorias se representem na Comissão Diretora Provisória” (*Em Tempo*, 3/6/1980, p. 7) – observou, expressando sua preocupação com o espaço reservado às organizações de esquerda que apoiavam o partido.

Durante o pronunciamento, Raul Pont insinuou que a regra havia sido definida de modo a excluir militantes com uma concepção específica sobre o PT: a de que ele era um partido político sem padrões, que representava o movimento pela independência política da classe trabalhadora e lutava pela formação de um governo dos trabalhadores. Entretanto, apesar das críticas dirigidas ao partido, finalizou seu discurso convidando todos os militantes a votarem na chapa apresentada, em nome da unidade partidária: “Registrando este protesto, conclamamos os companheiros que se identificaram com estas considerações a votarem na chapa indicada. Viva o Partido dos Trabalhadores!”, bradou para um plenário lotado, encerrando assim a leitura da nota.

Seu discurso expressou com clareza a posição assumida pela Democracia Socialista diante do PT ao longo de quase toda a década de 1980. Fundada em dezembro de 1979, a DS era uma organização política de esquerda formada basicamente a partir da união de grupos regionais que atuavam no movimento estudantil desde meados dos anos 1970 – como o de Raul Pont, no Rio Grande do Sul. Esses grupos haviam se encontrado no jornal *Em Tempo*, onde trabalharam com outras organizações de esquerda da época. Dessa forma, teve início um rápido processo de discussão política e teórica que levaria à fundação da Democracia Socialista apenas três meses antes de ser criado o Partido dos Trabalhadores. As articulações para a fundação da DS e do PT, portanto, ocorreram ao mesmo tempo, e a concepção daqueles grupos a respeito do novo partido pesou decisivamente no processo de unificação nacional. Para eles, o PT deveria ser um partido político estratégico, dirigente das lutas dos trabalhadores, revolucionário e socialista, e não uma frente popular aberta à participação de setores considerados burgueses.

Essa concepção era produto de uma análise particular, com base no *trotskismo*, feita pelos grupos fundadores da DS sobre a conjuntura brasileira da época. Trotskismo é o nome dado ao conjunto de formulações políticas e teóricas de Leon Trotsky, um dos líderes da Revolução Russa de 1917.¹ Como legado político, o trotskismo surgiu na década de 1920, com a criação da Oposição de Esquerda, uma fração do Partido Comunista da União Soviética que defendia a retomada da democracia proletária diante da “degenerescência burocrática do poder” (SALVADORI, 1988, p. 309), como Trotsky passara a classificar o regime implantado por Joseph Stálin. Gradualmente, o reformismo do grupo liderado por Trotsky foi cedendo lugar à visão de que somente pela via revolucionária seria possível evitar a total degeneração do regime stalinista. Assim, proibido de falar publicamente em nome do partido, expulso de seu Comitê Central e banido da União Soviética, de onde partiu para o exílio que o levou ao México, país em que foi assassinado, Trotsky criou a Oposição Internacional de Esquerda para lutar pela regeneração dos partidos comunistas com base num programa

revolucionário – processo que levaria à fundação da IV Internacional,² em 1938.

Já como legado teórico, o trotskismo teve início em 1906, com a publicação do livro *Balanços e perspectivas*, em que Trotsky discutiu a eficácia da *revolução permanente* para a implantação do socialismo. Partindo do pressuposto de que a burguesia havia se tornado essencialmente conservadora, Trotsky afirmava que as tarefas democrático-nacionais – como a democratização do Estado e a reforma agrária, por exemplo – só poderiam ser levadas adiante por uma revolução que estivesse sob a hegemonia dos trabalhadores. Porém, de acordo com sua teoria, considerando-se que o poder político do proletariado não era equivalente à sua condição econômica, um governo dos trabalhadores tenderia, num processo ininterrupto, a transformar uma revolução que de início teria um caráter estritamente democrático-nacional numa revolução socialista (LÖWY, 1994).

Cerca de vinte anos depois, com a publicação do livro *A revolução permanente*, Trotsky buscou apresentar uma teoria revolucionária aplicável especificamente a países de economia periférica. Segundo ele, o desenvolvimento econômico mundial havia ocorrido de forma *desigual e combinada*, de modo que o imperialismo conseguira bloquear – se não por completo, pelo menos em grande parte – a modernização e industrialização dos países subdesenvolvidos. Esse processo resultara numa “dinâmica econômica contraditória” (MANDEL, 1995, p. 22) nos países imperialistas, considerando que a consolidação do subdesenvolvimento havia se transformado num obstáculo para o crescimento do próprio imperialismo. Para Trotsky, isso criava uma tendência cada vez maior ao surgimento de conflitos entre os países imperialistas, em disputa por novos mercados, e à estagnação ou ao completo declínio das forças produtivas, o que poderia tornar o sistema capitalista, em função de sua própria crise, suscetível a movimentos radicais de transformação.

Nesse contexto, o proletariado seria a única força social *conseqüentemente revolucionária* e, por conseguinte, capaz de encerrar a crise produzida pelas disputas entre os países imperialistas. Os principais obstáculos à tomada do poder pelos trabalhadores, nesses locais, seriam o conservadorismo de seus dirigentes – envolvidos pelas conquistas alcançadas na democracia burguesa – e a fraqueza ideológica da própria classe. Por isso, Trotsky considerava mais provável que a revolução socialista ocorresse primeiro nos países subdesenvolvidos, onde os trabalhadores poderiam “alcançar um nível muito mais elevado de consciência de classe, de unidade e de militância” (MANDEL, 1995, p. 23). Entretanto, dada a facilidade com que o imperialismo poderia assumir um papel contra-revolucionário, tanto militarmente quanto economicamente, a revolução, quando iniciada nos países subdesenvolvidos, só poderia completar-se na medida em que evoluísse *internacionalmente* na luta pelo socialismo. Nas palavras de Trotsky, “a conquista do poder pelo proletariado não põe termo à revolução, inicia-a apenas. A construção socialista não é concebível senão com base na luta de classes, à escalada nacional e internacional” (Citado por COGGIOLA, 1990, p. 32).

Os principais fundamentos do trotskismo foram sistematizados na obra *A agonia do capitalismo e as tarefas da Quarta Internacional*, escrita por Trotsky como o programa político da IV Internacional. Mais conhecida como *Programa de Transição*, sua principal tese era a de que as forças produtivas do capitalismo haviam se estagnado, impedindo o sistema de oferecer melhorias no nível de vida dos trabalhadores. O programa, então, definia uma plataforma de lutas com base em reivindicações radicais – as chamadas *reivindicações transitórias* – que o capitalismo não teria meios para atender, o que levaria a uma tendência cada vez maior de os trabalhadores se oporem ao sistema, já insuficiente para suprir suas necessidades. As reivindicações transitórias, portanto, teriam um caráter fundamentalmente tático, na medida em que, levando os trabalhadores à mobilização, poderiam funcionar como uma espécie de *ponte* entre as demandas das massas e o programa da revolução socialista.

No Brasil, as teses de Trotsky chegaram no final dos anos 1910, juntamente às primeiras notícias da Revolução Russa. A origem e o desenvolvimento do trotskismo no país acompanharam tanto a evolução dos debates dentro da União Soviética e da Internacional Comunista quanto as discussões travadas no interior do próprio Partido Comunista do Brasil (PCB) (KAREPOVS et al., 1995).³ Até meados da década de 1960, o trotskismo brasileiro desenvolveu-se de modo relativamente linear, por meio da criação, ampliação, fusão e dissolução de organizações políticas que reivindicavam as idéias de Trotsky. A partir de então, as divisões na IV Internacional, iniciadas em 1952, repercutiram de tal forma sobre os grupos que existiam no país que a dinâmica do trotskismo brasileiro acabou seguindo os movimentos de cisões e unificações mundiais. Assim, a IV Internacional chegou à metade dos anos 1970 completamente dividida. Além da corrente criada por Juan Posadas, havia ainda a Fração Bolchevique, dirigida por Nahuel Moreno; a Tendência Leninista-Trotskista, representada por Cristiam Nemo; o Comitê de Organização pela Reconstrução da Quarta Internacional (CORQUI), liderado por Pierre Lambert; e o Secretariado Unificado (SU), dirigido pelo economista belga Ernest Mandel.⁴

Vinculada à corrente mandelista da IV Internacional, a DS foi criada numa conjuntura muito particular, marcada pela ascensão do movimento operário e pelo início do processo de abertura política, do qual a reforma partidária que levaria ao surgimento do PT foi um dos primeiros passos. Apoiando-se no programa do Secretariado Unificado, a DS interpretou a realidade brasileira do final dos anos 1970 e início dos 1980 à luz das posições assumidas pela corrente mandelista. As articulações para a criação do PT, por exemplo, foram vistas como o início de um processo que poderia levar à organização do partido revolucionário. A democracia socialista, por sua vez, era considerada uma fase transitória entre o regime militar e a implantação definitiva do socialismo. Já a ascensão do movimento operário corroborava com a tese do SU de que a etapa de construção da IV Internacional, na época, inscrevia-se num processo marcado pelo aparecimento de forças de ruptura ao lado

das quais as correntes marxista-revolucionárias – como a própria DS se intitulava – deveriam trabalhar.

Ao longo dos anos 1980, a Democracia Socialista foi uma das organizações de esquerda que mais se fortaleceu no PT, conquistando cargos na direção partidária e tendo boa parte de suas teses incorporadas pelo partido. Entre os trotskistas, indiscutivelmente, a DS foi a que mais cresceu durante esse período, gozando de boa relação com os principais dirigentes do partido e conquistando uma credibilidade cada vez maior dentro do PT. Face à heterogeneidade da base social petista, que comportava intelectuais, militantes católicos, sindicalistas, lideranças de movimentos sociais e agrupamentos de esquerda, como é possível explicar o espaço político alcançado pela Democracia Socialista? No caso dos trotskistas, em particular, o que diferenciou a DS dos outros grupos que atuavam no partido? A meu ver, a chave para interpretar essas questões está no posicionamento assumido pela organização diante do PT. Tal como no discurso de Raul Pont no encontro nacional, por quase toda a década de 1980, a relação entre a DS e o partido sempre esteve marcada por críticas à liderança e à política partidária e também pelo apoio aos seus dirigentes e respeito às decisões tomadas pelo PT.

Com propostas que considerava revolucionárias, à esquerda do partido, a Democracia Socialista teve uma trajetória caracterizada pela crítica e pela conciliação, numa atuação intermediária que a diferenciou no interior da esquerda organizada do PT, particularmente, dos outros grupos trotskistas. A DS soube se adequar às normas do partido, posicionando-se como uma corrente⁵ que apoiava sua construção e que dentro dele buscava hegemonizar seu projeto político. Enquanto algumas organizações, seja por sua inexpressiva força política ou por sua radicalidade, acabaram diluindo-se no interior do PT ou adotando práticas tidas como sectárias, a DS sempre trabalhou pela construção do partido, compondo com seus setores majoritários ao mesmo tempo em que construía a si mesma, numa estratégia adotada do programa mandelista da IV Internacional. As constantes mudanças na

conjuntura política dos anos 1980 também jogaram a favor da Democracia Socialista, fazendo com que suas propostas fossem, uma a uma, aceitas pelo PT. Se tudo isso, por um lado, rendeu-lhe prestígio junto às lideranças petistas, espaço político dentro da legenda e cargos na direção partidária, por outro, colocou em cheque sua capacidade de hegemonizar o partido a ponto de fazê-lo seguir pelo caminho da revolução. A incorporação de propostas ditas revolucionárias pelo PT, como veremos adiante, de modo algum alterou a concepção política dos seus setores majoritários nem tampouco inscreveu o partido numa perspectiva revolucionária.

Nos capítulos a seguir, analisei a trajetória da Democracia Socialista entre 1979, ano da sua fundação, e 1987, quando o partido aprovou a resolução sobre as tendências internas – abrindo o caminho que levaria ao reconhecimento oficial da DS como corrente do PT, em 1990. Sua trajetória foi estudada *pari passo* ao desenvolvimento do próprio partido e ao desenrolar da política nacional. Busquei articular os principais fatos desse período com a história do PT e da DS, destacando a interpretação do grupo diante do partido e da conjuntura. Optei também por uma escrita narrativa, dividindo os capítulos cronologicamente, de modo a tornar a leitura mais agradável, encadear os fatos que se sucederam no tempo e evitar repetições.

O primeiro deles trata da conjuntura política do final dos anos 1970, marcada pela ascensão do movimento operário e pelas articulações em torno da criação de novos partidos. No segundo capítulo, reconstruí a trajetória dos grupos que deram origem à DS desde o movimento estudantil até o congresso de fundação da Democracia Socialista, no final de 1979, passando pelo trabalho no jornal *Em Tempo* – onde tiveram um rápido convívio com outras organizações da esquerda brasileira – e pela relação estabelecida com o *Movimento pró-PT*. O terceiro capítulo foi reservado à apresentação dos principais documentos debatidos por esses grupos ao longo do segundo semestre daquele ano, quando articulavam sua unificação nacional em torno de uma nova organização política. No capítulo seguinte, abordei o período que vai de 1980 a 1983, desenhando os

principais acontecimentos da época, como as eleições de 1982, por exemplo – as primeiras pelo voto direto desde o golpe de 1964. O quinto e último capítulo cobriu os anos restantes, passando pela campanha das *Diretas Já*, pelas disputas eleitorais de 1984 e 1985, pela eleição de Tancredo Neves e pelo início do governo José Sarney até chegar ao V Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, quando foi aprovada a resolução sobre as tendências internas.

*

Este livro é uma versão modificada da minha dissertação de mestrado em Ciências Sociais, apresentada à Universidade Federal de São Carlos em março de 2007. Além do professor Marco Antonio Villa, a quem agradeço pela orientação sempre atenta, gostaria de destacar outras pessoas que contribuíram para o desenvolvimento do trabalho, sugerindo modificações, apontando insuficiências, disponibilizando documentos importantes, esclarecendo algumas dúvidas e fornecendo informações valiosas. São elas: Dainis Karepovs, João Roberto Martins Filho, Joaquim Soriano, Marcelo Ridenti, Maria do Socorro Sousa Braga, Marly de Almeida Gomes Vianna) Murilo Leal Pereira Neto Raul Pont) Silvio Caccia-Bava e Thomaz Matta Machado. Agradeço também à CAPES pelo financiamento da pesquisa que deu origem a este livro e à FAPESP pelo auxílio à sua publicação.

[1](#) Sobre a vida e obra de Trotsky, ver Deutscher (1984a, 1984b e 1984c).

[2](#) As Internacionais são organizações mundiais que reúnem partidos de esquerda de vários países. A I Internacional, também conhecida como Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), foi fundada em 1864, com o objetivo de articular mundialmente os diversos movimentos da classe trabalhadora. A II Internacional foi criada em 1889, a partir da divisão entre socialistas e anarquistas que participaram juntos da AIT. Em 1919, dois anos após a Revolução Russa, sob a liderança de Vladimir Lênin, foi fundada a III

Internacional. Na época, o Partido Comunista Soviético, formado pela maioria do antigo Partido Operário Social-Democrata Russo, passou a caracterizar os partidos social-democratas – que haviam participado da II Internacional – como reformistas. Por fim, em 1938, sob a liderança de Trotsky, setores dissidentes do regime stalinista criaram a IV Internacional, que nos anos 1950 se dividiu em várias correntes, todas autoproclamadas herdeiras da tradição marxista-revolucionária (Marx-Lênin-Trotsky).

[3](#) Em 1961, o PCB mudou seu nome para Partido Comunista Brasileiro, mantendo apenas a sigla original. Um grupo dissidente que sairia do partido no ano seguinte adotou o antigo nome; porém, sob a legenda de PCdoB.

[4](#) Para uma análise detalhada das correntes da IV Internacional, ver Coggiola (1990).

[5](#) Ao longo do livro, utilizarei os termos *corrente* e *tendência* para referir-me à *subunidade partidária*, entendida como a unidade imediatamente abaixo do partido tomado também como uma unidade. Minha opção deve-se simplesmente ao fato de que esses termos são utilizados com bastante frequência tanto nas entrevistas quanto nos documentos. Por outro lado, seu emprego não significa reconhecer – pelo menos no caso da DS – uma fluidez programática ou mesmo organizativa, como defende Sartori. Para mais detalhes sobre a questão terminológica em torno das subunidades partidárias, ver Sartori (1982, p. 93-97).

Capítulo 1

Um ano agitado

Mil novecentos e setenta e nove foi um ano especialmente agitado para a política brasileira, com muitas articulações em torno da criação de novos partidos, tendo em vista a reforma do sistema partidário aguardada para aquele ano. Desde o final de 1965, quando por meio do Ato Complementar nº 2 o governo Humberto Castello Branco (1964-1967) instituíra o bipartidarismo no país, aquela era a primeira vez que se discutia concretamente a possibilidade de serem formadas novas legendas. Por cerca de quinze anos, os dois únicos partidos que atuaram legalmente no país foram a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) – este, como partido de oposição à ditadura. Havia algum tempo os governos militares já buscavam alternativas para enfraquecer o MDB, que depois de 1974 vinha alcançando sucessivas vitórias nas eleições.¹ Além das mudanças no sistema político-partidário impostas pela Lei Falcão e pelo Pacote de Abril,² o governo Ernesto Geisel (1974-1979) – que dera início ao processo de abertura política – passou a encorajar, já no início de 1978, os debates sobre a reforma partidária, cogitada pelo regime desde a campanha bem-sucedida da oposição quatro anos antes. Na época, a intenção dos militares era tentar dividir o MDB sem fragmentar a ARENA, o que se tornara quase impossível, pois o partido do governo, tal como o dos emedebistas, “estava longe de ser uma organização unida e coesa” (KINZO, 1988, p. 205).

Embora fosse oficialmente reconhecido como partido, na prática, o MDB era uma frente ampla que reunia grupos com origens políticas bem diversas, mas todos atuando em torno de um objetivo comum: o combate à ditadura militar e a luta pela redemocratização. Internamente, a maior divergência entre eles era sobre como fazer

oposição ao governo. De maneira geral, o partido estava dividido em dois blocos quanto ao assunto. O dos *moderados*, formado por políticos mais experientes que já tinham exercido algum mandato antes do golpe de 1964, defendia a idéia de que os emedebistas deveriam aproximar-se dos militares ou agir com moderação, fazendo uma oposição responsável, sem ataques diretos ao governo. Já o outro bloco era composto, em sua maioria, por parlamentares que tinham sido eleitos para sua primeira legislatura, com o apoio de estudantes, sindicalistas e movimentos sociais. Sua postura era considerada radical pelos moderados, considerando que defendiam uma atuação mais agressiva do partido, inclusive com denúncias contra a ditadura. Enquanto vigorou o bipartidarismo, o bloco de deputados do MDB com uma retórica radical, de contestação aos militares, foi chamado pela imprensa de *imatuross, autênticos, neoautênticos e tendência popular*.³

Com a possibilidade da volta do pluripartidarismo, tanto arenistas quanto emedebistas passaram a estabelecer uma série de contatos visando à criação de novos partidos. O retorno dos exilados políticos ajudou a intensificar os debates sobre as futuras legendas, ao mesmo tempo em que a emergência de expressivas lideranças nas mobilizações sociais que marcaram os últimos anos daquela década – esse foi o caso dos sindicalistas da região do ABC paulista – levou alguns políticos, principalmente do MDB, a procurarem apoio também nesse setor.

Entre os emedebistas, surgiram várias propostas de criação de novos partidos, sendo que, em alguns casos, lideranças do bloco moderado chegaram até mesmo a manter contato com políticos da Arena para definir ações conjuntas a serem tomadas nesse sentido. Entre os autênticos, uma das propostas que mais teve apoio na época foi a de criação de uma tendência socialista que pudesse viabilizar a formação de um partido socialista com base no MDB. A idéia era conquistar espaço político dentro da legenda para, no futuro, constituir esse novo partido. No Rio Grande do Sul, a ala jovem do MDB chegou a formar uma corrente chamada *Tendência Socialista*, que buscava reunir operários, estudantes e intelectuais

em torno da proposta. Havia ainda algumas organizações que não estavam formalmente ligadas ao partido, mas que também apoiavam a idéia. Esse foi o caso, por exemplo, da Convergência Socialista, um dos agrupamentos políticos mais ativos da época. Em 1978, poucos meses antes das eleições daquele ano, Júlio Tavares, membro da organização, declarou que a Convergência era “uma tendência dentro do MDB” que lutava “pela formação de uma corrente socialista no partido, que possibilitaria a milhares de jovens a chance de votar em candidatos socialistas” (Citado por KINZO, 1980, p. 235).

Além da Tendência Socialista, outra proposta discutida pelos autênticos junto aos setores de fora do MDB foi a de criação do Partido Popular Democrático e Socialista (PPDS).⁴ A idéia já vinha sendo debatida desde 1976 e ganhara mais fôlego com as primeiras notícias sobre o fim do bipartidarismo. Na campanha eleitoral de 1974, o MDB havia buscado apoio de alguns intelectuais – como Fernando Henrique Cardoso, Paul Singer, Francisco de Oliveira, Maria Hermínia Tavares de Almeida, José Álvaro Moisés, entre outros – para elaborar um manual que servisse de plataforma política básica para seus candidatos. Depois das eleições, o grupo acabou se aproximando dos emedebistas autênticos, proferindo palestras e realizando reuniões para discutir a criação de um novo partido de massas. Também participaram dos debates sobre o PPDS o ex-ministro do Trabalho do governo João Goulart, Almino Affonso, e o ex-deputado federal Plínio de Arruda Sampaio – ambos haviam retornado do exílio em 1976, quando começaram as articulações para a organização do partido. A eles se juntaram alguns militantes da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e lideranças das Pastorais Operárias da capital paulista e da região do ABC. Os defensores da proposta buscavam retomar o perfil programático do antigo Partido Socialista Brasileiro (PSB),⁵ construindo uma legenda identificada com o socialismo democrático, crítica do stalinismo e das experiências socialistas burocráticas e, finalmente, distante das definições social-democratas conhecidas no Brasil até então. Os articuladores do PPDS enfatizavam, ainda, a necessidade de vincular o novo partido aos movimentos sociais e de

criar uma estrutura partidária democrática que possibilitasse a manifestação dos diferentes setores sociais por seu intermédio (BERBEL, 1991).

De todas as propostas em discussão no final da década 1970, a que teve maior êxito, tanto pelos seus resultados nos anos seguintes quanto pela inovação que representou na política institucional brasileira naquele momento, foi a de criação do Partido dos Trabalhadores (MENEGUELLO, 1989). A proposta foi lançada pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Luís Inácio Lula da Silva, em julho de 1978, durante um congresso realizado na Bahia, poucas semanas depois de encerradas as greves que haviam marcado a região do ABC no primeiro semestre daquele ano. A mobilização dos metalúrgicos tivera início no final de 1977 com o *Movimento de Reposição Salarial*, que exigia do governo a devolução das perdas salariais referentes a 1973. Segundo as notícias amplamente divulgadas pela imprensa, os índices de aumento do custo de vida daquele ano tinham sido fraudados pelo governo, resultando em perdas acumuladas para os trabalhadores ao longo dos quatro anos seguintes. Alguns sindicatos, como o dos Metalúrgicos de Osasco, optaram por incluir o índice de reposição na campanha salarial de 1978. Outros, como os de São Bernardo e Santo André, agindo em parceria, decidiram negociar diretamente com os patrões antes de ingressar na Justiça do Trabalho para exigir o reajuste (ABRAMO, 1999).

A mobilização serviu para reunir, pela primeira vez, os principais dirigentes sindicais da época. Além de Lula e Benedito Marcílio, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, participaram das discussões em 1977 Jacó Bittar, dos Petroleiros de Campinas e Paulínia; Henos Amorina, dos Metalúrgicos de Osasco; Hugo Peres, dos Trabalhadores Urbanos de São Paulo; e Arnaldo Gonçalves, dos Metalúrgicos de Santos. Embora as articulações intersindicais estivessem proibidas desde o ano anterior, esses dirigentes conseguiram se encontrar em cerimônias de posses de diretorias sindicais e nas reuniões com o Departamento Intersindical

de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) durante o segundo semestre de 1977. O grupo, que a partir de meados de 1978 passaria a ser conhecido como *autênticos*,⁶ era bastante diversificado politicamente, abrigando desde militantes de partidos e organizações de esquerda – como o PCB, Convergência Socialista e Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8) – até dirigentes sindicais independentes, sem vínculos partidários.

Com o fracasso de todas as tentativas de negociação, o Sindicato de São Bernardo do Campo assumiu uma posição inédita na campanha salarial de 1978, que, apesar da “aparente contradição com a sua atitude em todos os anos anteriores” (Abramo, 1999), acabou fortalecendo a entidade e projetando a imagem de Lula como um dos principais sindicalistas da época. Em vez de negociar com o governo os reajustes salariais, os metalúrgicos de São Bernardo decidiram não apresentar nenhuma reivindicação, alegando que, além de nunca terem sido atendidos nessa questão, os dissídios que acabavam decidindo quais seriam os reajustes sempre ratificavam os índices apresentados pelo governo – como no caso da fraude de 1973. Tempos depois, ao lembrar o episódio, Lula afirmou que o sindicato queria mostrar “que era tudo mentira aquilo [...] a gente convocava assembléia, fazia um monte de discurso, pauta de reivindicação, mandava tudo para o patrão e o patrão não atendia” (Citado por Abramo, 1999, p. 202). A decisão de não iniciar um processo de dissídio coletivo, considerado desnecessário naquela circunstância, teve um impacto muito forte na categoria, pois o “pessoal ficou assustado, achando que a gente não ia pegar o aumento”, recordou.

Animados pelo Movimento de Reposição Salarial e pela atitude do Sindicato de São Bernardo do Campo, os trabalhadores da região do ABC paralisaram suas atividades em maio de 1978, dando início ao movimento grevista daquele ano – o primeiro desde a repressão da ditadura às mobilizações de Contagem e Osasco, em 1968. Apesar de ter assumido o papel de negociador entre os grevistas e o patronato, na verdade, as greves começaram sem o conhecimento de Lula, tanto que, “desde o primeiro dia de greve, o sindicato [de

São Bernardo] negou ter orientado trabalhadores a paralisarem o trabalho” (ABRAMO, 1999, p. 218). No dia 12 daquele mês, os trabalhadores da Scania paralisaram totalmente suas atividades, seguidos pelos empregados da Ford, no dia 15, e pelos funcionários da Mercedes e da Volkswagen, no dia 16. Em poucos dias, a *onda grevista* chegou a Santo André, São Paulo, Osasco e Campinas, no interior do estado. Ainda que algumas lideranças, como Lula, tenham buscado dar ao movimento um caráter estritamente econômico, as paralisações iniciadas em maio tiveram uma importância maior em pelo menos três aspectos: desrespeitaram a Lei de Greve, trouxeram de volta à cena política os sindicalistas e arregimentaram apoios junto a setores da oposição (NORONHA, 1992). De qualquer forma, na medida em que teve uma atuação destacada durante as greves no ABC, servindo como intermediário entre os trabalhadores e os patrões, Lula acabou atraindo o interesse dos grupos políticos que na época discutiam a criação de novos partidos.

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, que até então vinha atuando estritamente dentro dos limites da legalidade, sempre buscando evitar qualquer confronto com o governo, chamou a atenção de várias lideranças políticas, em razão do destaque que ganhara durante a greve. Ao longo dos anos 1970, outros grupos, como o PCB, já haviam se aproximado do sindicato, estabelecendo contatos estreitos com seus diretores.⁷ Em 1978, líderes do PPDS mantiveram conversas freqüentes com Lula, buscando, além do seu apoio à criação do novo partido, discutir com a direção do sindicato a candidatura de Fernando Henrique Cardoso ao Senado, em novembro daquele ano.

A movimentação em torno da candidatura de Fernando Henrique ajudou a unificar grande parte da esquerda brasileira e aproximar os sindicalistas autênticos do MDB, apesar das críticas feitas ao partido com relação ao espaço dado aos trabalhadores em seu interior. Várias organizações, como o PCB, MR-8, PCdoB, Ação Popular-Marxista Leninista (AP-ML)⁸ e Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP), apoiaram os candidatos da tendência popular

do partido – como era o caso de Fernando Henrique –, por considerarem que eles traziam a idéia de renovação do MDB, ajudando o partido a se aproximar dos movimentos populares e unificando a oposição à ditadura. No meio sindical, Arnaldo Gonçalves “parece ter tido considerável peso para esta aproximação” (BERBEL, 1991, p. 76) com os emedebistas, pois, como militante do PCB, apoiava o partido oficial de oposição nas eleições de 1978.⁹ A ligação dos autênticos com o MDB estreitou-se de tal forma naquele período que alguns sindicalistas, como Jacó Bittar, chegaram até mesmo a participar de um encontro do partido, junto a Fernando Henrique e Franco Montoro, que também era candidato a senador pela oposição. Porém, como declarou o próprio Bittar na época, “não sentia que as questões de interesse dos trabalhadores estivessem sendo suficientemente abordadas” dentro do MDB (BERBEL, 1991, p. 77).

Passadas as eleições de 1978, quando Lula declarou ter se arrependido do apoio dado a Fernando Henrique Cardoso,¹⁰ foi realizada uma reunião na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo para discutir a proposta de um partido formado só por trabalhadores. A convite do próprio Lula, participaram da reunião parte dos sindicalistas que haviam trabalhado juntos durante o Movimento pela Reposição Salarial de 1977 – entre eles, Hugo Perez, Arnaldo Gonçalves, Henos Amorina e Jacó Bittar – e alguns dirigentes sindicais também considerados autênticos, como Afonso de Souza e Raimundo Santos, ambos do Sindicato dos Padeiros de São Paulo; João Carlos, dos Petroleiros de Caxias do Sul; Paulo Skromov, dos Coureiros de São Paulo; e José Cicote, dos Metalúrgicos de Santo André. De todos os participantes, apenas quatro – Lula, Bittar, Skromov e Cicote – apoiaram a proposta: justamente os que não estavam vinculados ao PCB, PCdoB e MR-8. Os demais alegaram que os candidatos recém-eleitos do MDB precisavam de apoio de todos os setores, como o sindical, ou que a idéia de um partido dos trabalhadores já existia no conjunto das propostas em debate. Mesmo assim, em janeiro de 1979, a discussão sobre o PT ampliou-se dentro do movimento sindical, ainda que sob as críticas dos partidos comunistas e do MR-8, que

acusavam seus articuladores de fragmentarem a oposição. A acusação de *divisionismo* foi utilizada inúmeras vezes, na época, pelos grupos que apoiavam o MDB para qualificar os que defendiam a criação de novos partidos de oposição ao governo. Esses grupos alegavam que as divisões poderiam comprometer o processo de abertura ou mesmo, pelo radicalismo de algumas propostas, levar a um retrocesso político, como o temido endurecimento do regime militar.

Durante aquele mês, a realização de várias reuniões intersindicais acabou unificando a proposta do partido com as principais demandas do sindicalismo autêntico, como a liberdade e a autonomia sindicais, a garantia de emprego e o salário mínimo unificado (Berbel, 1991). No dia 19, lideranças sindicais autênticas de todo o país se reuniram em Porto Alegre para discutir os requisitos para filiação ao futuro partido. Ficou definido que, aos que desejassem participar da legenda, não bastaria apenas ser sindicalista; também seria preciso opor-se à estrutura sindical, reivindicando sua autonomia – exigência que afastava os dirigentes tradicionais da proposta petista. Além disso, não era estabelecido nenhum compromisso com os emedebistas, no sentido de declarar apoio ao partido de oposição, o que foi muito criticado pelos militantes do PCB, PCdoB e MR-8, que defendiam a participação no MDB.

Em meio à divisão das lideranças sindicais por conta da questão partidária, foi realizado, no final de janeiro, na cidade de Lins (SP), o IX Congresso dos Metalúrgicos, Mecânicos e Eletricistas do Estado de São Paulo. Popularmente conhecido como Congresso de Lins, o evento tornou-se um marco no processo que levaria à fundação do Partido dos Trabalhadores, pois foi exatamente nesse encontro que os sindicalistas lançaram formalmente a proposta de criação do PT. Na época, o sindicato presidido por Benedito Marcílio apresentou um documento elaborado por um grupo de trabalhadores, em que eram definidas as principais idéias do novo partido. Marcílio era ligado à Convergência Socialista, organização política que

coordenara sua campanha a deputado estadual nas eleições do ano anterior.

Inicialmente, *Convergência Socialista* foi o nome de um movimento lançado em março de 1978 pelo Partido Socialista dos Trabalhadores (PST), com o objetivo de “aglutinar setores e militantes ‘socialistas’ para a formação de um partido socialista no Brasil” (Silva, [s.d.], p. 187). A Liga Operária, organização que dera origem ao PST, fora criada em 1974 a partir da união de um grupo de exilados brasileiros no Chile com ex-militantes da Fração Bolchevique-Trotskista (FBT)¹¹ que haviam se aproximado da corrente morenista da IV Internacional. Do Chile, alguns desses exilados seguiram primeiro para a Argentina, onde trabalharam com o *Partido Socialista de los Trabajadores* (PST) argentino na edição do jornal *Independência Operária*, e depois para o Brasil, quando passaram a atuar com os antigos militantes da FBT (LEAL & KAREPOVS, 2007).

Cinco meses após a criação do movimento, a Convergência Socialista realizou sua I Conferência Nacional, com a participação de 150 delegados, representando sete estados – entre eles, Benedito Marcílio e Geraldo Siqueira, militante da AP-ML e um dos primeiros parlamentares a aderir ao PT. Nessa reunião, foi aprovado o Programa da Convergência Socialista, de forte inspiração no Programa de Transição formulado por Trotsky. No documento, a Convergência declarava que pretendia “traçar uma ponte entre os problemas mínimos e democráticos pelos quais as massas se mobilizam”, apontando a formação de um “governo dos trabalhadores que inicie a construção do Brasil Socialista” como “única saída para a crise do país” (Citado por Leal & Karepovs, 2007, p. 169). Apresentando o Partido Socialista como uma alternativa às propostas discutidas na época, a Convergência afirmava, ainda, que a nova legenda deveria defender os pontos aprovados no documento, podendo até mesmo formar frentes políticas com outros partidos, organizações ou personalidades que tivessem os mesmos objetivos. Para levar sua proposta adiante, inicialmente, a Convergência apoiou os setores considerados

socialistas do MDB, chegando, inclusive, a se declarar como corrente interna do partido, como vimos antes. Porém, com as articulações em torno da criação do Partido dos Trabalhadores e avaliando que o “objetivo de convergir o ‘pólo operário e socialista’ para um único movimento pró-partido socialista não se realizou” (SILVA, [s.d.], p. 186), o apoio ao MDB foi transferido para o PT, cuja proposta a Convergência Socialista acreditava ser totalmente compatível com o tipo de partido que ela defendia até poucos meses antes do Congresso de Lins – particularmente o caráter revolucionário atribuído ao operariado (BERBEL, 1991).

Antes de enumerar as propostas dos sindicalistas, a *Tese de Santo André-Lins* – nome do documento apresentado em Lins pelo sindicato dirigido por Marcílio – fez uma breve análise da conjuntura política da época e da história do movimento operário, destacando a importância de os trabalhadores criarem seu próprio partido. O documento afirmava que, enquanto existisse um “governo de patrões”, os trabalhadores teriam que se engajar na “luta por melhores salários, por condições dignas de vida e de trabalho, justas a quem constrói todas as riquezas que existe neste País” (TESE DE SANTO ANDRÉ-LINS, 1979). Essas reivindicações, por sua vez, só poderiam ser alcançadas caso os trabalhadores organizassem “os seus partidos que, englobando todo o proletariado, lutem por efetiva libertação da exploração”, uma vez que “a história nos mostra que o melhor instrumento com o qual o trabalhador pode travar esta luta é o seu partido político”, destacava o texto.

Sobre o momento político, o documento afirmava que o processo de abertura promovido pelo regime militar não levaria ao “fim da exploração a que os trabalhadores estão submetidos; ao contrário, os ditadores tentarão utilizar novas formas de acaudilhar os trabalhadores para seus projetos”. Para os sindicalistas, o MDB não poderia cumprir o papel de legítimo representante dos trabalhadores, dada sua própria “composição heterogênea”. Como vimos no início, internamente, a legenda estava dividida em vários grupos que haviam se juntado na luta pela democratização e pelo

fim da ditadura. Porém, enquanto alguns deles efetivamente se aproximavam das reivindicações dos trabalhadores – esse foi o caso, por exemplo, da tendência popular do MDB, formada pelos parlamentares eleitos em 1978 –, outros tinham uma postura conservadora que os afastava das principais bandeiras dos dirigentes autênticos.

Ao final, os sindicalistas enumeraram cinco propostas sobre a criação do Partido dos Trabalhadores. Os dois primeiros itens tratavam de temas relacionados especificamente ao meio sindical, mas que pela estreiteza de suas definições acabaram afastando os grupos mais tradicionais do projeto partidário. No documento, era defendida a “total desvinculação dos órgãos sindicais do aparelho estatal”, questão considerada “fundamental para o desenvolvimento da vida sindical” e “democratização dos sindicatos”. Já os itens seguintes tratavam de temas propriamente políticos, definindo quais seriam os próximos passos para a criação do PT e como deveria ser o novo partido. Além de defenderem o lançamento de um manifesto elaborado pelos congressistas, “chamando todos os trabalhadores brasileiros a se unificarem na construção de seu partido”, os signatários do documento sugeriram, ainda, a formação de uma comissão responsável por ampliar os contatos com outros grupos que quisessem participar do PT, por encaminhar nacionalmente a discussão com as bases a respeito do partido e por redigir um manifesto dirigido aos trabalhadores de todo o país, convidando-os para construir a nova legenda.

As propostas contidas na Tese de Santo André-Lins foram aprovadas por quase todos os congressistas, havendo apenas uma abstenção e um voto contra, justamente de militantes ligados ao PCB. O maior problema, contudo, foi o fato de que, mesmo com a estreiteza das propostas, os dirigentes tradicionais, que desde o ano anterior vinham articulando a organização de um partido nos moldes do antigo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sentiram-se contemplados e também decidiram votar a favor da criação do PT. Poucos dias depois, esses dirigentes se encontraram com alguns sindicalistas autênticos, em Osasco, numa reunião que ratificou a

decisão tomada no evento intersindical realizado em Porto Alegre no mês de janeiro. A partir de então, as discussões sobre o PT passaram a contar exclusivamente com os setores que defendiam as propostas dos dirigentes autênticos, abandonando a perspectiva de aproximação com o conjunto do movimento sindical, em que se incluíam os sindicalistas tradicionais, ou mesmo dos autênticos, que abrigava dirigentes favoráveis ao apoio ao MDB.

Em fevereiro, teve início a discussão sobre a Carta de Princípios do PT, que deveria ser formulada nos meses seguintes. A maior parte dos envolvidos na elaboração do documento era ligada ao meio sindical, o que aumentou ainda mais as críticas do PCB e MR-8 que acusavam os dirigentes sindicais que defendiam a proposta petista de enfraquecer a luta pelo restabelecimento da democracia e dividir o movimento por conta de questões político-partidárias.¹² Fora do meio sindical, as duas únicas organizações políticas que participaram do processo de discussão da Carta foram a Convergência Socialista e um pequeno grupo denominado Comitê de Ligação dos Trotskistas Brasileiros (CLTB),¹³ ligado a Paulo Skromov, que tinha militado na Organização Socialista Internacionalista (OSI) até maio de 1978.

A OSI fora criada cerca de dois anos antes numa conferência realizada em Praia Grande, no litoral paulista, a partir da unificação da Organização Marxista Brasileira com o Grupo Comunista 1º de maio. A OMB havia sido fundada em 1975, com a fusão de três agrupamentos políticos: a Fração Bolchevique-Trotskista; o Grupo Outubro, organizado em 1970, em Paris, por militantes da FBT exilados na França; e a Organização pela Mobilização Operária (OMO), formada por dissidentes paulistas do Grupo Comunista 1º de maio – na época, liderados por Skromov. A unificação dos dois grupos que formaram a OSI foi decidida no final de 1975, numa reunião do *bureau* Internacional do Corqui, corrente da IV Internacional a que a Organização Socialista Internacionalista se vincularia. No final da década de 1970, a OSI ficou mais conhecida pelo seu braço no movimento estudantil, a *Liberdade e Luta*, popularmente chamada de *Libelu*, nome que foi incorporado ao

“vocabulário da época como um adjetivo, qualificando o jovem radical, quase típico do momento” (LEAL & KAREPOVS, 2007, p. 160). Apesar de serem organizações políticas, tanto a Convergência Socialista quanto o CLTB, ambos trotskistas, participaram das discussões sobre a Carta de Princípios por influência dos sindicalistas aos quais estavam ligadas: Benedito Marcílio à Convergência e Skromov ao CLTB.

Durante todo o mês de fevereiro até abril, quando o documento foi aprovado, os dois grupos trotskistas divergiram bastante com relação ao conteúdo da Carta. Enquanto a Convergência defendia a vinculação direta entre a sindicalização do trabalhador e sua filiação ao novo partido, o texto apresentado por Skromov, que serviu de base para o documento, repetia algumas das posições expostas no início do ano durante o IX Congresso dos Metalúrgicos – como a crítica ao MDB – e detalhava alguns pontos que haviam ficado muito amplos na Tese de Santo André-Lins, como as características do novo partido. Tempos depois, ao comentar a proposta da Convergência Socialista, Wagner Benevides – na época, presidente do Sindicato dos Petroleiros de Minas Gerais e membro da comissão responsável pela redação da Carta de Princípios – afirmou o seguinte: “o nosso maior questionamento foi esse: se a estrutura sindical nossa é pelega, burguesa, ligada ao Estado, se nós ligarmos o partido a essa estrutura o nosso partido teria também essa característica. Essas coisas contaminarão o partido” (Citado por HARNECKER, 1994, p. 66).

Enquanto isso, alguns dirigentes sindicais se afastaram dos trabalhos de organização do PT para se dedicarem à campanha salarial de 1979. Além das discussões em torno da proposta petista, os sindicalistas também definiram a pauta de reivindicações daquele ano durante o Congresso de Lins. As divergências no meio sindical, aprofundadas pelo debate partidário, ficaram explícitas na campanha de 1979, quando alguns sindicatos adotaram uma postura diferente da Federação dos Metalúrgicos de São Paulo, controlada por dirigentes tradicionais, intensificando o trabalho junto

aos operários, realizando assembléias e preparando-se para uma possível paralisação, como no ano anterior.

No dia 13 de março, após uma longa negociação com o patronato, alguns sindicatos decidiram deflagrar greve geral dos metalúrgicos, iniciada nas fábricas da Ford e da Volkswagen, na região do ABC. No mesmo dia, foi realizada no Estádio de Vila Euclides, em São Bernardo, uma gigantesca assembléia, reunindo aproximadamente 60 mil operários para definir os rumos da mobilização. A greve, logo considerada ilegal pelo Tribunal Regional do Trabalho, teve a participação dos sindicatos do ABC e de outras cidades do interior paulista, de modo que já no dia 17, com apenas quatro dias de mobilização, cerca de 170 mil operários estavam com suas atividades paralisadas. Os líderes do movimento, então, passaram a discutir a criação de um fundo de greve para suprir as necessidades dos trabalhadores durante os dias parados, pois, em muitos casos, os pontos tinham sido cortados pelas empresas.

Com o crescimento da mobilização e a participação cada vez maior dos operários nas assembléias realizadas em São Bernardo, o governo interveio em três sindicatos do ABC, na tentativa de desarticular a direção grevista: além da entidade presidida por Lula, o Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e de São Caetano também tiveram suas diretorias substituídas por interventores na noite do dia 23 de março. Aconselhado por Almir Pazzianoto, advogado que prestava serviços aos sindicatos locais; Tito Costa, prefeito emedebista de São Bernardo; e alguns dirigentes sindicais, Lula, que era um dos principais líderes do movimento, imediatamente se afastou da coordenação da greve. Na época, seu afastamento foi justificado por medida de segurança, em meio à impressão generalizada de que ele pudesse ser preso a qualquer momento – o que trazia incertezas quanto às consequências disso para a própria mobilização (BERBEL, 1991).

Com a deposição da diretoria do Sindicato de São Bernardo do Campo, o fundo de greve, cujos recursos vinham sendo guardados na entidade desde o início da paralisação, foi transferido para a

Igreja Matriz da cidade, que passou a abrigar as reuniões dos dirigentes sindicais e membros do comando de greve. Depois de quase dois dias afastado da direção do movimento, Lula reassumiu a coordenação da greve, com Benedito Marcílio, numa assembléia realizada em frente à Igreja Matriz, no Paço Municipal de São Bernardo, com a presença de aproximadamente 20 mil trabalhadores. Todos esses reveses acabaram influenciando a própria mobilização dos operários: em muitos locais, os trabalhadores retornaram a suas atividades, fazendo com que os membros do comando de greve “reavaliassem o movimento e visualisassem a inviabilidade do seu prosseguimento” (ANTUNES, 1992, p. 50). Por isso, já no dia 27, quatro dias após a intervenção nos sindicatos, as principais lideranças grevistas firmaram um acordo com o patronato garantindo uma trégua de 45 dias, período em que seriam feitas novas negociações com as empresas. Durante todo o mês de abril, porém, longe de existir uma trégua, foram registradas em várias empresas demissões em massa de trabalhadores que haviam aderido à greve e cortes nos salários dos dias parados.

Para 1º de maio, estava programado um grande evento em São Bernardo do Campo para comemorar o feriado do Dia dos Trabalhadores, data que os articuladores do PT haviam escolhido para divulgar a Carta de Princípios do novo partido. Um episódio curioso marcou os trabalhos da comissão no mês de abril. Para imprimir o documento, a Convergência Socialista emprestou a gráfica onde era produzido o jornal *Versus*, uma publicação do grupo. A poucos dias do evento, membros da comissão eleita no Congresso de Lins foram até a gráfica para procurar o material, quando, em vez de encontrarem cópias do documento, viram cerca de 10 mil cadernos editados com o mesmo *layout* e expediente do jornal, como se a Convergência, e não os sindicalistas, fosse a principal força nas articulações para a criação do PT. Temendo que a vinculação com a Convergência pudesse afastar novos apoios ao partido, a comissão decidiu suspender a distribuição dos cadernos já impressos.

No Dia do Trabalhador, aproximadamente 130 mil pessoas compareceram ao evento comemorativo, organizado em conjunto por setores que apoiavam a proposta petista e militantes do MDB. Por isso, houve um acordo para que não fossem discutidas questões partidárias nos discursos programados para aquele dia. “Dissemos o seguinte: não vamos falar nada do PT, vamos apenas nos limitar a distribuir para a imprensa algumas cópias da Carta de Princípios. Se vocês não levarem Ulisses Guimarães e também não se referirem a outros partidos, fechamos o acordo”.¹⁴ Porém, quando foi lida uma carta dirigida aos trabalhadores, enviada especialmente por Ulysses Guimarães – na época, deputado federal e presidente do MDB –, vários dirigentes que participavam dos debates sobre a criação do PT sentiram-se liberados para defender a nova legenda. O Partido dos Trabalhadores, que até então era apenas uma proposta, “tornou-se um fato”, pois no dia seguinte ao 1º de maio a imprensa de todo o país divulgou trechos do documento distribuído durante o evento em São Bernardo (BERBEL, 1991, p. 89).¹⁵

A Carta de Princípios retomava alguns pontos da Tese de Santo André-Lins, como a crítica ao MDB, considerado um “aglomerado de composição altamente heterogênea e sob controle e direção de elites liberais conservadoras” que, “pela sua origem, pela sua ineficácia histórica, pelo caráter de sua direção, por seu programa pró-capitalista, mas sobretudo pela sua composição social essencialmente contraditória, onde [...] prevalecem em toda a linha os interesses dos patrões, jamais poderá ser reformado” (COMISSÃO, 1979a). Por outro lado, o documento detalhava a proposta do Partido dos Trabalhadores, cujo perfil definido no Congresso de Lins ainda era muito geral. Na Carta, o PT se declarava um partido de massas que unia

ao lado dos operários, [a] vanguarda de toda a população explorada, todos os outros trabalhadores – bancários, professores, funcionários públicos, comerciários, bóiafrias, profissionais liberais, estudantes, etc. – que lutam por melhores

condições de vida, por efetivas liberdades democráticas e por participação política.

A característica principal da proposta, portanto, era a de construir um “partido sem padrões” que pudesse garantir aos trabalhadores o direito de participar politicamente de um partido que fosse verdadeiramente seu, ao contrário do MDB. Além da própria definição do perfil da nova legenda, um ponto que resultou em muitas críticas de lideranças políticas da época foi o que vinculava a criação do PT aos dirigentes sindicais que estavam à frente da proposta. No documento, os sindicalistas afirmavam ter consciência de que não eram os “donos do PT”, mas que naquele momento eram “insubstituíveis” para assumir o papel de organizadores do partido, usando “nossa autoridade moral e política para tentar abrir um caminho próprio para o conjunto dos trabalhadores”, completaram.

A Carta de Princípios destacava, ainda, algumas propostas importantes que o novo partido defendia, como a mudança do modelo econômico, o fim do regime militar, o incentivo à organização popular, a subordinação das atividades parlamentares aos trabalhos de organização das massas, o respeito ao direito de fração e de tendências em seu interior, além da intenção de implantar núcleos de militantes em locais de trabalho, sindicatos e bairros. Quanto à democracia e ao socialismo, assunto que sempre gerou interpretações divergentes, o novo partido confirmava “seu compromisso com a democracia plena, exercida diretamente pelas massas”, considerando que “não há socialismo sem democracia e nem democracia sem socialismo”. O próprio conceito de socialismo do PT era peculiar, podendo ser entendido como simples sinônimo de radicalização da democracia, que, por sua vez, significava a forma de acesso da sociedade civil a seus direitos. Essa definição mais fluida dos conceitos de *democracia* e *socialismo* permitiu aos grupos tão diversos que apoiaram a proposta petista, como os sindicalistas e as organizações de esquerda, conviverem juntas durante bastante tempo, cada um interpretando esses conceitos a seu modo (KECK, 1991).

O lançamento da Carta gerou muita polêmica no movimento sindical e também entre os políticos que discordavam de seu conteúdo. Na época, muitas lideranças políticas criticaram a proposta, classificando-a como extremamente *classista* – portanto, restrita – e estritamente sindical – o que diminuía consideravelmente a base social de apoio ao novo partido. Fernando Henrique Cardoso, que àquela altura já havia abandonado a idéia de criação do PPDS, afirmou que o PT tomara um “curso restritivo” com as propostas contidas na Carta de Princípios. Almino Affonso, que desde março optara por fortalecer a tendência popular do MDB, também censurou o lançamento do documento. No próprio partido de oposição, vários parlamentares criticaram a proposta petista, que acusava o MDB de estar ligado aos interesses patronais. Entre as esquerdas, PCB, PCdoB e MR-8 prosseguiram nas críticas que vinham fazendo ao PT desde 1978 de que o partido representava uma divisão no meio sindical e nas oposições. Essas organizações defendiam saídas alternativas, como a criação de uma Frente Patriótica Antifascista de oposição ao regime militar e sem distinção de classe quanto a sua composição ou de uma Frente Democrática Popular que afastasse do MDB os que fossem comprometidos com o governo.¹⁶ Nem a Igreja Católica, que desde os anos 1960 vinha apoiando os movimentos sociais e que durante a greve daquele ano ajudara na mobilização, aderiu ao PT.

Em linhas gerais, os críticos do novo partido consideraram irresponsáveis e aventureiras as propostas divulgadas no dia 1º de maio, num momento de união das forças oposicionistas em favor da democracia – somando-se a isso as divergências entre os sindicalistas que participavam do Movimento pró-PT de prosseguir com a greve após os 45 dias de trégua estabelecidos no final de março (BERBEL, 1991). No meio sindical, a comissão responsável pela elaboração do documento também foi duramente criticada, principalmente porque a Carta de Princípios fora distribuída sem que houvesse qualquer discussão sobre seu conteúdo junto às lideranças sindicais. Muitos desses dirigentes, inclusive Lula, afirmaram que o ato tinha sido precipitado e fruto do “vanguardismo” da comissão, cujos “membros pertenciam ou eram simpáticos a

organizações de esquerda de tendência trotskista” (MENEGUELLO, 1989, p. 67) – Skromov, por exemplo.

Pouco mais de uma semana depois, as divergências entre os sindicalistas aumentariam por causa da decisão do comando de greve de encerrar as mobilizações no ABC. Como foi visto, o episódio envolvendo a divulgação da Carta de Princípios e a repercussão que ela teve no meio político e sindical tinham ocorrido durante a trégua firmada entre os líderes da greve e o patronato. No dia 12 de maio, o comando de greve assinou um acordo com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) pondo fim à mobilização daquele ano. O acordo, que além de “bastante insatisfatório” (ANTUNES, 1992, p. 53), se comparado à proposta inicial dos trabalhadores, ainda previa descontos dos dias parados, motivou discussões entre os líderes da mobilização. De um lado, alguns sindicalistas eram favoráveis à aceitação da proposta da FIESP, prevendo que isso facilitaria a retomada dos sindicatos sob intervenção federal. De outro, um grupo de dirigentes mais radicais defendia a continuação da greve como forma de pressionar o governo a reconduzir os diretores afastados a seus cargos. No dia seguinte, foi realizada uma nova assembléia em São Bernardo do Campo para apresentar a proposta aos trabalhadores, que aprovaram o acordo, em meio “à dificuldade de obtenção de algo mais favorável e [...] à priorização que passou a ser dada no sentido da recuperação do Sindicato pelos operários”. Já no dia 15, a intervenção foi suspensa pelo governo e os sindicatos foram entregues às suas diretorias, sem que houvesse necessidade de uma tentativa de ocupação à força, como fora cogitado na assembléia da antevéspera.

O fim da greve, porém, apenas acentuou as divergências entre os sindicalistas envolvidos nas articulações do PT. Alguns, como Paulo Skromov e Jacó Bittar, que já haviam sido surpreendidos pelo afastamento de Lula no início da greve e se desentendido com ele por conta da divulgação da Carta de Princípios, acreditavam na estratégia do enfrentamento, e por isso não concordaram com a suspensão das mobilizações e a volta ao trabalho. O fato de o

acordo com os patrões ter sido firmado no dia 12 – portanto, antes de a proposta ser discutida na assembléia – também ajudou a reforçar as diferenças entre esse grupo e os sindicalistas ligados a Lula.

Encerrado o movimento grevista daquele primeiro semestre, Lula passou a manifestar a intenção de aproximar-se do MDB, que apoiara os metalúrgicos durante a greve de 1979, para viabilizar a construção do PT.¹⁷ Essa nova posição expressava, por um lado, a reavaliação feita sobre o papel que os emedebistas poderiam desempenhar naquele momento e, por outro, a completa discordância com o conteúdo do documento divulgado no Dia dos Trabalhadores, de cuja elaboração Lula sequer participara e em que o MDB, como foi visto anteriormente, era duramente atacado. As propostas de um partido mais amplo, de massas – tendo, inclusive, o apoio de parte da oposição oficial – e de uma legenda classista, fechada, conviveriam até o início de 1980, quando o PT optou por um caminho aberto à participação de amplos setores.

Entre os meses de junho e outubro, quando o Movimento pró-PT seria lançado nacionalmente, foram realizadas várias reuniões entre sindicalistas, intelectuais, políticos e líderes de diversos movimentos sociais na tentativa de chegar a um consenso com relação às três propostas em jogo: a criação do Partido dos Trabalhadores; a formação de um partido popular, mais amplo do que o PT; e a continuação no MDB. Apesar das comissões criadas para discutir o assunto e das inúmeras articulações, as “diferenças de avaliação tanto da estrutura, que dava lugar às oportunidades políticas, quanto da identidade e dos interesses dos grupos envolvidos” (KECK, 1991, p. 86) terminaram levando à divisão desses grupos.

Por isso, cada um deles adotou estratégias diferentes para seguir adiante com seu projeto político. Alguns, como Fernando Henrique Cardoso e Almino Affonso, buscaram colocar-se como pólo de atração para a formação de um partido popular, tendo em vista a expectativa de que, com a reforma partidária, as novas legendas só pudessem ser criadas com o apoio de 10% do Congresso Nacional,

o que favoreceria aqueles que tivessem bom trânsito entre os políticos – o que não era o caso dos sindicalistas. Esses dirigentes, que àquela altura já tinham conquistado o apoio de parte dos intelectuais envolvidos nas discussões e de dois parlamentares emedebistas – Edson Khair, do Rio de Janeiro, e Antônio Carlos de Oliveira, do Mato Grosso do Sul –, preferiram arriscar com a proposta petista, que poderia ser inviabilizada caso a reforma partidária tivesse realmente o conteúdo esperado, a não conseguir encaminhar suas reivindicações no MDB. Por fim, um terceiro grupo optou por continuar no partido oficial de oposição, até mesmo pelo êxito alcançado nas eleições do ano anterior. Apesar do interesse real em se aproximarem do PT, para os parlamentares da ala popular emedebista era arriscado filiar-se ao novo partido naquele momento, pois, caso a experiência petista fracassasse, acabariam isolados com o PT. Por outro lado, se a proposta tivesse sucesso mas permanecesse restrita, tal como definia a Carta de Princípios, poderiam ser prejudicados num futuro projeto de reeleição, em 1982. Durante aqueles meses, ao mesmo tempo em que se tentava chegar a um consenso sobre os rumos da oposição, os sindicalistas envolvidos na proposta petista se reuniram com lideranças de outros estados para organizar comissões provisórias do novo partido.

Finalmente, no dia 13 de outubro, pouco mais de um ano depois de lançada a proposta de criação do Partido dos Trabalhadores, foi realizado, em São Bernardo do Campo, o primeiro encontro nacional do Movimento pró-PT. Além dos intelectuais que apoiavam a formação do partido, também participaram do evento alguns parlamentares do MDB, como Edson Khair e José Eudes, do Rio de Janeiro, e os paulistas Marco Aurélio Ribeiro e Geraldo Siqueira. Outros grupos também foram representados na reunião por meio da cobertura e do apoio de alguns jornais alternativos da época: o *Companheiro*, do MEP; o *ABCD Jornal*, da Convergência Socialista, do Ala Vermelha¹⁸ e do Movimento pela Emancipação do Proletariado; e o *Em Tempo*, editado pelos grupos que formariam a DS no final daquele ano.

O encontro esteve voltado basicamente para a discussão da Plataforma Política que seria aprovada naquele dia. O ponto mais polêmico nos debates a respeito do documento foi a inclusão, expressa ou não, da perspectiva socialista como um dos objetivos do PT. A proposta, que acabou não sendo incluída no texto final (COMISSÃO, 1979b), foi avaliada por alguns participantes como precipitada, especialmente porque o país estava em meio a um processo de transição política. Já os sindicalistas consideravam que a questão do socialismo ainda não era compreendida pela maioria dos trabalhadores, de modo que sua inclusão no documento poderia ter o efeito contrário ao esperado, afastando-os do PT. Tal como na Carta de Princípios, a concepção de socialismo continuou sem muita precisão, o que foi importante, pelo menos naquele momento, para abrigar sob a proposta petista grupos tão variados como os que apoiavam a criação do partido.

Outro ponto que gerou muita polêmica foi inclusão no texto final da perspectiva de um *governo dos trabalhadores*, expressão que, no Brasil, fora lançada originalmente pela ORM-Polop, em 1966, como uma concepção tática em direção ao socialismo. No encontro, a idéia serviu como proposta de consenso entre os grupos que aderiram ao PT, uma vez que expressava o conteúdo classista do novo partido, como defendiam os redatores da Carta de Princípios, mas sem reconhecer o PT como um partido socialista, como queriam alguns sindicalistas e intelectuais. Ao final do encontro, foi eleita a Comissão Nacional Provisória do partido, da qual não fizeram parte os intelectuais. O grupo – formado pelos membros do comitê eleito em janeiro, em Lins, e por outros 13 militantes – ficou responsável por coordenar os trabalhos relativos à criação dos núcleos partidários, como exigia a legislação.

Menos de uma semana após o encontro, o governo João Baptista Figueiredo (1979-1985) enviou ao Congresso Nacional o tão esperado projeto de reforma partidária. A nova legislação, que seria promulgada pouco antes do final do ano, introduziu modificações importantes na Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Lopp) de 1971. Antes de mais nada, foram dissolvidos os dois únicos partidos da

época, Arena e MDB, pondo fim ao bipartidarismo instaurado nos primeiros anos do regime militar. Muito embora essa medida tenha sido mais uma tentativa de dividir a oposição, os emedebistas, por sua vez, já reivindicavam havia bastante tempo o direito de formar novos partidos. Além do mais, o interesse do governo em enfraquecer o MDB ganhara um motivo especial em 1979: as eleições municipais, no ano seguinte, quando os militares temiam uma vitória fragorosa da oposição.¹⁹

Foram definidos também vários requisitos para que um partido pudesse obter seu registro provisório. Cada agremiação deveria publicar um manifesto, programa e estatuto, cujas cópias precisariam ser enviadas ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pela Comissão Diretora Nacional Provisória. Essa Comissão, por sua vez, deveria ter entre 7 e 11 membros eleitos obrigatoriamente pelos fundadores do partido, cujo mínimo exigido era de 101 pessoas. A Comissão Nacional também era obrigada a designar Comissões Estaduais; essas, por seu turno, Comissões Municipais; e, nas capitais de estado, comissões para cada zona eleitoral. Cópias autenticadas das atas das reuniões de formação de cada uma dessas comissões deveriam ser enviadas ao TSE. Cumprido todos esses requisitos, o novo partido teria até um ano para se organizar, isto é, realizar convenções em pelo menos 20% dos municípios de, no mínimo, nove estados, além da própria Convenção Nacional para eleger sua direção. Mesmo assim, o partido só poderia funcionar legalmente caso tivesse 10% de parlamentares do Congresso ou se na eleição mais próxima obtivesse 5% do total de votos de pelo menos nove estados, sendo, em cada um deles, no mínimo, 3% para a Câmara dos Deputados.

A nova legislação estabelecia ainda como deveria ser a estrutura partidária: órgãos deliberativos e suas funções; filiação, indicando quem deveria cuidar dessa atividade e como ela seria realizada; disciplina interna, especificando as condições para suspensão, expulsão ou perda do mandato; finanças, detalhando quais seriam as obrigações contábeis do partido, de quem receber e como e quando declarar as receitas e os gastos; além dos recursos do

Fundo Partidário, regulamentando como os valores deveriam ser distribuídos entre as legendas e dentro de cada um dos partidos.

Para o PT, todas essas modificações trouxeram enormes dificuldades, porque, ao contrário do Partido Democrático Social (PDS) e do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que sucederam a Arena e o MDB, respectivamente, o Partido dos Trabalhadores não herdara nenhuma estrutura partidária anterior à lei ou mesmo parlamentares que o ajudassem a cumprir as novas exigências para obtenção de seu registro oficial. Contudo, o que mais preocupou a direção petista foi um artigo da nova lei que proibia a legalização de partidos classistas, como ficara expresso na Carta de Princípios lançada em maio. Em 21 de novembro, apenas dois dias depois de o projeto ser enviado ao Congresso Nacional, alguns líderes do PT se encontraram em São Bernardo para discutir a questão.

Apesar de na maioria de suas declarações os dirigentes petistas terem afirmado que o partido seria legalizado, já existiam, diante das incertezas causadas pela nova legislação, algumas posições alternativas. Lula, por exemplo, declarou mais de uma vez que, mesmo o PT não sendo legalizado, isso “importava menos que o processo educativo de discussão do partido pelos operários e a organização dos núcleos de base” (Citado por KECK, 1991, p. 110). Por outro lado, o coordenador da Comissão Nacional Provisória, Jacó Bittar, chegou a dizer que, se o PT não fosse oficialmente registrado até 1982, apoiaria o partido que abrigasse os membros da ala popular do MDB. Essa restrição, somada a outros fatores, como a proibição aos sindicatos de fazerem doações a partidos políticos e a participação no Movimento pró-PT de grupos com origens políticas bastante diversas, acabou consolidando a perspectiva de construção de um partido de massas, mais amplo, que abrigasse os diferentes projetos em pauta e, ao mesmo tempo, cumprisse os requisitos legais. Por isso, apesar da preocupação inicial das lideranças petistas com a nova lei, o ano de 1979, tão agitado no meio político e sindical, terminaria com um saldo

extremamente positivo para os que haviam se engajado na proposta de criação do novo partido.

[1](#) Em 1974, quando foi renovado um terço do Senado, o MDB conquistou 16 das 22 vagas. Em 1978, também para o Senado, o partido recebeu 50% dos votos, contra 34,7% da Arena. Dados disponíveis em Kinzo (1988).

[2](#) A Lei no 6.339 de 1º de julho de 1976, popularmente conhecida como Lei Falcão, alterou o Código Eleitoral quanto ao uso dos meios de comunicação durante o período eleitoral. Com as mudanças, os candidatos não puderam mais utilizar o rádio e a televisão para fazer pronunciamentos. Era permitido apenas “mencionar a legenda, o currículo e o número de registro dos candidatos na justiça eleitoral, bem como a divulgar, pela televisão, suas fotografias, podendo, ainda, anunciar o horário e local dos comícios” (Citado por DUARTE, 1980, p. 184). Por sua vez, o chamado Pacote de Abril, aprovado no ano seguinte à Lei Falcão, além de estender as novas regras para as eleições estaduais e federais de 1978, também alterou os critérios de representação dos estados na Câmara dos Deputados, manteve as eleições indiretas para governadores e estabeleceu a indicação, pelo Presidente da República, de um terço das vagas no Senado.

[3](#) A caracterização detalhada de cada um desses grupos pode ser encontrada em Kinzo (1988, p. 57-79).

[4](#) Parte da literatura refere-se ao PPDS apenas como Partido Popular.

[5](#) Sobre o PSB, ver Vieira (2002).

[6](#) A expressão *autênticos* foi utilizada, pela primeira vez, em julho de 1978, pela imprensa, para se referir a um grupo de jovens sindicalistas cujas propostas se afastavam das reivindicações apresentadas pelos dirigentes tradicionais. Entre outras coisas, os autênticos defendiam a autonomia, a liberdade e o pluralismo

sindicais; a democratização e utilização mais agressiva da estrutura oficial dos sindicatos; a aproximação entre os dirigentes e as bases, por meio das comissões de fábrica, que deveriam funcionar sob o controle dos sindicatos; o direito à greve; e a negociação direta com o patronato, sem intermediação do Estado. Os dirigentes simpatizantes do modelo sindical praticado antes de 1964 – considerado pelos autênticos como populista, distante das bases e pouco interessado nas necessidades mais urgentes dos trabalhadores – ou mesmo os que se aliaram ao regime militar depois do golpe eram chamados de *reformistas* ou *pelegos*. Para levar à frente suas propostas, os sindicalistas autênticos optaram pelo enfrentamento com o governo, por meio das greves, e pela politização do cotidiano fabril e de vida dos próprios trabalhadores. Tudo isso formou um conjunto de propostas e práticas conhecido como *novo sindicalismo*, que buscava, como o próprio nome indica, opor-se ao sindicalismo praticado até meados da década de 1970. Em alguns trabalhos, pode-se encontrar o nome *combativos* em referência aos sindicalistas autênticos. Para mais detalhes sobre o novo sindicalismo e os grupos existentes no interior do movimento sindical nos anos 1970-1980, ver Rodrigues (1999), particularmente os Capítulos 2, 4 e 7.

7 A própria entrada de Lula na chapa que concorreu à direção do sindicato em 1972 aconteceu por intermédio de um de seus irmãos, Frei Chico, que era militante do PCB.

8 A AP-ML, dissolvida em 1981, era herdeira da antiga Ação Popular (AP), organização de base ideológica cristã fundada em 1963. Já nos anos 1960, a AP passou a orientar-se teoricamente pelo marxismo-leninismo. Dividida entre a influência revolucionária cubana e chinesa, a AP sofreu seu primeiro racha: a formação do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), em 1968, cujos membros eram contrários à vertente chinesa. Boa parte dos militantes do PRT, que encerrou suas atividades em 1971, apoiaria a criação do PT na década de 1980. Ainda naquele ano, a maioria que permanecera na AP, então decidida pelo maoísmo, mudou o nome da organização para Ação Popular-Marxista Leninista. Em 1973,

com o apoio da China, a AP-ML optou pela sua dissolução no interior do PCdoB, alinhado ao regime de Mao Tse-Tung e reconhecido por ela como o verdadeiro partido da vanguarda proletária. A minoria contrária à dissolução decidiu manter a organização sob o mesmo nome. Porém, com a intensa repressão da ditadura, a AP-ML praticamente desapareceu. Os membros de sua direção nacional foram enviados para o exílio, onde, em conjunto com o MR-8 e a Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-Polop), editaram a revista *Brasil Socialista*. Daí porque, nessa época, ficou conhecida também pelo nome de AP-Socialista. Na segunda metade dos anos 1970, a AP-ML – ou AP-Socialista – passou por uma revisão do maoísmo, definitivamente abandonado como perspectiva teórica. Com a reforma partidária, parte dos seus militantes filiou-se ao PT, onde se reencontraram com antigos companheiros da AP que haviam saído em 1968. Há uma certa confusão de siglas feita pela literatura e por militantes de esquerda em relação à Ação Popular, já que a AP-ML é, muitas vezes, chamada simplesmente de AP, embora esse nome tenha sido utilizado somente até 1971. Sobre a AP, ver Ridenti (2002).

[9](#) O PCB foi a única organização a apoiar o MDB desde 1965, ano de fundação do partido. Somente a partir de meados da década de 1970, quando os grupos que haviam participado da luta armada passaram por um processo de reorientação política, é que os emedebistas obtiveram o apoio de outras organizações de esquerda, como o MR-8 e PCdoB.

[10](#) “Ouvi muitas críticas no sentido de que eu não deveria apoiar ninguém e sim ser o candidato ao Senado. Hoje reconheço que minha inexperiência em política partidária fez com que cometesse alguns erros fundamentais. [...] Em vez de termos ajudado um candidato, deveríamos ter pleiteado com mais força uma vaga para ser disputada por um trabalhador” (GUIZZO et al., 1980, p. 147).

[11](#) A FBT era uma dissidência do antigo Partido Operário Revolucionário Trotskista (POR-T), surgida no final dos anos 1960

em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Enquanto os militantes paulistas apoiaram a criação da Liga Operária, em 1974, os gaúchos ajudaram a formar, junto a outros grupos, a Organização Marxista Brasileira (OMB), no ano seguinte. Sobre o POR-T, ver Pereira Neto (1997).

[12](#) Sobre o PCB, vale notar que a crítica dirigida ao PT também se fundamentava na perspectiva de que os comunistas eram os legítimos representantes da classe trabalhadora. A divisão, portanto, não era causada pelo PCB, com uma história que remontava à década de 1920, mas sim pelo PT. Cerca de um ano depois, Lula daria a seguinte declaração sobre o assunto: “Não é novidade o pessoal do PC ser contra o PT. Porque eles entendem que o partidos dos trabalhadores já existe desde 1922 e que eles são os legítimos representantes da classe trabalhadora” (GUIZZO, 1980, p. 252).

[13](#) Em 1982, o CLTB foi incorporado à Democracia Socialista. No ano anterior, a DS já havia se unificado com outro agrupamento trotskista, racha da Convergência: a Organização Revolucionária dos Trabalhadores (ORT), liderada por Júlio Tavares. Após a unificação, a DS passou a se chamar Organização Revolucionária Marxista-Democracia Socialista (ORM-DS).

[14](#) Entrevista de Paulo Skromov citada por Harnecker (1994, p. 76).

[15](#) Cópias da Carta também foram distribuídas em outras cidades, mas em número bem menor que em São Bernardo do Campo. Nesse sentido, o episódio envolvendo o jornal *Versus* prejudicou a circulação mais ampla do documento.

[16](#) No MDB, esse grupo de parlamentares ficou conhecido como *adesista* ou *fisiologista*, por causa das práticas clientelísticas de que dependiam seus mandatos e também pela extrema cautela com que se relacionavam com o governo. Até a extinção do AI-5, em dezembro de 1978, muitos deles temiam ter seus mandatos cassados pelo regime, o que ajuda a explicar, em parte, o comportamento do grupo.

[17](#) “Não podemos perder de vista que nós temos um grupo de políticos hoje dentro do MDB, elementos sérios, que sem dúvida poderiam participar dessa discussão [sobre o PT]” (GUIZZO, 1980, p. 193). A aproximação de Lula com o MDB durante a greve de 1979 foi consequência, em parte, das atividades desenvolvidas em conjunto com Almir Pazzianoto e Tito Costa, que não cogitavam o rompimento com o partido, e também com o sindicalista Enílson Simões de Souza, o Alemão, presente nos preparativos grevista daquele ano e crítico da formação do PT (BERBEL, 1991).

[18](#) Dissidência do PCdoB fundada em 1966.

[19](#) A eleição de 1980, que não incluía as capitais de estado nem os municípios considerados áreas de segurança nacional, seria adiada para 1982, coincidindo com a disputa para deputados estaduais, federais, governadores e senadores.

Capítulo 2

A fundação da democracia socialista

Na medida em que o Movimento pró-PT foi ganhando mais organicidade, particularmente entre os sindicalistas autênticos, vários jornais da imprensa alternativa passaram a apoiar a criação do novo partido. Grande parte deles pertencia a grupos políticos de esquerda ou simplesmente contava com a colaboração de seus militantes, que buscavam novas formas de fazer oposição ao regime militar. Para muitas dessas organizações, a opção pelos jornais alternativos foi o desdobramento de um processo mais amplo de redefinição política após o fracasso da luta armada da qual haviam participado. Em meados dos anos 1970 em diante, praticamente todos os grupos da chamada *esquerda revolucionária* se articularam com o Partido Comunista Brasileiro e os trotskistas – ambos, críticos das ações armadas desde a primeira hora – para formar um campo de luta pelas liberdades democráticas (ARAÚJO, 2004).¹

Neste campo, porém, existiam várias interpretações do que realmente seria a *luta democrática*: enquanto para o PCB ela se aproximava da estratégia revolucionária comunista em duas etapas – uma burguês-democrática e outra, a seguir, proletário-socialista –, para grupos como o MR-8 e a AP-ML, por exemplo, a transição para a democracia funcionaria apenas sob o ponto de vista tático, como forma de derrubar a ditadura e criar as condições necessárias para a implantação do socialismo. De todo modo, os jornais alternativos, caracterizados pelo seu formato tablóide ou minitablóide, por uma tiragem irregular e pela circulação restrita, ocuparam um espaço importante nas denúncias contra os governos militares, na mobilização popular e na divulgação das opiniões dos próprios grupos de esquerda da época. Além disso, tiveram um papel fundamental na rearticulação dos militantes políticos após o

fracasso da experiência armada, na formação de um público antitadura cada vez mais favorável à redemocratização e na difusão de uma espécie de “cultura de esquerda” (ARAÚJO, 2004, p. 170).

Entre os que apoiaram o Partido dos Trabalhadores, um dos que teve maior receptividade no meio sindical foi o *ABCD Jornal*, criado em 1975 por alguns jornalistas de esquerda. Publicado esporadicamente em seus primeiros anos, depois de 1978, o jornal contou com o apoio do MEP, Ala Vermelha e Convergência Socialista, passando a circular com regularidade inclusive durante um rápido intervalo de tempo em edições semanais. Desde o início das articulações, o *ABCD Jornal* apoiou a criação do novo partido, defendendo o PT dos que o acusavam de ser *obreirista* e de fragmentar a oposição ao regime militar (KECK, 1991).² Além disso, no final dos anos 1970, com a cobertura que fez dia-a-dia das greves, o jornal acabou conquistando a simpatia de muitos líderes sindicais, freqüentemente entrevistados pela sua equipe jornalística. A Convergência Socialista, por sua vez, também participou da publicação de outro jornal alternativo: o *Versus*, protagonista de um dos episódios que expôs com maior clareza as divergências iniciais entre os apoiadores da proposta petista. Desde o início da década de 1970, quando ainda estavam na Argentina, parte dos militantes que deram origem à Convergência participou da publicação do jornal *Independência Operária*, editado mesmo depois do retorno ao Brasil. Já, no país, foram convidados a participar do *Versus*, que, ao passar para o controle do grupo, transformou-se na publicação oficial da Convergência – no início de 1979, o próprio jornal passou a se chamar *Convergência Socialista*. O PT contou ainda com o apoio de outros jornais, como o *Companheiro*, do qual participava o MEP; *O Trabalho*, editado pela OSI; além de publicações regionais ligadas a grupos políticos menores ou a movimentos estudantis (LEAL & KAREPOVS, 2007; BERBEL, 1991).³

Pelo menos até meados dos anos 1980, as publicações dos grupos de esquerda favoráveis à criação do PT tiveram um papel muito importante na divulgação do partido, em sua comunicação interna e

na discussão de questões nacionais e internacionais. Os jornais alternativos, neste caso, apenas preencheram um espaço deixado pelo próprio PT, que até 1985 teve uma imprensa bastante irregular (KECK, 1991). O primeiro jornal do partido, por exemplo, só foi publicado dois anos após sua fundação, entre março e novembro de 1982 – período correspondente à campanha eleitoral. Em 1983, a publicação foi substituída por um boletim que, assim como o jornal, ficou restrito aos assuntos internos e às notícias dos movimentos sociais. Somente a partir de 1985, com o início do governo José Sarney (1985-1990) e dos debates sobre a Assembléia Nacional Constituinte, é que o PT conseguiu manter uma imprensa regular, editando um novo jornal, de circulação nacional e com formato tablóide, parecido com os da esquerda organizada petista e reservado à discussão de questões externas ao partido.

No conjunto dos jornais alternativos que apoiaram a nova legenda, um dos que mais se destacaram – pela sua ampla circulação, vendagem e cobertura dos principais acontecimentos do meio político e sindical – foi o *Em Tempo*. O jornal fora criado a partir de um racha, em abril de 1977, na equipe do *Movimento*, publicação que tinha sido controlada pelo PCdoB, de quem seus participantes divergiam politicamente. A divisão dentro do *Movimento* foi motivada pelo fato de seus grupos mais à esquerda discordarem da proposta do PCdoB de criar uma frente democrática, vista pela maioria dos dissidentes como “hegemonizada por correntes liberais-burguesas” (KUCINSKI, 2003, p. 162).⁴ No dia seguinte ao racha, o grupo histórico que saiu do *Movimento* – formado por jornalistas, intelectuais de esquerda, ex-militantes da AP-ML que não haviam aderido ao PCdoB, dois membros do antigo Comando de Libertação Nacional (COLINA)⁵ e militantes de um pequeno agrupamento político denominado *Subfrente* – reuniu-se para discutir a formação de um novo jornal que pudesse, além de se contrapor à orientação do *Movimento*, “subsidiar a organização dos trabalhadores” (KUCINSKI, 2003, p. 167). Nas semanas seguintes, agregaram-se em torno dos dissidentes antigos colaboradores do *Movimento* e de outros jornais alternativos, bem como novos agrupamentos políticos

que haviam surgido na época – dando início a um processo de reaglutinação de parte da esquerda brasileira.

Entre eles, por exemplo, estava o *Debate*, grupo formado por ex-participantes do *Movimento* que saíra do jornal antes mesmo do racha de 1977, também por discordar da linha política defendida pelo PCdoB. Ao se aproximar dos articuladores do *Em Tempo*, atraiu para as discussões sobre o novo jornal ex-militantes da ORM-Polop, que trouxeram consigo antigos membros do Partido Operário Comunista (POC). A Libelu, corrente estudantil da OSI, aderiu marginalmente ao jornal, com a participação de apenas dois de seus militantes. O MEP, por sua vez, mesmo rejeitando o trotskismo, orientação da maioria dos grupos políticos que se aproximou do *Em Tempo*, tinha afinidades com a “cultura trotskista” (KUCINSKI, 2003, p. 404), como o repúdio ao stalinismo, e por isso optou por seguir com os dissidentes do *Movimento*. O MR-8 foi outro grupo que possivelmente participou do novo jornal para tentar controlá-lo, o que acabou não ocorrendo, apesar de rapidamente ter conquistado espaço nas sucursais do Rio de Janeiro e de São Paulo. Com a volta dos exilados políticos ao Brasil, no final de 1979, também aderiram ao novo jornal membros do grupo dos *autonomistas*, assim chamados por acreditarem que o movimento operário deveria estar desvinculado de partidos políticos.

No campo trotskista, a então controladora da sucursal do Movimento em Belo Horizonte, Centelha, foi o primeiro grupo a participar das articulações do *Em Tempo*, aderindo “maciçamente ao racha” de abril (KUCINSKI, 2003, p. 404). A Centelha era uma corrente estudantil lançada em 1977 por um grupo de Minas Gerais chamado apenas de O. (abreviatura de *Organização*) – ainda pela concepção de clandestinidade que cercava a militância de esquerda na época (LEAL & KAREPOVS, 2007). A O. mineira – liderada, entre outros, por Flávio Andrade, Aluísio Marques, ex-militante da AP, e João Machado, que pertencera a antiga Juventude Universitária Católica – tinha sido criada na primeira metade dos anos 1970 por estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e de Juiz de Fora (UFJF) e da Pontifícia Universidade Católica de Minas

Gerais (PUC-MG). Seus integrantes eram contrários à atuação do PCdoB e da AP-ML no movimento estudantil e críticos da luta armada, posição que os levou a se engajarem no projeto do *Em Tempo*. De um lado, as divergências com o Partido Comunista do Brasil permitiram uma aproximação com as outras organizações que participavam do *Movimento* e que também discordavam da linha adotada pelo partido. De outro, a reorientação política de vários grupos de esquerda que tinham aderido às ações armadas também contribuiu para reforçar essa aproximação. Para aumentar sua influência no movimento estudantil, a O. lançou a tendência Centelha, em abril de 1977 – mesmo mês em que houve o racha no *Movimento*. A criação da Centelha ocorreu logo depois de encerrada a eleição para o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFMG, quando a chapa lançada pelo grupo mineiro – também chamada de Centelha – foi derrotada pelos candidatos apoiados pela AP-ML.⁶

Embora tenha participado do lançamento de tendências estudantis em outras universidades nos anos seguintes, como a *Estratégia*, na PUC-MG, e a *Nova Perspectiva*, na UFJF, foi mesmo com a Centelha que a O. conquistou certo peso político em Minas Gerais e aproximou-se da organização gaúcha com a qual fundaria a Democracia Socialista, no final de 1979. Além de representarem o *Movimento* em Belo Horizonte, os militantes da Centelha também controlavam o jornal *De Fato*, numa estratégia semelhante a de outros grupos que se contrapunham à hegemonia do PCdoB naquele jornal: participar de publicações regionais para divulgar suas posições políticas ao mesmo tempo em que atuavam na imprensa alternativa nacional. Com as articulações em torno da criação do novo jornal, quase metade da liderança mineira transferiu-se para São Paulo para “fazer o *Em Tempo*”,⁷ enquanto outros militantes do grupo permaneceram em Belo Horizonte como representantes da frente jornalística.

Afora o trabalho desenvolvido nas universidades, a O. também chegou a estabelecer contatos com a Oposição Metalúrgica de Belo Horizonte, ainda na primeira metade dos anos 1970. Criadas durante o regime militar, as oposições metalúrgicas eram frentes de

trabalhadores constituídas pela base, geralmente organizadas em comissões de fábrica e críticas da estrutura sindical oficial, considerada excessivamente atrelada ao Estado.⁸ A aproximação da O. com a Oposição de Belo Horizonte, porém, não ocorreu de forma direta, com a integração de militantes do grupo nas fábricas – estratégia adotada por outras organizações de esquerda. Para o contato com os metalúrgicos, a O. destacava pessoas que já haviam saído da universidade e integrantes do DIEESE, cujo escritório de Minas Gerais, na época, era dirigido por um membro do grupo, Virgílio Guimarães. Indiretamente, a O. fazia uso do Centro de Estudos do Trabalho (CET), órgão de formação e qualificação profissional coordenado também por um militante da organização. Por meio dos *Cadernos do CET*, publicação que tratava de “questões ligadas ao mundo da produção, da reprodução da força de trabalho na região industrial de Belo Horizonte ao lado de temas mais conceituais sobre a exploração da força de trabalho”,⁹ a O. conseguiu manter contatos também com esse segmento do operariado.

Do Rio Grande do Sul veio o outro grupo trotskista que participou da criação do *Em Tempo*. Formado por cerca de 15 militantes, o grupo, que também não tinha nome – assim como o de Minas Gerais, era chamado apenas de O. –, incluía ex-integrantes do POC que haviam sobrevivido à repressão da ditadura, como Raul Pont, por exemplo, além de estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). No final dos anos 1960, alguns militantes universitários do POC, criado a partir da união de ex-militantes da ORM-Polop com dissidentes gaúchos do PCB, animaram uma corrente estudantil denominada *Movimento Universidade Crítica*, “que deixara bases na UFRGS”.¹⁰ O grupo gaúcho retomou parcialmente essa tendência e, em 1973, com alguns universitários, criou sua corrente estudantil: a *Nova Proposta*. Os militantes do POC, já fora da universidade, e os estudantes que aderiram à Nova Proposta eram críticos da linha política – influenciada pelo PCdoB, pela Libelu e pela AP-ML – predominante em alguns centros acadêmicos e no DCE da UFRGS, discordando dessas organizações sobre como conduzir as lutas táticas contra o regime

militar. Um dos principais pontos de divergência era seu discurso de combate à ditadura, criticado pela Nova Proposta pela ausência de um conteúdo classista. As diferenças com o PCdoB e a AP-ML, particularmente, tendo se repetido em Minas Gerais, também ajudaram na aproximação dos grupos gaúcho e mineiro.

No final de 1974, o MDB, que até aquele ano vinha obtendo resultados eleitorais pouco expressivos, conseguiu uma vitória importante na disputa no Senado. Com isso, começou a haver uma mudança na relação do movimento estudantil e dos grupos de esquerda com o partido. Se até meados daquela década a legenda era malvista por ambos, a partir de então, com o processo de reorientação política dos agrupamentos armados – que passaram a buscar novas formas de atuação; a mudança na imagem do próprio MDB, que se tornara uma opção viável para o conjunto da oposição à ditadura militar; e o resultado extremamente favorável na disputa eleitoral de 1974 –, o partido conseguiu aproximar-se tanto das organizações de esquerda, ainda na clandestinidade, quanto do movimento estudantil (Motta, 1997). Para os primeiros, a legenda era uma garantia de oposição legal à ditadura, o que acabou atraindo, pela proximidade com a linha política básica do partido, tanto o PCdoB quanto o MR-8.¹¹ Já, para os estudantes, o MDB reservou um espaço próprio dentro de sua estrutura partidária, com a criação do Setor Jovem, em 1973.

A entrada desses grupos no partido de oposição fez parte de um projeto maior da sua liderança para ampliar a base eleitoral emedebista. Aberto à filiação de organizações e militantes de esquerda, a única exigência do MDB era a de que todos os grupos que aderissem ao partido seguissem sua linha política básica, ou seja, a luta pela redemocratização – o que atraiu, por conta das afinidades táticas, o PCB, PCdoB e MR-8 (KINZO, 1988). Por outro lado, a formação do Setor Jovem, no Rio Grande Sul, representou um marco na aproximação do partido com o movimento estudantil. Após seu congresso de fundação, o interesse do partido pela iniciativa foi tanto que os líderes dessa ala emedebista logo se reuniram com a direção partidária para discutir a ampliação da experiência gaúcha

para outros estados. Aos poucos, foram sendo criados núcleos jovens em vários pontos do país, mas apenas no Rio de Janeiro, em São Paulo e no próprio Rio Grande do Sul, estados onde o partido era mais forte, o Setor Jovem do MDB efetivamente existiu (MOTTA, 1997).

Na nova conjuntura política inaugurada em 1974, quando os grupos de esquerda e o movimento estudantil passaram a reavaliar sua participação no MDB, parte da Nova Proposta, que havia sido criada no mesmo ano que o Setor Jovem emedebista, decidiu participar dessa ala do partido, com o objetivo de ter uma expressão pública legal para sua atuação. Ao mesmo tempo, o Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas e Sociais (IEPES) do MDB – cujo coordenador, André Forster, tinha vínculos com o movimento estudantil, do qual fora dirigente no período pós-1964 – também atraiu os militantes da Nova Proposta, já que a atuação no lepes, ao lado da participação no Setor Jovem do MDB, “mantinha e permitia uma perspectiva de trabalho político para quem ia saindo da universidade”.¹² Em 1978, poucos meses antes das eleições daquele ano, o grupo gaúcho – que além do engajamento no MDB ainda mantinha vínculos com o movimento estudantil através da Nova Proposta – decidiu criar, por intermédio do Setor Jovem do MDB e com apoio de outros setores, uma corrente no interior do partido: a Tendência Socialista.¹³

Com o início da abertura política que culminou na aprovação da nova Lopp, em 1979, vários grupos de esquerda, como foi o caso da organização gaúcha que participou do *Em Tempo*, passaram a discutir as possibilidades de atuação política naquela conjuntura e as alternativas partidárias que poderiam surgir com o retorno do pluripartidarismo. Os militantes que formaram a Tendência Socialista acreditavam que as lutas legais e parlamentares deveriam ser combinadas, enquanto vigorasse o bipartidarismo, com a formação de correntes dentro do MDB, que na época ainda era o único partido legal de oposição à ditadura. Ao mesmo tempo, o engajamento no MDB indicava a preocupação desses militantes tanto em criar as bases para uma futura alternativa política quanto em não

enfraquecer o partido nas eleições seguintes, considerando que, depois dos resultados de 1974, as disputas eleitorais haviam se transformado em verdadeiros plebiscitos para aferir o apoio ao regime militar.

Desde sua criação, a Tendência Socialista se propusera a “aglutinar os socialistas dentro e fora do MDB” e “ocupar um espaço da defesa aberta e pública do socialismo através da luta e da propaganda ideológica e da intervenção política no movimento de massas” (PONT, [s.d.], p. 67). Essa proposta fez parte de um objetivo maior dos próprios militantes que lançaram a Tendência, que era o de viabilizar, a partir do MDB, a construção de um “movimento ou corrente socialista” de caráter nacional que pudesse contribuir para a criação de um partido socialista. A opção em continuar no MDB, portanto, teve um caráter estritamente tático de combate ao regime militar e em favor da redemocratização. Mesmo considerando indissociáveis a *luta democrática* e o *socialismo*, os militantes da Tendência rejeitavam a participação numa futura frente de oposições ou mesmo a aproximação com o PTB, caso ele viesse a ser reorganizado – o que ocorreu de fato, ainda que alguns anos mais tarde. Ao mesmo tempo, a continuação no MDB, a longo prazo, era descartada pela Tendência Socialista, que acusava os defensores da frente ampla de oposições de terem uma “visão extremamente ingênua e equivocada, pela confiança no espontaneísmo das massas na construção partidária” ou de acreditarem “numa perspectiva de aliança de classes com possibilidade de saída viável para o país” (PONT, [s.d.], p. 61), o que se aproximava da linha política adotada por alguns setores da esquerda, como o PCB, PCdoB e AP-ML. Quanto à aliança com o PTB, essa opção também era descartada pelos integrantes da Tendência Socialista, porque consideravam a alternativa trabalhista muito próxima da perspectiva anterior, sob o ponto de vista político.

Enquanto mantinha o trabalho na UFRGS e, de forma pública e legal, no MDB, o grupo gaúcho conservou um núcleo de militantes mais comprometidos politicamente e preocupados com a formação de uma organização revolucionária, apesar das alianças

estabelecidas no movimento estudantil e no partido de oposição. Como base teórica para fundamentar sua atuação política, o grupo adotou o trotskismo, conhecido por boa parte de seus integrantes desde os tempos de militância no POC, e as posições da corrente mandelista da IV Internacional, em particular. Na segunda metade dos anos 1970, os militantes do POC-Combate,¹⁴ exilados na França desde o início daquela década, aproximaram-se organicamente da *Ligue Communiste Révolutionnaire* (LCR), a então seção francesa do Secretariado Unificado da IV Internacional, estabelecendo um vínculo ainda mais estreito com o trotskismo e, por extensão, com o grupo gaúcho, com quem os militantes que estavam na Europa tinham contato desde o final dos anos 1960, quando haviam atuado juntos no antigo POC.¹⁵

A Nova Proposta foi organizada na mesma época em que, no movimento estudantil mineiro, era criada a O. Em 1977, quando o grupo de Minas Gerais lançou a Centelha, naturalmente, os militantes gaúchos e mineiros acabaram se conhecendo nos congressos estudantis. Naquele ano, por conta de divergências quanto às formas de enfrentamento do regime militar e ao conteúdo ideológico a ser dado à luta pela redemocratização, a Nova Proposta dividiu-se em dois outros agrupamentos. Do racha, surgiram o *Manifesto*, que defendia a permanência no MDB mesmo depois da reforma partidária, e a *Peleia*, favorável à utilização da estrutura emedebista para construir um partido socialista. Além dos contatos estabelecidos pelos estudantes de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul por meio do movimento estudantil, os grupos mineiro e gaúcho – que se engajou na *Peleia* após a divisão da Nova Proposta – aproximaram-se também por intermédio de alguns de seus militantes que se conheciam desde meados dos anos 1970, quando tinham estudado juntos na Universidade Estadual de Campinas. Os laços pessoais entre membros do grupo de Minas e do Rio Grande do Sul, somados à base teórica comum entre as duas organizações,¹⁶ levaram a Centelha, que aderira aos dissidentes do jornal *Movimento*, a convidar os integrantes da *Peleia* para participarem da construção do *Em Tempo*. Uma parte dos militantes gaúchos permaneceu no Rio Grande do Sul, atuando

como representantes do novo jornal, enquanto outros se deslocaram para São Paulo, onde começaram a trabalhar no *Em Tempo* com alguns dirigentes do grupo mineiro que já haviam se transferido de Minas Gerais para a capital paulista.

Logo de início, a discussão entre os grupos que formaram o jornal esteve centrada na elaboração de um programa e na definição de regras para representação de cada um deles na frente jornalística. Ficou decidido que a representatividade dos grupos seria dada por sua participação no *Em Tempo*, e não em partidos ou organizações políticas – até mesmo pela sua variedade dentro do jornal. O programa aprovado limitou-se às questões táticas, de curto prazo, não tratando propriamente da “estratégia socialista ou qualquer outra” (KUCINSKI, 2003, p. 411). Uma vez que este programa básico foi resultado do acordo entre os grupos que, naquele momento, participavam do jornal, foram definidas também algumas regras para, a longo prazo e de forma democrática, realizar mudanças programáticas – “necessárias com o desenrolar da conjuntura”.

De acordo com o estatuto aprovado, existiriam duas formas de acionistas: *A* e *B*. O grupo dos acionistas *tipo A* seria formado pelos trabalhadores, colaboradores e administradores do jornal, cabendo a eles a indicação de 80% dos membros do Conselho Editorial e Administrativo (CEA) do *Em Tempo* – formado por cerca de 15 pessoas com mandato de um ano. Os membros do Conselho, por sua vez, deveriam nomear a diretoria do jornal e zelar pelo cumprimento da linha editorial definida pelo conjunto dos acionistas, em que o grupo *A* teria ampla maioria. Já o grupo dos acionistas *tipo B* poderia indicar o restante dos membros do CEA e definir, com os acionistas *tipo A*, a linha editorial do *Em Tempo*. Pelas regras, haveria ainda a possibilidade de um acionista *A* se converter ao *tipo B* e vice-versa: um colaborador que passasse a trabalhar no jornal, por exemplo, poderia tornar-se um acionista *A*; ao contrário, um administrador do *Em Tempo* que deixasse de cumprir com suas obrigações poderia migrar para o grupo dos acionistas *B*. Nessa divisão interna, os militantes trotskistas ficaram com a maioria dos

votos no grupo dos acionistas A, que tinham o controle sobre a frente jornalística, além da participação de alguns de seus militantes no grupo dos acionistas B.¹⁷ A hegemonia dentro do jornal permitiu-lhes, então, definir a linha editorial do *Em Tempo* e salvaguardar-se, democraticamente, das tentativas de aparelhamento do jornal por parte das outras organizações políticas.

Assim, as divisões internas e a saída de grupos que apoiavam o projeto do novo jornal não demoraram a acontecer. Como frente jornalística, o *Em Tempo* abrigou organizações de esquerda com concepções teóricas, estratégicas e táticas diferentes. No final da década de 1970, em meio às várias possibilidades de avaliação da conjuntura, as divergências se acentuaram ainda mais, sobretudo em torno da participação no MDB e das formas de combate à ditadura militar. A disputa pelo controle do jornal serviu apenas para acentuar as divisões que já eram naturais num projeto tão amplo como o *Em Tempo*. Inicialmente, o grupo mineiro, o MEP e os antigos militantes da ORM-Polop trazidos pelo Debate tentaram aparelhar o jornal, o que acabou afastando, já nos primeiros meses, um dos participantes do grupo histórico do *Movimento*, que “pressentiu a *partidarização* das discussões” (KUCINSKI, 2003, p. 406, grifo do texto). Ao mesmo tempo, com a chegada do grupo gaúcho e o predomínio trotskista sobre o *Em Tempo*, algumas organizações que desde o início participavam das discussões sobre o novo jornal sentiram-se marginalizadas, como o MR-8 e o próprio Debate. A partir de 1978, com o lançamento da proposta de criação da Frente Nacional de Redemocratização (FNR),¹⁸ as articulações para a criação do PT e a vitória do MDB nas eleições, as divisões no *Em Tempo* se polarizaram ainda mais, por conta da avaliação dos grupos que continuavam no jornal sobre o impacto desses acontecimentos na conjuntura política da época.

Em agosto de 1978, antes mesmo de o jornal completar um ano, as organizações políticas que participavam do *Em Tempo* aprovaram um novo programa para o jornal, que substituiu o primeiro, em vigor desde outubro de 1977. Nas discussões sobre o documento, os grupos que defendiam a FNR quiseram oficializar, na linha editorial

do *Em Tempo*, o apoio do jornal à frente política de combate ao regime militar. De outro lado, os grupos trotskistas de Minas Gerais e do Rio Grande Sul, que participavam das articulações para a formação de um partido à esquerda do MDB, disputaram com o restante do jornal o apoio do *Em Tempo* à formação de um partido socialista, que àquela altura ainda não se vinculava à proposta petista. Somente com a ampliação dos debates sobre a criação do PT e o domínio cada vez maior dos trotskistas sobre o jornal é que o *Em Tempo* passou a defender explicitamente a organização do Partido dos Trabalhadores. Com essa divisão, o novo programa acabou tendo um caráter ambíguo, já que contemplava as propostas dos dois blocos. Entretanto, considerando a hegemonia trotskista, a ênfase foi dada à formação do novo partido e o *Em Tempo* passou a se posicionar “claramente a favor do que chama ‘movimento socialista’” (KUCINSKI, 2003, p. 423).

Poucas semanas depois, um fato novo aumentaria as divergências dentro do jornal: a vitória do MDB nas eleições de novembro, quando o partido conquistou metade das vagas em disputa para o Senado. Como foi visto anteriormente, o PCB e PCdoB apoiavam o fortalecimento do MDB como frente das oposições e viam no partido uma possibilidade real de atuação política na luta pela redemocratização. Por sua vez, o próprio partido buscava conquistar o apoio desses grupos para ampliar sua base política, especialmente nos grandes centros urbanos, onde até meados daquela década era visto com desconfiança por setores que o consideravam pouco combativo (KINZO, 1988). A entrada das organizações de esquerda no MDB, portanto, serviria para mudar a imagem do partido e, conseqüentemente, fortalecê-lo nas disputas eleitorais. Já no final de 1978, após as eleições, passou a existir dentro da legenda a necessidade de novos quadros que pudessem ampliar sua base social. Ao mesmo tempo, o MDB, em franco crescimento desde 1974, oferecia oportunidades de carreira política na hierarquia partidária para essas novas lideranças. A necessidade que o partido tinha por novos dirigentes e as oportunidades que ele oferecia, somadas às próprias mudanças nos grupos de esquerda, que buscavam novas formas de atuação política, atraíram para o

MDB algumas das organizações que participavam do *Em Tempo*, como o MR-8 e a AP-ML. Dentro do jornal, o apoio ao MDB acabou por afastá-las ainda mais da maioria trotskista, que defendia a criação de um novo partido.

No início de 1979, tanto o MR-8 quanto a AP-ML já consideravam difícil a “co-existência com os trotskistas de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul” (KUCINSKI, 2003, p. 424) na frente jornalística. Discordando da linha política adotada pelo *Em Tempo* e com críticas à posição dos grupos mineiro e gaúcho quanto à FNR e ao Partido dos Trabalhadores, os militantes do MR-8 e da APML desligaram-se do jornal em março daquele mesmo ano. Assim, o restante do *Em Tempo* passou a ser formado basicamente por aqueles dois grupos – excetuando-se os autonomistas, que também apoiavam o PT – e alguns militantes próximos ao trotskismo, como os ex-integrantes do POC e do COLINA – as duas organizações surgiram a partir da ORM-POLOP, que ainda nos anos 1960 se aproximara das formulações de Trotsky em razão das críticas ao stalinismo.

Mesmo defendendo a criação do PT, os autonomistas tinham uma interpretação oposta a dos trotskistas sobre a relação entre os movimentos sociais e o novo partido.¹⁹ Gradualmente marginalizados dentro do *Em Tempo*, os autonomistas decidiram afastar-se do jornal em dezembro de 1980, depois que um artigo de Marco Aurélio Garcia, membro do grupo, foi vetado por Flávio Andrade, editor-chefe e um dos líderes da organização mineira que participara da criação do *Em Tempo*. Na época, os autonomistas enviaram uma carta-renúncia, assinada por Éder Sader, então presidente do CEA do jornal, Roberto Rodrigues, Elisabeth Souza Lobo, José Reis, Silvio Caccia-Bava e pelo próprio Marco Aurélio Garcia, em que apontavam as divergências com os trotskistas em relação ao programa aprovado em agosto de 1978, criticavam o funcionamento interno do *Em Tempo* e afirmavam haver um processo de “estreitamento e sectarização política de sua linha editorial” (*Em Tempo*, 12/1980, p. 31).

De todo modo, a partir de março de 1979, quando o MR-8 e a AP-ML saíram do jornal, o *Em Tempo* esteve engajado oficialmente na organização do PT, tal como os trotskistas queriam. Apesar de publicar algumas matérias sobre o Partido dos Trabalhadores desde 1978, quando a proposta fora lançada, somente depois daquele ano, com a permanência no jornal dos grupos que apoiavam a criação do novo partido e com o crescimento das articulações para a formação do PT, é que o *Em Tempo* passou a acompanhar, passo a passo, o processo que levaria a sua fundação, no início de 1980. Além de publicar entrevistas com os principais líderes sindicais envolvidos na criação do partido, em que eram discutidos temas como a definição ideológica e o conteúdo programático da nova legenda e a relação com o MDB e as outras propostas partidárias em jogo, o jornal também acompanhava as principais reuniões para a discussão da proposta, como o Congresso de Lins, em fevereiro daquele ano, e os encontros realizados a partir de meados de 1979 entre sindicalistas, intelectuais, políticos e líderes de movimentos sociais. Ao mesmo tempo, os documentos aprovados também eram reproduzidos pelo jornal, como a Tese de Santo André-Lins e a Carta de Princípios do partido, ajudando a divulgar ainda mais a proposta petista.

Ao longo de todo aquele ano, o *Em Tempo* também publicou vários artigos e opiniões de intelectuais, sindicalistas e políticos – quase todos emedebistas – que buscavam contribuir para o debate sobre a formação do PT. O apoio do jornal à criação do novo partido tornou-se tão explícita, especialmente depois da saída do MR-8 e da AP-ML, que os grupos que continuaram no *Em Tempo* chegaram a publicar uma nota, em outubro de 1979, pedindo “a todos os núcleos do país que façam chegar até nossa redação o máximo de informações possíveis sobre o andamento das articulações do movimento [pró-PT]”, pois o jornal teria “o maior interesse em dar divulgação sobre tudo que diga respeito ao andamento do movimento” (*Em Tempo*, 25/10/1979, p. 5). A partir daquele mesmo número, o *Em Tempo* criou uma seção especial, denominada *Notícias do PT*, em que eram divulgadas as principais informações sobre o movimento pela criação do Partido dos Trabalhadores. Por

tudo isso, o *Em Tempo* consolidou-se entre os jornais alternativos da época como uma das principais publicações a apoiar o PT. Pelo fato de ter uma circulação bem mais ampla que os demais, sendo vendido até mesmo em bancas, ao contrário de outras publicações alternativas, que circulavam no âmbito restrito de suas organizações, o *Em Tempo* ajudou a divulgar nacionalmente a proposta petista e as articulações para a criação do partido.²⁰

Ainda no primeiro semestre de 1979, a Tendência Socialista, sobre a qual o grupo gaúcho que participava do *Em Tempo* tinha um controle considerável,²¹ decidiu sair em bloco do MDB e engajar-se no movimento pela formação da nova legenda. A avaliação era a de que, naquela conjuntura, cabia aos socialistas “apostar e assumir concretamente a organização do PT”, caracterizado, na época, como “um projeto em construção” (PONT, [s.d.], p. 69-70) marcado pela heterogeneidade ideológica, pelo espontaneísmo de seu lançamento e pela origem estritamente sindical. A decisão de abandonar o MDB para trabalhar na construção do Partido dos Trabalhadores fundamentou-se na expectativa que os militantes da Tendência Socialista tinham sobre o próprio partido: a de que ele pudesse desempenhar um papel fundamental na organização independente dos trabalhadores. Em primeiro lugar, “o projeto frentista de massas”, como a Tendência Socialista classificava o PT, daria ao “proletariado brasileiro [...] uma oportunidade ímpar para sua experiência política autônoma e independente” (PONT, [s.d.], p. 70). Além disso, com seu caráter frentista, o PT também poderia abrigar em seu interior os diversos agrupamentos de esquerda que existiam na época, isolados individualmente em seus trabalhos políticos.

Nesse contexto é que a Tendência Socialista se comprometia, por um lado, a contribuir para a organização do PT junto às bases dos movimentos sociais e, por outro, evitar que o partido se tornasse uma frente de esquerdas onde estivessem presentes as organizações de quem os militantes da Tendência eram críticos, como o PCB, PCdoB, MR-8 e AP-ML. Em alguns casos, como o do PCdoB, as divergências vinham desde a criação na Nova Proposta;

em outros, as diferenças haviam sido construídas dentro do *Em Tempo*. Além desses dois compromissos, a Tendência Socialista também se propunha a contactar organizações regionais que tivessem o “mesmo tipo de interpretação do Movimento pró-PT” para articular, nacionalmente, uma atuação conjunta que pudesse contribuir para o próprio desenvolvimento da proposta petista. A saída do MDB e o engajamento nas articulações para a criação do PT não significaram, por sua vez, o fim da Tendência Socialista sob o ponto de vista orgânico. Na época em que optaram por apoiar o novo partido, seus militantes avaliaram também que havia, no Movimento pró-PT, a necessidade de aprofundar algumas questões, o que os levou a concluir que a Tendência precisava ser mantida como “um instrumento de ampliação e aglutinação maior de seus membros em torno de [um] projeto político estrategicamente mais definido que precisará responder às insuficientes definições que, a longo prazo, certamente, o PT apresentará” (PONT, [s.d.], p. 72).

Nesse processo de articulação nacional entre os grupos regionais que tinham a mesma interpretação sobre o novo partido, o *Em Tempo* desempenhou um papel fundamental.²² Como visto anteriormente, depois de março de 1979, permaneceram no jornal, além dos grupos gaúcho e mineiro, apenas os autonomistas e alguns ex-militantes do COLINA e do POC. A saída, naquele mês, das organizações que discordavam da linha política adotada pelo jornal – de apoio à criação do PT – não diminuiu as divergências dentro do *Em Tempo* a respeito do desenvolvimento da proposta petista e da relação que o futuro partido deveria ter com os movimentos sociais, o que acabou motivando a renúncia dos autonomistas, no final de 1980. Portanto, naturalmente, os grupos que formavam o jornal passaram a discutir uma possível unificação entre eles através de uma organização que pudesse articulá-los nacionalmente. Nessa discussão, intensificada no segundo semestre de 1979, pesaram bastante as afinidades teóricas com o trotskismo, a avaliação que esses grupos faziam da conjuntura política e a proximidade que o *Em Tempo* lhes havia proporcionado – sem considerar os laços pessoais entre seus membros e os contatos anteriores estabelecidos ainda movimento estudantil.

Os documentos elaborados a partir de meados daquele ano, com o objetivo de aprofundar o processo de unificação, foram debatidos “no âmbito restrito”²³ dos grupos de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul e também entre os militantes que estavam em São Paulo. No caso do POC, apenas uma parte da organização – a que defendera, em 1978, o apoio ao MDB – participou das discussões com os demais grupos do *Em Tempo*. Durante os meses que antecederam as eleições daquele ano, os militantes do POC se dividiram quanto ao apoio ao partido oficial de oposição: enquanto alguns deles defenderam o voto nulo, como forma de protesto contra a ditadura, outros propuseram o voto nos candidatos do MDB. Esses documentos – quase sempre redigidos por Carlos Henrique Árabe e João Machado, do grupo mineiro, e José Luís Nadai, militante do POC – avaliavam a conjuntura política da época, traçavam a perspectiva dos grupos envolvidos nos debates e definiam um plano de ação para intervir no meio sindical e no Movimento pró-PT, particularmente. As reuniões para a discussão dos documentos eram sempre realizadas em São Paulo, onde estava, além dos militantes do POC e do COLINA, grande parte do grupo mineiro que se transferira de Minas Gerais para trabalhar no *Em Tempo*. Nesses encontros, geralmente, era Raul Pont quem representava o grupo gaúcho e o próprio Carlos Árabe quem respondia pelos militantes mineiros que não haviam se mudado para São Paulo, em 1977. Após os debates, eles levavam para o Rio Grande do Sul e Minas Gerais as notícias do processo de unificação, repassando aos militantes as decisões definidas nos encontros nacionais.

Depois de alguns meses debatendo esses documentos, os grupos do *Em Tempo* realizaram, em dezembro de 1979, num sítio próximo à cidade de São Paulo, o congresso que definiu o processo de unificação iniciado em meados daquele ano. Utilizando nomes frios, ainda pela concepção de trabalho clandestino, pouco mais de cem pessoas – a maioria do grupo mineiro – discutiram os últimos detalhes sobre a nova organização. O encontro também contou com a presença de dois representantes, um português e outro colombiano, enviados pelo Secretariado Unificado da IV Internacional, corrente a que a DS se vinculou desde o início, ainda

que formalmente isso viesse a ocorrer alguns anos mais tarde (LEAL & KAREPOVS, 2007). Ao final do congresso, foi eleito um Comitê Central da nova organização, batizada de Democracia Socialista, formado pelos principais líderes dos grupos gaúcho e mineiro e por um representante do POC. Entre os membros do Comitê, responsável por coordenar as atividades da organização, estavam Aloísio Marques, Flávio Andrade, João Machado, José Luiz Nadai, Juarez Guimarães, Raul Pont e Virgílio Guimarães. A criação da DS encerrou a fase de militância regional dos grupos que a formaram e trouxe para o Brasil as posições da corrente mandelista da IV Internacional, que fundamentariam a visão da Democracia Socialista sobre o país e sua relação com o PT ao longo dos anos seguintes.

1 É importante ressaltar que o Ala Vermelha foi a primeira organização a reconhecer, ainda em 1969 – portanto, alguns anos antes da reorientação política da maior parte dos grupos políticos da esquerda revolucionária –, que as ações armadas tinham fracassado ao se isolarem da luta de massas (GORENDER, 1987).

2 Sobre o caráter *obreirista* da proposta, os críticos se referiam à base social limitada do partido, quase toda composta por sindicalistas.

3 De todos os que apoiaram explicitamente a proposta petista, O *Trabalho* foi o último a se decidir pelo novo partido. O restante dos jornais alternativos da época, em razão da própria concepção política de seus editores, apoiaram o MDB. Este foi o caso, por exemplo, do semanário *Novos Rumos*, publicado pelo PCB.

4 Na prática, a proposta de criação dessa frente política implicava, por um lado, o apoio ao MDB e, por outro, a aliança entre a classe trabalhadora e outros setores descontentes com o regime militar, o que era rejeitado pelos grupos que saíram do jornal.

5 Organização de esquerda criada em 1967.

[6](#) Entrevista de Thomaz Matta Machado ao autor, realizada em 9 de novembro de 2007.

[7](#) Entrevista de Joaquim Soriano ao autor, realizada em 9 de maio de 2006.

[8](#) Essa bandeira aproximaria as oposições metalúrgicas dos sindicalistas autênticos, no final dos anos 1970. Para mais detalhes, ver Rodrigues (1991).

[9](#) Entrevista de Thomaz Matta Machado ao autor, realizada em 12 de novembro de 2007.

[10](#) Entrevista de Raul Pont ao autor, realizada em 16 de maio de 2006.

[11](#) Ver Capítulo 1, nota 9.

[12](#) Entrevista de Raul Pont ao autor, realizada em 16 de maio de 2006.

[13](#) “Nós juntamos toda essa força que a gente já tinha acumulado na universidade, no movimento popular, no movimento sindical” para criar a Tendência Socialista do MDB (Entrevista de Joaquim Soriano ao autor, realizada em 18 de julho de 2006). Sobre a proposta de intervenção da Tendência Socialista no debate partidário da época, ver *Em Tempo* (28/12/1978, p. 11).

[14](#) Em 1971, com a repressão do regime militar, o POC praticamente desapareceu. Parte de seus militantes, já no exílio, reorganizou o partido sob a sigla POC-Combate.

[15](#) Entrevista de Raul Pont ao autor, realizada em 16 de maio de 2006.

[16](#) Analisando a trajetória dos grupos fundadores da DS, Leal & Karepovs (2007, p. 163) afirmaram o seguinte, a respeito da Centelha: “a simpatia pelas formulações de Trótski começou com

leituras dos livros de Isaac Deutscher, do próprio Trótski, como a *História da Revolução Russa*, e de Ernest Mandel”. No mesmo trecho, em nota, os autores complementam a observação inicial: “muitos militantes se aproximaram do trotskismo primeiramente através de leituras do próprio Trótski e apenas depois se resolveram pela participação em alguma organização. Foi o caso, por exemplo, [...] do grupo mineiro que veio a fundar a Democracia Socialista” (p. 229).

[17](#) “Os trotskistas controlavam a máquina do jornal e, pelos critérios de *acionistas A e B*, tinham a maioria” (Entrevista de João Machado citada por Kucinski, 2003, p. 424, grifo do texto).

[18](#) Criada em 1978, a Frente Nacional de Redemocratização reuniu forças políticas de oposição que apoiavam a candidatura do general Euler Bentes Monteiro à sucessão do presidente Ernesto Geisel.

[19](#) O grupo dos autonomistas “entendia a construção de uma relação com os movimentos sociais que mantivesse essa autonomia dos movimentos e sua capacidade [...] de pressão política não atrelada nem instrumentalizada por partido, como normalmente acontece” (Entrevista de Silvio Caccia-Bava ao autor, realizada em 19 de maio de 2006).

[20](#) Numa das propagandas feitas pelo jornal, em que os leitores eram convidados a se tornarem assinantes, o *Em Tempo* informava o seguinte: “constate pessoalmente: *a melhor cobertura do PT* e do movimento sindical e operário” (Ver *Em Tempo*, 1º/11/1979, p. 8, grifos meus).

[21](#) Entrevista de Joaquim Soriano ao autor, realizada em 18 de julho de 2006. Além do grupo gaúcho, também participavam da Tendência Socialista, ainda que em número bastante reduzido, militantes do MEP, que atuava no Rio Grande do Sul. Em 1979, quando a Tendência decidiu apoiar a criação do Partido dos Trabalhadores, alguns de seus integrantes optaram por permanecer no MDB.

[22](#) “O jornal permitia uma relação com outros grupos semelhantes que sobreviveram à ditadura e buscavam articulação nacional. O projeto do ET [*Em Tempo*] era ideal para essa troca de experiências e unificação de lutas” (Entrevista de Raul Pont ao autor, realizada em 16 de maio de 2006).

[23](#) Entrevista de Joaquim Soriano ao autor, realizada em 18 de julho de 2006.

Capítulo 3

Visão do Brasil

Os documentos discutidos no segundo semestre de 1979 pelos fundadores da DS tiveram como base a resolução Democracia socialista e ditadura do proletariado, que expressava as posições programáticas do Secretariado Unificado da IV Internacional. O próprio nome escolhido para a nova organização já indicava que os grupos do *Em Tempo* apoiavam as posições da corrente mandelista, consideradas de grande importância para interpretar a conjuntura política brasileira do final dos anos 1970.¹ Na época, o Secretariado Unificado defendia a formação de um partido revolucionário que pudesse dirigir os movimentos de massas para o socialismo, destacava a importância da democracia socialista como forma de opor-se à burocratização de experiências como a da União Soviética e acreditava que as seções da IV Internacional deveriam trabalhar para que esses movimentos se orientassem para a construção de uma Internacional revolucionária de massas que os unificasse mundialmente em favor do socialismo.

Numa outra resolução, aprovada em 1985, mas em discussão desde 1979, o SU afirmou que “a etapa atual de construção da IV Internacional inscreve-se neste processo [...] marcado pelo surgimento de um largo leque de forças em ruptura, com graus diferentes, com o reformismo, o estalinismo ou o populismo nacionalista”, observando que “estas correntes que *podem adquirir* uma prática revolucionária a partir de suas experiências próprias não se colocam de imediato o problema de um programa para a revolução mundial e da reconstrução de uma Internacional revolucionária”. Por isso, concluía que “a hora não é nem para uma proclamação abstrata de uma Internacional de massas, nem para a busca de quaisquer atalhos nesta via. Só estamos no princípio das

transformações profundas e duráveis no movimento operário” (DEMOCRACIA SOCIALISTA, [s.d.]a, grifos meus).

A análise sobre o momento político feita pela corrente mandelista aproximava-se bastante da conjuntura brasileira, contribuindo para que os grupos fundadores da Democracia Socialista se alinhassem, internacionalmente, ao Secretariado Unificado² – reforçando ainda mais os laços estabelecidos desde o movimento estudantil, quando militantes da Peleia e do Centelha se aproximaram das formulações de Mandel. As articulações para a criação do PT, por exemplo, passaram a ser vistas como um possível embrião do partido revolucionário defendido pelo SU. O apoio à proposta petista, por conseguinte, teve exatamente o objetivo de transformá-lo num partido que pudesse dirigir os movimentos de massas na implantação do socialismo. Já a democracia socialista, entendida como uma fase transitória entre o capitalismo e o socialismo, era outra questão defendida pelo Secretariado Unificado que também se adequava à realidade brasileira. Na avaliação daqueles grupos, os marxistas revolucionários, como eles mesmos se intitulavam, deveriam lutar pela implantação de uma democracia socialista que representasse uma alternativa ao regime militar e, ao mesmo tempo, permitisse a transição para o socialismo. Por sua vez, o ascenso dos movimentos sociais, especialmente o operário, também parecia indicar a validade das formulações mandelistas para interpretar a realidade nacional. A aproximação entre os grupos do *Em Tempo* e o SU, portanto, pode ser explicada pela avaliação feita pelos fundadores da Democracia Socialista de que o posicionamento internacional do Secretariado Unificado aplicava-se perfeitamente ao caso brasileiro, fazendo com que o programa defendido pela corrente mandelista fosse adotado como linha teórica e política da DS.

A resolução na qual os militantes da Democracia Socialista pautaram suas discussões, em 1979, iniciava explicando o que era, na visão do SU, a *ditadura do proletariado*.³ O documento partia do princípio de que todos os Estados tinham uma natureza de classe, ou seja, serviam como instrumento para manter o poder de uma

determinada classe, que se tornava ditadora sobre as demais. A partir disso, o texto concluía que a democracia burguesa era a ditadura de uma classe, a burguesa, afirmando ser uma “ilusão” em que se apegavam muitos setores reformistas e centristas da esquerda a idéia de que as instituições democrático-burguesas estavam acima da luta de classes (DEMOCRACIA SOCIALISTA, 1987). No caso da ditadura burguesa, o Estado era utilizado para “manter o poder e a dominação da classe capitalista” e aprofundar a “exploração dos povos dos países semi-capitalistas”. Para acabar com a dominação dessa minoria sobre a classe operária, o Secretariado Unificado defendia a destruição do Estado burguês e de seus instrumentos de repressão, responsáveis, em última instância, por manter a ditadura burguesa. De acordo com a resolução, era preciso “elevar o nível de consciência e de organização das massas dos trabalhadores” para destruir o Estado burguês e implantar, em seu lugar, a democracia da maioria: a ditadura do proletariado. Nesse processo, o partido revolucionário teria a função de auxiliar os trabalhadores em suas lutas, quando eles poderiam alcançar a consciência de classe, e direcioná-los para a implantação do socialismo.

O documento afirmava ainda que, sob a ditadura do proletariado, o poder estatal deveria ser exercido por meio de conselhos de trabalhadores, e não por meio de instituições da democracia burguesa. A proposta era a de que todos os funcionários, juízes, dirigentes das milícias operárias e delegados que representassem os trabalhadores nas instituições estatais – de onde não seria excluída a classe burguesa – fossem eleitos e tivessem seus mandatos controlados pelos próprios trabalhadores, que exerceriam o poder por meio dos conselhos. Portanto, a implantação da ditadura do proletariado implicaria uma constante combinação das formas de democracia representativa, mas oposta ao modelo parlamentar, e direta, exercida pelos conselhos. A resolução também argumentava que o Estado operário, por ser controlado pelos trabalhadores, seria o primeiro da “história da humanidade” a defender a maioria da população, inaugurando um novo modelo de democracia, voltado não para o atendimento das necessidades de

uma minoria, como no Estado burguês, mas sim para o conjunto da classe trabalhadora. A esse novo modelo o documento dava o nome de *democracia socialista*, justamente porque sua implantação seria possível apenas sob a ditadura do proletariado, que, ao destruir o poder burguês, implantaria em seu lugar o socialismo. Na ditadura do proletariado, para manter o controle sobre o Estado, os trabalhadores precisariam “reprimir violentamente a resistência da classe que perdeu o poder político”. Numa crítica direta à União Soviética, nesse ponto, o documento destacava a possibilidade de a repressão à burguesia evoluir para uma crescente burocratização do Estado operário, e não para seu fim – objetivo final da revolução socialista. Por isso, a resolução tentava diferenciar a proposta do Secretariado Unificado da experiência do *socialismo real*, afirmando que “nesse caso não se trata de um fortalecimento da ditadura do proletariado, mas de sua degeneração em direção a formas de Estado burocrático”.

Com relação ao sistema partidário, o texto observava que o modelo de democracia socialista proposto pelo SU pressupunha “plena liberdade de organizar grupos, tendências e partidos políticos”. Na resolução, o Secretariado Unificado declarava que essa liberdade era condição para que os trabalhadores pudessem, efetivamente, exercer o poder político. Apenas com o direito de a classe operária organizar-se livremente é que ela poderia chegar, “enquanto classe”, a definir sua posição diante dos “inumeráveis problemas táticos, estratégicos e inclusive teóricos [...] que implica a gigantesca tarefa de construir uma sociedade sem classes”. Ao mesmo tempo, o SU se declarava contrário à “ilusão espontaneísta”, segundo a qual todo o processo de organização da classe operária; discussão dos problemas táticos, estratégicos e teóricos; destruição do Estado burguês; tomada do poder estatal pelos trabalhadores e implantação da democracia socialista aconteceria espontaneamente, na medida em que os trabalhadores agissem dentro dessa perspectiva. A idéia expressa no documento era a de que somente com um partido de vanguarda que superasse os desvios do socialismo real, que tivesse como base um programa revolucionário e onde atuassem quadros com larga experiência na

luta de classes formados nesse programa, os movimentos de massas poderiam direcionar seus esforços para promover a revolução socialista. Para o SU, os partidos políticos refletiam o conflito de classes, podendo, inclusive, representar as divergências dentro de uma mesma classe, o que exigia a formação de tendências em seu interior. De acordo com o documento, até mesmo sob a democracia socialista os partidos políticos – incluindo os burgueses – continuariam a existir, desaparecendo apenas quando cessasse a luta de classes, ou seja, tão somente quando houvesse uma sociedade sem classes.

O Secretariado Unificado acreditava que “a falta de homogeneidade da classe operária, o desenvolvimento desigual da consciência de classe em suas distintas camadas, o caráter descontínuo da atividade política e social de muitos de seus componentes” tornavam indispensável a organização de uma vanguarda programaticamente mais qualificada que o restante dos trabalhadores em um partido revolucionário. A função principal do partido de vanguarda seria “dirigir os trabalhadores em seus esforços por exercer o poder estatal e construir uma sociedade nova”. Por outro lado, a resolução destacava que esse papel perduraria não somente até a destituição da burguesia do poder estatal, mas por todo o período da democracia socialista até a definitiva instauração de uma sociedade sem classes. Durante o período de transição entre o capitalismo e o socialismo – a ditadura do proletariado –, o partido revolucionário deveria criar as condições mais favoráveis possíveis para o pleno exercício do poder pelos trabalhadores. Neste sentido é que o Secretariado Unificado defendia alguns princípios norteadores para o partido de vanguarda: democracia interna, com direito à organização de tendências em seu interior; estabelecimento de vínculos profundos com a classe trabalhadora; supressão dos privilégios materiais dos dirigentes partidários; nenhum tipo de monopólio sobre as atividades político-culturais; separação entre o partido e o Estado e integração à Internacional Comunista.

Os grupos fundadores da Democracia Socialista se identificaram com muitas das propostas do Secretariado Unificado expressas nessa resolução. Questões como a valorização da experiência de luta dos trabalhadores, a necessidade de uma democracia operária que ampliasse as liberdades democráticas para a maioria da população e a defesa de um partido revolucionário de vanguarda que pudesse coordenar os movimentos de massas, para eles, eram totalmente aplicáveis à realidade brasileira. A própria conjuntura política do final dos anos 1970 – marcada pelo processo de abertura, pelo ascenso dos movimentos sociais e pelas articulações para formação de novos partidos – parecia indicar que a interpretação do SU a respeito da revolução socialista era mesmo a mais correta para analisar os principais acontecimentos da época. Por isso, os documentos discutidos ao longo do segundo semestre de 1979 pelos grupos do *Em Tempo* – três deles serão apresentados a seguir – tiveram como referência as concepções programáticas do Secretariado Unificado, o que foi reforçado pelos vínculos anteriores entre seus militantes e a corrente mandelista da IV Internacional.

O primeiro e um dos mais importantes documentos debatidos na época foi o *Ousadia na estruturação de uma organização política de caráter nacional, na formação de uma frente da esquerda revolucionária, em impulsionar o PT* (DEMOCRACIA SOCIALISTA, 1979a). Nele, foram discutidos os principais pontos de convergência entre os grupos que articulavam sua unificação nacional e definidas as diretrizes políticas que balizariam o programa da futura organização. Os fundadores da DS defendiam a idéia de que não havia uma liderança revolucionária capaz de direcionar para o socialismo os movimentos de massas que haviam reaparecido na cena política nacional na segunda metade daquela década, o que trazia a necessidade urgente de uma *direção revolucionária* para atuar como vanguarda política desses movimentos. De um lado, afirmavam que, naquela conjuntura, a carência dessa direção seria extrema, ainda mais pela “fraqueza da esquerda marxista-revolucionária” (DEMOCRACIA SOCIALISTA, 1979a). De outro, ressaltavam que o momento político abria enormes possibilidades: a

participação nos debates sobre a criação do PT, por exemplo. Assim, mesmo reconhecendo a importância das mobilizações na região do ABC paulista, dos avanços no processo de abertura, da indefinição dos vários projetos políticos em jogo e da formação da frente operária, como caracterizavam o Partido dos Trabalhadores, os grupos do *Em Tempo* acreditavam que uma das tarefas mais urgentes dos marxistas-revolucionários era “constituir uma direção [...] capaz de impedir que se perca o potencial da conjuntura”. A direção revolucionária das massas, por sua vez, deveria atuar em três níveis, segundo eles: na *frente política dos trabalhadores*, que seria o PT; na frente classista de esquerda, que deveria formar, dentro do partido, uma *corrente revolucionária*; e na própria organização política nacional que pretendiam criar a partir de sua unificação.⁴

No documento, o PT, a corrente revolucionária e a nova organização eram tratados como projetos indissociáveis e necessários para o sucesso um do outro. Para os fundadores da Democracia Socialista, a ausência dessa corrente no interior do partido, cujo papel seria o de “fazer avançar a luta de classes”, poderia limitar as potencialidades da legenda e até mesmo dificultar sua criação. Isso porque, na época, algumas lideranças políticas e organizações de esquerda, como o PCB, tentavam atrair os principais dirigentes petistas para seu próprio projeto político. Contudo, as divisões no movimento sindical e o apoio recebido pelo PT de setores da esquerda, intelectuais, políticos da oposição e até mesmo da Igreja Católica terminariam por viabilizar sua fundação, a despeito da inexistência da corrente revolucionária. O sucesso da corrente, segundo o documento, estaria vinculado à participação, em seu interior, da organização trotskista que pretendiam criar, sob risco de ela ser “inevitavelmente capenga” e com “possibilidades de atuação do ponto de vista revolucionário muito reduzidas”. Já a organização deveria, necessariamente, atuar dentro do PT, onde se encontravam “as lideranças mais expressivas do movimento operário atual”, de acordo com o texto. Muito embora a DS contasse com quadros bastante qualificados sob o ponto de vista intelectual e também político, todas essas considerações eram incompatíveis com seu

reduzido número de integrantes e limitada base social de seus grupos fundadores, restritos ao movimento estudantil e a alguns contatos com as oposições metalúrgicas de São Paulo e Belo Horizonte, com as quais os militantes vindos do POC e da O. mineira mantinham boas relações.⁵

Na avaliação daqueles grupos, o caráter trotskista da nova organização era uma necessidade frente à crise da esquerda mundial e a seus reflexos no Brasil. Segundo eles, internacionalmente, a crise se caracterizava pelo fracasso do stalinismo, do maoísmo e das experiências guerrilheiras, fazendo com que setores da esquerda revolucionária questionassem a própria história do movimento comunista. A nova organização, portanto, precisaria distanciar-se das experiências anteriores, adotando o trotskismo como sua orientação teórica e política. No caso brasileiro, as especificidades da conjuntura política faziam com que a crise da esquerda mundial se manifestasse de modo particular. Conforme o documento, a participação dos grupos políticos de esquerda nas frentes de oposição à ditadura e a ênfase dada por eles ao processo de redemocratização levaram a uma situação em que nem mesmo a emergência do movimento operário poderia “reforçar a esquerda rapidamente”, o que exigia a intervenção política dos marxistas-revolucionários.

Os grupos que discutiram o documento criticavam a atuação das organizações de esquerda da época e não acreditavam em sua capacidade de constituir uma liderança política que pudesse direcionar os movimentos de massas para o socialismo. Sobre o PCB e PCdoB, por exemplo, consideravam faltar-lhes “perspectivas revolucionárias”. Quanto à AP-ML, que segundo o documento teve “uma evolução das mais lastimáveis”, não havia “esperança em que desempenhasse um papel na constituição do partido revolucionário”, sobretudo pela “sua fluidez organizativa, pela sua heterogeneidade”. Já com relação ao MR-8, apesar de reconhecerem que “chegou a desempenhar um papel positivo na crítica às tendências doutrinárias que ganharam força na esquerda por volta de 1974 e 1975”, os fundadores da DS afirmavam que a partir de meados

daquela década a organização se “degringolou”, evoluindo para alianças com setores da direita, especialmente depois das eleições de 1978.⁶ Por fim, o documento também criticava o Partido Comunista Revolucionário (PCR),⁷ destacando que ele havia se “aproximado da linha oportunista” que caracterizava as outras organizações. Até mesmo a atuação de agrupamentos próximos ao trotskismo era censurada: o MEP, por exemplo, era visto “com reservas”; a Convergência Socialista era caracterizada por seus “métodos oportunistas”, que exigiam “tomar certa distância”; a Libelu, por sua vez, tinha uma seriedade “discutível”.

Em síntese, tudo isso trazia para o primeiro plano, na avaliação daqueles grupos, a necessidade de se unificarem nacionalmente em torno de uma nova organização que, atuando na corrente revolucionária do PT, pudesse desempenhar o papel de vanguarda dos movimentos de massas, num momento político importante que contrastava com a fraqueza da esquerda marxista-revolucionária brasileira. “O quadro da esquerda é muito pobre, e somos por isso mesmo obrigados a assumir um papel central na constituição de uma organização política de caráter nacional, marxista-revolucionária” – avaliavam, superestimando sua real força política. De acordo com o documento, para construir a organização política e a corrente revolucionária dentro do PT, seria preciso identificar as “forças da esquerda proletária” que poderiam fortalecer esses projetos e com os quais os grupos do *Em Tempo* poderiam desenvolver algum trabalho em conjunto.

Por isso, foram definidos quatro princípios para ajudá-los a identificar essas forças. Em primeiro lugar, elas deveriam prezar pela independência política e ideológica da classe operária e pela autonomia do movimento popular em relação ao Estado, à ideologia burguesa e aos “aparelhos burocratizados”.⁸ Ao mesmo tempo, precisavam apoiar a democracia no movimento de massas – especialmente a sua auto-organização – e defender a perspectiva antiburocrática desses movimentos. Em terceiro lugar, as forças da esquerda proletária deveriam buscar a unidade da classe e de seus aliados, assim como apoiar uma atuação classista que não fosse

sectária. Por fim, deveriam defender a implantação do socialismo clássico – não-burocrático – e serem críticas das experiências de “construção do socialismo que se degeneraram”, como no caso da União Soviética e da China. Esse último princípio excluiu do conjunto das forças proletárias os grupos identificados com o stalinismo e o maoísmo, como o PCB, AP-ML, MR-8, PCR e PCdoB, restando apenas as organizações próximas ao trotskismo, como o MEP, Convergência e OSI, que apesar de também serem criticadas por sua atuação tinham afinidades teóricas e políticas com os grupos fundadores da DS.⁹ Outras organizações, como o CLTB e a ORT, ao contrário, aparentemente preenchiam todos esses princípios, de modo que o processo de unificação com a Democracia Socialista ocorreu sem maiores divergências.

A questão do trotskismo ganhou bastante espaço no debate que culminou na criação da DS. Ainda que em sua origem, como visto anteriormente, seus fundadores tivessem se aproximado das formulações de Trotsky, havia entre eles militantes envolvidos no processo de unificação nacional “que conheceram algumas experiências da IV [Internacional] e não tiveram uma boa impressão”.¹⁰ Na avaliação desses militantes, “era melhor fazer uma discussão mais ampla” sobre o trotskismo antes de adotá-lo como linha teórica e política oficial da nova organização. O debate sobre a “definição da natureza” da organização que pretendiam criar foi expresso, no documento, da seguinte maneira: ou se optava pelo trotskismo – e conseqüentemente pela IV Internacional – ou por qualquer outra definição política de esquerda, ainda que “menos precisa”.¹¹ O principal argumento utilizado em favor do trotskismo foi a inversão, mundial e também no Brasil, do desgaste e do isolamento dos grupos trotskistas. Até meados da década de 1960, o trotskismo fora malvisto pelo conjunto da esquerda brasileira, tanto pela estreiteza de sua atuação quanto pelas críticas à linha política do PCB, então o maior partido de esquerda do país. Isso ajuda a explicar, em parte, por que alguns grupos próximos às formulações de Trotsky – como a ORM-POLOP – não se reconheciam como trotskistas. Entretanto, as transformações no interior do próprio trotskismo, as inúmeras divisões no PCB e o fracasso da

experiência armada – da qual os trotskistas não participaram, com exceção de uma parte do POC¹² – mudaram sua relação com o restante da esquerda brasileira, dando-lhe um lugar de relativo destaque no processo de abertura política, especialmente pelo apoio ao Partido dos Trabalhadores (LEAL & KAREPOVS, 2007). Por isso a declaração dos grupos do *Em Tempo* de que já passara “a época em que grande parte das forças revolucionárias eram-lhe hostis, e que uma definição pelo trotskismo poderia estreitar demais o campo”.

Sobre a questão da unidade entre os fundadores da DS, o texto afirmava que havia “princípios comuns” entre esses grupos, sobretudo em relação às idéias de Trotsky. Por outro lado, existiam também argumentos contrários à unificação nacional, ambos minimizados pelo documento: o primeiro deles era o de que a criação da Democracia Socialista poderia ser uma “precipitação que deixe gente de fora desnecessariamente”; o outro argumento se fundamentava na avaliação de alguns militantes de que a “força [dos grupos do *Em Tempo*] é muito pouca” para uma unificação nacional e a formação de uma direção revolucionária. Com relação ao primeiro ponto, o texto afirmava que “nossa unidade facilitará uma futura fusão ou integração, e não o contrário”; quanto ao segundo, ressaltava que o importante “não é saber se após a unificação seremos grandes ou pequenos, mas saber se esta unificação nos permitirá avançar, elevar a qualidade do nosso trabalho ou não”. Ainda com relação a esse argumento, o documento lembrava que o único impedimento à unificação “pelo lado da fraqueza” seria a inexistência de condições *materiais* e *políticas* para formar uma direção nacional da organização e mantê-la em pleno funcionamento, o que não se aplicava aos grupos fundadores da DS. De um lado, porque o controle sobre o *Em Tempo* preenchia o requisito material; de outro, porque a experiência acumulada nos anos anteriores – seja no movimento estudantil, por meio da Peleia e da Centelha, seja nos trabalhos clandestinos desenvolvidos ainda na década de 1960 no POC e no COLINA – garantia a condição política necessária à unificação.

Outro documento discutido no segundo semestre de 1979 foi o *Elementos de análise da conjuntura e tática* (DEMOCRACIA SOCIALISTA, 1979b), em que os grupos do *Em Tempo* se detiveram mais especificamente na análise do movimento operário, retomando alguns pontos do primeiro texto. Partindo da avaliação de que o movimento operário estava “no centro da vida política brasileira”, o início do documento trazia um balanço negativo de sua história. Segundo o texto, entre 1964 e 1978, período marcado pela forte repressão da ditadura a qualquer forma de mobilização, a classe operária “esteve quase silenciosa” e sua luta “não ia além da chamada ‘resistência’”, o que trazia a impressão de que a vida política nacional girava em torno da relação governos militares/oposições liberal-burguesas ou – “quando muito” – da radicalidade do movimento estudantil. Até mesmo em 1978, ano em que foram iniciadas as mobilizações operárias que marcaram a cena política brasileira no final daquela década, a maior parte das características do período inaugurado com o golpe de 1964 permaneceram sem maiores alterações. Na avaliação dos fundadores da DS, 1978 “ainda foi marcado por uma enorme presença dos temas institucionais”, especialmente por conta das eleições parlamentares de novembro, que, de acordo com o documento, “deram o tom mesmo para uma grande parte da até pouco [tempo] auto-denominada ‘esquerda revolucionária’”. A ruptura definitiva com o quadro político da época aconteceria apenas no ano seguinte, em função da ameaça trazida pelo movimento operário ao projeto de abertura do regime militar.

Assim, o documento concluía, por um lado, que a luta contra a ditadura só poderia ser levada adiante por esse setor, tendo em vista sua combatividade, e, por outro, que era impossível, naquela conjuntura, separar as tarefas democráticas da perspectiva socialista. A afirmação de que a luta pela democracia deveria ser combinada com a implantação do socialismo expressava com clareza os princípios da teoria da revolução permanente. A avaliação de que o prognóstico feito por Trotsky nos anos 1930 estava tendo uma “confirmação brilhante” no Brasil da década de 1970 fundamentava-se na utilização mecânica da teoria

apresentada em *A revolução permanente*. Ao aplicar as idéias de Trotsky no caso brasileiro, o documento afirmava que as reivindicações das massas, por não terem como ser “absorvidas no sistema atual”, forçariam a ruptura em direção ao socialismo. A ausência de uma direção revolucionária que pudesse auxiliar os movimentos sociais nesse processo era um dos principais entraves à implantação do socialismo, de acordo com o texto, reiterando a posição expressa no documento anterior.

A grande debilidade desses movimentos, na opinião dos fundadores da DS, não era propriamente a presença, ou não, da esquerda nas mobilizações, mas o fato de que ela “não dirige o movimento”. Essa debilidade se manifestava mais claramente, segundo o documento, na falta de um programa revolucionário que pudesse guiar os militantes das várias organizações que existiam na época. A avaliação a respeito da esquerda – indicada já no primeiro texto – era a de que ela passava por uma “crise profunda” que a incapacitava de adotar uma posição revolucionária na conjuntura política do final dos anos 1970, considerada extremamente favorável. Tudo isso criava uma “grande contradição” que os grupos do *Em Tempo* buscavam resolver: de um lado, havia um movimento operário em plena ascensão, com um nível de consciência de classe cada vez maior, mas que contrastava com o fato de não existir, de outro, uma direção revolucionária que pudesse canalizar o potencial das mobilizações em favor do socialismo.

Apesar da debilidade da esquerda brasileira, acreditava-se que a tendência da luta de classes era a de uma “radicalização progressiva”, o que tornaria ainda mais necessária a intervenção dos marxistas-revolucionários. Considerando que a crise econômica¹³ não seria superada sem uma “grande derrota da classe operária” e que não havia nenhuma força política capaz de “controlar o movimento operário a curto prazo”, os fundadores da DS acreditavam que o desfecho da conjuntura política seria o enfrentamento entre o regime e os operários. O embate poderia levar à derrota militar e ao surgimento de uma situação revolucionária que possibilitasse a implantação do socialismo ou à

derrota do movimento operário e consolidação do processo conservador, autoritário e repressivo de redemocratização. Com base nessa interpretação da conjuntura, o texto concluía que a “questão-chave” era formar uma direção para o movimento operário: “se constrói uma direção revolucionária, será capaz de enfrentar a burguesia e vencer. Em caso contrário, a derrota é certa”, afirmava.

A formação do PT era vista como uma alternativa importante que poderia contribuir para criar essa direção revolucionária. As possibilidades oferecidas pela conjuntura apenas reforçavam a avaliação de que os marxistas-revolucionários deveriam engajar-se no movimento pela criação do novo partido para constituir essa liderança da classe operária, aproveitando as oportunidades de atuação oferecidas pelo momento político. Por isso, o documento afirmava não existir qualquer “possibilidade de construir uma direção revolucionária para a classe operária brasileira a tempo de ter um papel nos próximos embates fora desse movimento [pró-PT]”. Ao mesmo tempo, os fundadores da DS tinham críticas com relação ao movimento pró-PT, considerado “fortemente cupulista”, pelo fato de sua liderança ser quase totalmente formada por sindicalistas, e “ambíguo quanto ao seu caráter”, por conta da participação de alguns dirigentes considerados pelegos nos debates sobre a criação da legenda. Nem mesmo Lula era poupado das críticas do documento, que qualificava sua postura como “vacilante”. Ainda assim, reconheciam a viabilidade de o PT transformar-se no partido revolucionário que dirigiria os movimentos de massas na implantação do socialismo.

O documento também definia os eixos principais de intervenção da Democracia Socialista, cuja “tarefa central” seria a de lutar “pela organização independente da classe operária, pela independência de classe”. O primeiro deles era a defesa de um sindicalismo revolucionário que viabilizasse a realização das propostas das oposições sindicais, como a organização dos trabalhadores pela base, a democratização da estrutura sindical e a independência com relação ao Estado – questões que se aproximavam da resolução do SU apresentada no início. Ao valorizar a própria experiência dos

operários como forma de a classe assimilar o programa das oposições, o documento afirmava que as greves deveriam ser utilizadas como a principal tática de mobilização operária. Por outro lado, destacava também a importância de os marxistas-revolucionários não abandonarem os trabalhos no interior dos sindicatos oficiais, uma vez que muitos deles, mesmo sendo dirigidos por sindicalistas tidos como pelegos, ainda eram “uma referência básica para o conjunto da classe”. Com relação ao combate à estrutura oficial, o documento se posicionava contra o “abandono da luta dentro dos sindicatos oficiais” e a “defesa de um sindicalismo ‘paralelo’”. Esse posicionamento aproximou os fundadores da DS de alguns dirigentes autênticos – como Lula –, críticos dos setores mais radicais das oposições, que defendiam, junto ao combate à estrutura dos sindicatos, algumas práticas consideradas paralelistas, como a formação de comissões de fábrica não-subordinadas à direção sindical.¹⁴

O segundo eixo de atuação indicado pelo texto era o apoio à criação do PT, considerado um instrumento importante para a organização dos trabalhadores. Na avaliação dos grupos que formariam a Democracia Socialista, essa era a única maneira, naquela conjuntura, de trabalhar pela unidade da classe operária, desenvolver sua consciência política, acelerar a construção do partido revolucionário e garantir aos marxistas-revolucionários certa influência nos movimentos de massas. Para que o PT pudesse cumprir o papel esperado, o partido deveria reunir três características básicas: em primeiro lugar, ter um programa e uma composição classistas, adotar a perspectiva socialista e defender um governo dos trabalhadores; além disso, adotar métodos de atuação classistas para ser um instrumento de mobilização, e não um partido voltado prioritariamente para o trabalho parlamentar; e, por último, ter uma estrutura democrática, com o controle da base sobre a direção partidária e direito à formação de tendências em seu interior.

Em outubro de 1979, pouco depois de terem elaborado esse documento, os fundadores da DS participaram do primeiro encontro

nacional do Movimento pró-PT, quando foi aprovada sua Plataforma Política. Naquela reunião, questões como a adoção de uma perspectiva socialista e o apoio a um governo dos trabalhadores foram amplamente debatidas pelos intelectuais, sindicalistas e organizações de esquerda que apoiavam a criação do PT e discutiam os termos do documento que seria aprovado. O texto final aceito pela maior parte das lideranças presentes ao encontro divergiu bastante das características que, segundo os grupos do *Em Tempo*, o partido deveria ter para cumprir o papel que esperavam dele. A perspectiva socialista, por exemplo, não foi incluída no documento pelo fato de alguns participantes do encontro terem considerado a proposta precipitada. Já a questão do governo dos trabalhadores, defendida no texto aprovado, foi aceita apenas por expressar o conteúdo classista do novo partido. Longe de reconhecer que o PT adotaria essa tática para a implantação do socialismo, em cuja perspectiva ele nem mesmo se colocava, a inclusão da proposta de um governo dos trabalhadores no documento final foi um elemento de consenso entre os diversos grupos que participaram do encontro.

A respeito do segundo eixo, o documento também analisava a relação entre as propostas de criação do PT e de uma Frente Única Operária com a construção do partido revolucionário. O Partido dos Trabalhadores era classificado como frentista, por causa da participação, em seu interior, de diversas organizações de esquerda, intelectuais e sindicalistas, o que lhe dava um “papel muito mais estratégico” na construção do partido revolucionário.¹⁵ Aberto à participação dos marxistas-revolucionários e de outros setores, o PT tornava possível “um rápido crescimento” da futura organização trotskista, uma vez que, em contato com outros agrupamentos e militantes do partido, os grupos do *Em Tempo* poderiam conquistar apoios para suas teses. Na avaliação deles, os “métodos oportunistas ou golpistas” deveriam ser evitados para ganhar a confiança dos “militantes mais avançados politicamente do PT”. Os marxistas-revolucionários deveriam ser os melhores militantes do partido e seus mais decididos construtores, sem sobrepor os

interesses particulares aos do PT, mas travando a “luta política interna” a fim de direcioná-lo para posições revolucionárias.

O terceiro eixo de intervenção era o combate ao regime militar e a luta pelo restabelecimento das liberdades democráticas, por meio da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte livre, soberana e democrática. Além de contribuir para a “destruição radical” da ditadura, essa medida também serviria como oportunidade para evidenciar as limitações da democracia burguesa, propagandear a alternativa socialista, defender uma constituição socialista, propor um programa de reivindicações transitórias – seguindo o modelo clássico do trotskismo – e lutar por um governo dos trabalhadores.¹⁶ Quanto à participação na Assembléia Constituinte, o documento afirmava que o Congresso Nacional deveria ser utilizado para fins revolucionários, isto é, para “desmascarar o seu caráter de farsa, expor a natureza do domínio burguês, ajudar as massas a romperem com as instituições burguesas e abandonarem suas ilusões”, cumprindo seu papel de combate ao regime militar e de viabilização do socialismo. Nesse ponto, algumas organizações de esquerda eram mais uma vez criticadas por apoiarem setores do MDB e políticos envolvidos nas discussões sobre o partido popular, em vez de defenderem a utilização do Congresso Nacional para ações revolucionárias.

Em sua última parte, o documento definia a luta pela democracia como o princípio básico de atuação da DS. Retomando alguns pontos discutidos na resolução *Democracia socialista e ditadura do proletariado* (DEMOCRACIA SOCIALISTA, 1987), o texto afirmava que era fundamental “incentivar a experiência pela classe operária das formas de democracia direta, de exercício do poder”. No meio sindical, as comissões de fábrica tinham o apoio dos grupos do *Em Tempo* justamente por proporcionarem aos trabalhadores essa experiência. No meio político, a defesa de uma Assembléia Constituinte com a participação dos marxistas-revolucionários também se aproximava da proposta de exercício do poder pela classe operária. De todo modo, o documento ressaltava que o importante era “desfazer as ilusões diante do parlamento burguês” e

“resgatar o entendimento da ditadura do proletariado e do socialismo como uma extensão dos direitos democráticos da massa”.

Por último, no documento *Herança do marxismo revolucionário* (DEMOCRACIA SOCIALISTA, 1979c), bem menor que os anteriores e onde fizeram mais uma reflexão política do que propriamente uma análise da conjuntura da época, os grupos fundadores da Democracia Socialista ressaltaram a atualidade da teoria marxista, destacando sua importância no processo de formação do partido revolucionário. No início do documento afirmavam que o marxismo “vem se desenvolvendo contínua e progressivamente”, credenciando-se como ponto de partida teórico e político para dirigir o movimento operário. Apesar de a maior parte das questões fundamentais da teoria ter sido trabalhada por Marx ainda no século XIX, o texto ressaltava que fora com Lênin, Trotsky e outros marxistas – que “deram contribuições importantes, embora de menor envergadura e sistematicidade” – que o marxismo se desenvolveu não apenas como um modelo explicativo, mas também como uma espécie de manual para a ação revolucionária.

Lênin era elogiado por ter conseguido levar a teoria marxista “a uma outra etapa”, com suas análises inovadoras e o aprofundamento de alguns conceitos lançados por Marx. De acordo com o documento, sua percepção sobre a atualidade da revolução, o desenvolvimento da teoria da organização revolucionária, a elaboração de um conceito mais preciso de ditadura do proletariado, a importância dada ao internacionalismo revolucionário na implantação do socialismo e a idéia de revolução como um processo mundial tinham sido suas principais contribuições nesse sentido.

Ao lado dele, Trotsky também era elogiado por ter desenvolvido melhor alguns pontos do leninismo, contribuindo especialmente para a formulação das teorias da revolução permanente – considerada pelo documento como “mais precisa que a teoria de Lênin a respeito da revolução russa de 1917” – e da degeneração dos Estados operários. Por isso, o texto concluía que “do mesmo modo que o

marxismo passa necessariamente por Lênin, o leninismo passa por Trotski”. Ao se colocarem na perspectiva do trotskismo, os grupos do *Em Tempo*, na prática, reivindicavam a herança do marxismo-revolucionário, que, segundo eles, fora abandonada por expressivos setores da esquerda mundial e brasileira, em particular.

Logo, a Internacional trotskista era considerada a organização mundial que mais havia recuperado a herança marxista-revolucionária. Com sua teoria sobre o papel e o funcionamento do partido revolucionário, a caracterização que fazia sobre o Estado operário e o processo de transição e o desenvolvimento do conceito de democracia socialista, a existência da IV Internacional tornava “impossível desenvolver qualquer tática sem partir do Programa de Transição” formulado por Trotsky, avaliavam. Por outro lado, mesmo afirmando que o marxismo passava pelo leninismo e este pelas formulações de Trotsky, o documento lembrava que não se podia ter uma “concepção ingênua” a respeito da união das correntes trotskistas da IV Internacional. O CORQUI, representado no Brasil pela OSI, e a Fração Bolchevique, corrente morenista à qual se vinculava o PST, eram criticados no texto por terem rompido com algumas questões fundamentais para o trotskismo, como a defesa do centralismo democrático e da democracia socialista.

Os fundadores da DS encerravam o documento afirmando existirem duas razões principais para reivindicarem a herança da teoria marxista na construção do partido revolucionário. Tendo em vista que o objetivo maior do partido – “tomar o poder e continuar a cumprir seu papel na construção do socialismo” – inscrevia-se num processo a longo prazo, os grupos do *Em Tempo* consideravam que a unidade na ação era um dos pontos fundamentais a ser perseguido. Assim, mesmo reconhecendo que “pode (e deve) haver divergências” na construção do partido revolucionário, segundo eles, a teoria marxista proporcionaria a unidade interna tida como “básica se não se pretende construir uma organização para rachar logo em seguida”. Por outro lado, assumir o marxismo-revolucionário era reconhecer que seus princípios “são básicos para uma atuação política, todos são atuais”. Seria impossível, sob esse ponto de

vista, trabalhar em conjunto com outras organizações políticas que tivessem interpretações divergentes com relação ao que era centralismo democrático e à importância da democracia socialista, por exemplo.

Em resumo, todos esses documentos indicaram a visão dos grupos que formariam a Democracia Socialista sobre a conjuntura da época e as possibilidades de atuação que ela oferecia. Fundamentados na teoria trotskista e no programa do Secretariado Unificado, esses grupos trouxeram para o Brasil os esquemas analíticos da corrente mandelista da IV Internacional, interpretando a realidade brasileira à luz das posições do SU. Com o desenvolvimento do Movimento pró-PT, a DS logo mudaria algumas teses apresentadas em 1979, como a caracterização do Partido dos Trabalhadores como frente política, reformulando e aprofundando, em função do desenrolar da própria conjuntura, parte das questões discutidas nesses três documentos. De qualquer forma, a maioria das propostas formuladas pelos grupos do *Em Tempo*, como o apoio à convocação da Assembléia Constituinte e à regulamentação do direito de tendências, continuaria a ser defendida pela Democracia Socialista no decorrer da década de 1980, pautando sua atuação dentro do partido naquele período.

[1](#) Numa resolução divulgada em 2006, a Democracia Socialista retomou essa questão ao afirmar que “a aproximação da DS com a IV Internacional (SU) se deu pela combinação de vários fatores. Em primeiro lugar, foi fundamental que a IV Internacional tenha aprovado no seu XI Congresso Mundial, em 1979, o documento ‘Democracia Socialista e ditadura do proletariado’, recuperando uma visão radicalmente democrática da luta pela construção do socialismo” (DEMOCRACIA SOCIALISTA, 2006).

[2](#) Entrevista de Joaquim Soriano ao autor, realizada em 18 de julho de 2006.

[3](#) A resolução conceituava a ditadura do proletariado como um “mecanismo para desarmar e expropriar a classe burguesa e para

permitir o exercício do poder estatal pela classe operária [...] um mecanismo destinado a impedir o restabelecimento do poder de Estado burguês ou da propriedade privada sobre os meios de produção e a reintrodução da exploração dos trabalhadores assalariados pelos capitalistas”.

4 O documento afirmava, expressamente, que a nova organização deveria ser trotskista.

5 A unificação com a ORT e o CLTB, no início dos anos 1980, ampliaria um pouco a base da DS no movimento operariado.

6 No caso da AP-ML e do MR-8, as críticas se dirigiam “ao apelo para uma política de unidade da classe operária e de seus aliados”, pelo primeiro, e ao “combate à atuação das oposições sindicais, a defesa de uma unidade acrítica com os pelegos, o privilegiamento da atuação dentro da estrutura sindical oficial”, pelo segundo.

7 Dissidência do PCdoB fundada na segunda metade dos anos 1960.

8 Um desses aparelhos burocratizados era a estrutura oficial dos sindicatos. A crítica contida no documento revelava a proximidade das propostas dos fundadores da DS com as posições dos sindicalistas autênticos e das oposições sindicais. Da mesma forma, o segundo princípio também expressava essa proximidade da futura organização trotskista com o novo sindicalismo e as oposições.

9 O próprio documento já ressaltava esse ponto: “mesmo se definirmos princípios para identificar os [grupos] que seriam forças da esquerda proletária, temos de concluir que podemos contar com muito pouco”.

10 Entrevista de Joaquim Soriano ao autor, realizada em 9 de maio de 2006. Apesar dessa divergência, a perspectiva de que apenas uma organização trotskista poderia constituir a direção revolucionária e o apoio do Secretariado Unificado à criação do PT – cuja proposta era defendida pelos grupos fundadores da DS – foi

fundamental para a adoção do trotskismo como linha teórica e política da Democracia Socialista.

[11](#) O documento concluía que “o correto é a primeira opção”.

[12](#) Sobre a relação entre o trotskismo e a luta armada, ver Ridenti (1997).

[13](#) Ver Capítulo 5.

[14](#) Em 1978, o documento final aprovado pelo III Congresso do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, dirigido por Lula, reconhecia que, no processo de democratização da estrutura sindical, as comissões de fábrica tinham “um papel de grande relevância como organização de vanguarda do verdadeiro sindicalismo”. Por outro lado, afirmava que “não podemos correr o risco de que as comissões de empresa representem qualquer tipo de sindicalismo paralelo que comprometa nosso ideal de unidade” (Citado por Rodrigues, 1991, p. 151).

[15](#) A Democracia Socialista logo abandonaria essa posição, passando a caracterizar o PT como um partido, e não uma frente. Ainda assim, a política de aproximação junto a outros grupos que também apoiavam a proposta petista permaneceu inalterada, tendo em vista que ela era parte da estratégia da DS para formar uma corrente revolucionária no interior do partido. Mesmo durante o período em que caracterizou o PT como uma frente política, a Democracia Socialista manteve-se distante das concepções frentistas do PCB e PCdoB, ambas abertas à participação de setores considerados burgueses.

[16](#) Com relação ao governo dos trabalhadores, o documento esclarecia que “seu caráter ainda é basicamente propagandístico, ainda não tem uma viabilidade imediata. Mas já não é uma propaganda que atinja apenas a vanguarda mais esclarecida da classe; depois do repetido choque dos trabalhadores com o poder do Estado, depois de tantas demonstrações do vínculo profundo do Estado com os patrões, a consigna de Governo dos Trabalhadores

tem condições de atingir a amplas massas”. A partir de meados de 1983, a DS passaria a defender o governo dos trabalhadores como uma proposta realizável a curto prazo, e não apenas como propaganda política.

Capítulo 4

Construir o partido revolucionário

Com exceção do PCB, PCdoB e MR-8, no início de 1980, quase todas as outras organizações da esquerda brasileira participavam das articulações para a criação do Partido dos Trabalhadores. Entre elas, porém, havia diferenças quanto ao caráter atribuído ao PT e ao papel que ele poderia desempenhar a curto, médio e longo prazo. O posicionamento assumido por essas organizações diante do partido variou bastante conforme a avaliação de cada uma sobre os rumos do movimento que dera origem ao PT e sobre a conjuntura da época, que abria diferentes possibilidades de intervenção política. A vinculação teórica desses grupos, cujos esquemas interpretativos levavam a posições divergentes, só acentuou as diferenças em torno do perfil da legenda e do papel a ser desempenhado por ela. Ao mesmo tempo, a ditadura militar colocava na ordem do dia uma profunda discussão sobre as tarefas táticas, a curto prazo, e sua eficácia para a derrubada do regime instalado em 1964.

O Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR),¹ por exemplo, diante da heterogeneidade da base social petista, que comportava intelectuais, sindicalistas, militantes ligados à Igreja Católica, lideranças de movimentos populares e agrupamentos de esquerda, via o PT como um movimento tático de frente ampla popular contra a ditadura (KECK, 1991). O MEP, por outro lado, acreditava que o peso político dos sindicalistas autênticos dentro da legenda dava ao PT um caráter muito mais de frente política operária que propriamente popular, mas, de qualquer forma, sem possibilidades de transformar-se num partido revolucionário. Apesar das diferenças, as duas interpretações convergiam para uma concepção do PT como frente tática, de existência momentânea, que poderia desempenhar um papel importante na conjuntura da

época, especialmente para o fim da ditadura militar. Outros agrupamentos de esquerda, como a AP-ML e o Ala Vermelha, com algumas pequenas variações, também defendiam a idéia do PT como uma organização estritamente tática que fosse expressão, no plano institucional, dos movimentos sociais (BERBEL, 1991).

Já entre os trotskistas, a perspectiva revolucionária favoreceu uma interpretação muito particular do processo de construção do PT. Em linhas gerais, tanto a DS quanto a Convergência Socialista e a OSI defendiam um partido classista, com um programa socialista, que fosse um canal de expressão política para todos os setores explorados pelo capitalismo. Ao mesmo tempo, pressionavam o partido para que ele adotasse a palavra de ordem em favor do governo dos trabalhadores e se posicionasse pela defesa de uma Assembléia Constituinte livre, soberana e democrática. As três organizações consideravam o PT como um partido, negando seu possível caráter frentista, inserido num processo de construção que poderia levá-lo a ser um partido revolucionário. Nesse processo, os trotskistas se colocavam como pólo revolucionário dentro do PT, cuja função seria a de buscar a hegemonia no interior da legenda, alcançando sua direção, para inscrevê-la, ainda que a longo prazo, numa perspectiva revolucionária (LEAL & KAREPOVS, 2007).

A transformação do PT – a longo prazo – num partido revolucionário deu margem a interpretações diferentes entre os trotskistas sobre os rumos desse processo. Em meados de 1980, por exemplo, a Convergência Socialista já considerava ter havido desvios na construção do PT em relação à sua proposta original, especialmente no que dizia respeito à concepção de partido político expressa no Programa petista, que o definia como sendo de “massa, amplo e aberto, baseado nos trabalhadores da cidade e do campo” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1980a). Na época, acreditando haver uma contradição entre a direção do partido e seu Programa e o movimento que dera origem ao PT, a Convergência defendeu uma volta às origens “para que o PT seja de fato ‘um partido sem padrões’ e que lute ‘por um governo dos trabalhadores’” (Citado por LEAL & KAREPOVS, 2007, p. 174). A DS, ao contrário, negava a

existência de desvios na proposta petista e atribuía as mudanças programáticas ao processo natural de construção do partido revolucionário, como afirmara num dos documentos discutidos em 1979: “O caminho para a construção do PT, para que ele assimile o programa revolucionário, será sem dúvida não apenas longo, mas tortuoso” (DEMOCRACIA SOCIALISTA, 1981, p. 29), ressaltara, na época. Ao mesmo tempo, a Democracia Socialista também criticava as organizações que, assim como a Convergência, concluíam “prematuramente que o PT se degenerou”, afirmando que “a regra básica a adotar é uma extrema prudência nesta caracterização”. Ao longo dos anos 1980, essas diferenças pautariam a relação do partido com os trotskistas, que assumiriam uma posição radical, como no caso da OSI e da Convergência, ou de aproximação com outros setores do PT, como ocorreu com a Democracia Socialista.

Apesar dos pontos de vista em comum com a OSI e a Convergência quanto ao caráter do PT e ao papel que ele poderia desempenhar publicamente, a DS sempre buscou se diferenciar dessas organizações. “Não consideramos que temos nenhuma proximidade especial com estas organizações, apesar de muitas referências programáticas *formais* comuns” (DEMOCRACIA SOCIALISTA, [s.d.]b, p. 28, grifo do texto). Internacionalmente, a Democracia Socialista divergia das correntes da IV Internacional representadas no Brasil pela OSI e pela Convergência, especialmente na caracterização das revoluções cubana e nicaragüense. Na opinião da DS, as posições assumidas pela Quarta Internacional-Centro Internacional de Reconstrução (QI-CIR) e pela Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT) – de quem a OSI e a Convergência Socialista eram a seção brasileira, respectivamente² – “se afastaram muito das posições fundamentais da IV Internacional”. Internamente, a DS acusava a OSI de combinar “traços de oportunismo, como o combate a todas as organizações de esquerda que participam do PT, com posições sectárias” e a Convergência de se definir pela construção do Partido dos Trabalhadores priorizando “uma ‘atuação em faixa própria’”. De todo modo, apesar das divergências públicas entre a Democracia Socialista, de um lado, e a OSI e Convergência, de outro, as diferenças entre os trotskistas brasileiros pareceram

estar ligadas muito mais à vinculação internacional de cada grupo e ao modo como se relacionavam com o PT que propriamente a uma visão particular sobre o perfil da legenda e o papel a ser desempenhado por ela.³

No início de 1980, a Democracia Socialista concebia o PT como um partido operário de massas que poderia adotar um programa revolucionário e, assim, transformar-se no partido que conduziria os trabalhadores na revolução socialista. A interpretação da DS, portanto, era a de que o PT ainda era uma legenda em construção, cujos rumos seriam disputados pelos vários setores que o apoiavam. Nesse processo, o “problema chave”, assinalou, “é o de saber trabalhar dentro do PT, saber que política defender no PT, saber como contribuir para o seu avanço” (DEMOCRACIA SOCIALISTA, 1981, p. 7). Por não acreditar que o país estava numa conjuntura revolucionária na época, a DS não defendia a adoção, de imediato, de um programa revolucionário por parte do PT, como fazia a Convergência, por exemplo. Ao mesmo tempo, afirmava que “não é incorreto lutar para que [o partido] assuma certos elementos deste programa”, sendo que, entre eles, um dos mais importantes eram as reivindicações transitórias – proposta de inspiração claramente trotskista.

Segundo a Democracia Socialista, essas reivindicações seriam fundamentais para “conduzir as massas na direção do socialismo, para ajudá-las a compreender que o socialismo é necessário”. Isso porque, com a crise da economia brasileira, que se estenderia por toda aquela década, em tese, não havia meios para atender às demandas dos trabalhadores. A assimilação do socialismo como único sistema capaz de incorporar o conjunto da classe de trabalhadores, portanto, seria facilitada pela pressão do partido para que as reivindicações transitórias fossem atendidas. A derrubada da ditadura, nesse caso, deveria ser articulada com a implantação do socialismo, num caminho em que o partido revolucionário desempenharia um papel fundamental. Por isso a determinação da DS em trabalhar no interior do PT para que ele efetivamente

assumisse como tarefa tática o combate ao regime militar e tivesse como objetivo estratégico a construção de uma sociedade socialista.

Na época, a DS acreditava que o partido deveria manter seu caráter de massas e classista enquanto o programa revolucionário fosse incorporado e desenvolvido por uma organização que deveria atuar dentro do PT, a fim de que ele o assumisse posteriormente. “Nossa política atual não é a de transformar abruptamente o PT num partido revolucionário; esta seria uma política inviável, estreita, e nos levaria a um processo de sectarização”, afirmou. “Nosso horizonte hoje é mais modesto: que o PT se mantenha um partido claramente classista, e que lute contra a ditadura militar e a exploração capitalista” (DEMOCRACIA SOCIALISTA, 1981, p. 26). Como já visto, a Democracia Socialista acreditava ser uma das únicas forças políticas capaz de desempenhar esse papel, visão que, de certo modo, acabaria por ser reafirmada diante das atitudes radicais da OSI, da Convergência e da Causa Operária com relação ao PT e sua liderança e das interpretações frentistas que as demais organizações de esquerda tinham a respeito do partido.

Desde o início, a participação de grupos de esquerda dentro do PT sempre suscitou muitas preocupações entre suas principais lideranças, especialmente quanto à postura dos trotskistas diante do partido. Em janeiro de 1980, Lula já evidenciara esse problema ao declarar que “alguns grupelhos tentaram fechar as portas do partido e atrapalhar sua formação” (Citado por KECK, 1991, p. 114). Nesse ponto, a DS parece ter sido uma das raras, se não a única, exceções, considerando que, longe de assumir uma prática paralelista, sempre defendeu a construção do PT como partido político, trabalhando para que suas propostas fossem incorporadas pelo conjunto da legenda ao mesmo tempo em que buscava uma aproximação com suas principais lideranças.

Nos meses seguintes à declaração de Lula, os atritos entre o PT e a esquerda organizada petista se agravariam ainda mais pela adesão de novos parlamentares vindos do PMDB e pelas disputas em torno do manifesto que deveria ser aprovado na reunião nacional,

marcada para fevereiro. Até o início daquele ano, os únicos parlamentares filiados ao partido eram os deputados federais Edson Khair e José Eudes, do Rio de Janeiro; Antonio Carlos de Oliveira, do Mato Grosso do Sul; Ademar Santillo, de Goiás; e o senador Henrique Santillo, também de Goiás. Em janeiro de 1980, porém, o PT engrossou sua base parlamentar em mais seis deputados, todos de São Paulo: Geraldo Siqueira, ligado ao movimento estudantil; Irma Passoni, fundadora do Movimento pelo Custo de Vida e próxima às organizações católicas paulistanas; Sérgio Santos, apoiado por movimentos sociais urbanos da capital; Marco Aurélio Ribeiro, que prestara serviços de assessoria jurídica à população carente; João Batista Breda, homossexual declarado e com apoio de movimentos sociais de classe média; e Airton Soares, que participara ativamente da Campanha pela Anistia. A disputa pela direção do PMDB paulista motivara o desligamento desses parlamentares do partido – onde se sentiram “marginalizados da liderança” (KECK, 1991, p. 100) – e a adesão ao PT, naquele mês.⁴

Salvo algumas poucas exceções, como o deputado Geraldo Siqueira, ligado à AP-ML, boa parte dos parlamentares egressos do PMDB criticavam a postura adotada pelos grupos de esquerda no processo de construção do PT. Airton Soares, por exemplo, acusava-os de “dificultarem a organização do partido por fazerem caso de pequenos detalhes em questões de menor importância” (KECK, 1991, p. 115). Ao longo de todo o mês de fevereiro, foram realizadas várias reuniões envolvendo sindicalistas e parlamentares para discutir a questão da *dupla militância*, como era tratada, na época, a participação em organizações de esquerda e no PT. No dia 22, após uma reunião da Comissão Nacional Provisória para debater o assunto, Lula voltou à questão mais uma vez ao declarar que “todos os que entrarem no PT precisam deixar de ser ‘partidinhos’ para ajudar na formação de uma partido de massa, esquecendo propostas inviáveis” (Citado por KECK, 1991, p. 115-116). Nas semanas seguintes, novos encontros realizados no escritório de Airton Soares, reunindo líderes sindicais, parlamentares e intelectuais, discutiram formas de evitar que na Reunião Nacional da legenda, marcada para abril, fossem debatidos

os problemas envolvendo a atuação da esquerda organizada no interior do PT.

Naquele mês, quando o partido realizou seu congresso de fundação, as divergências entre os sindicalistas, parlamentares e os grupos de esquerda apareceram de maneira evidente. De modo geral, os sindicalistas estavam preocupados com a formação de um partido que pudesse expressar seus interesses mais imediatos, como a reposição das perdas salariais e o fim da Lei de Greve, por exemplo. Já os parlamentares defendiam a integração do PT no sistema político-partidário, enfatizando muito mais sua atividade parlamentar, natural para eles, que propriamente sua função de mobilizar a sociedade. Os agrupamentos de esquerda, pelo contrário, ressaltavam o papel que o PT poderia desempenhar, a curto prazo, na organização dos trabalhadores e no combate à ditadura.

Realizado em São Paulo, no dia 10 de fevereiro, o congresso de fundação do partido contou com a presença de aproximadamente 750 lideranças de todo o país (MENEGUELLO, 1989). No encontro, além da decisão de manter os membros da Comissão Nacional Provisória – eleita em outubro de 1979 – como titulares da Comissão Diretora Nacional Provisória até a Reunião Nacional, o partido também discutiu e aprovou seu Manifesto. O anteprojeto do documento já havia sido apresentado pela direção do PT na primeira semana de janeiro para ser analisado pelos militantes do partido.⁵ Na época, além do Manifesto, também estavam em discussão o Estatuto, o Regimento Interno e o Programa, que viriam a ser aprovados em junho. A DS, particularmente, temia que o PT se burocratizasse ao longo de seu processo de legalização, especialmente pelas exigências formais da nova LOPP, que conservava “as mesmas bases da lei anterior” (*Em Tempo*, 24/1/1980, p. 4), na avaliação do grupo. Na época, a Democracia Socialista ressaltou que o partido deveria “atentar para que seus Estatutos – subordinados à legislação partidária – não venham obstaculizar suas pretensões programáticas de um partido voltado para o fortalecimento e o respeito das decisões da base e de

independência ao parlamento burguês”, bandeiras que a DS defendia desde sua fundação (DEMOCRACIA SOCIALISTA, 1981, p. 29).

As críticas de alguns grupos de esquerda ao texto original do Manifesto, acusado de ser um “projeto pequeno-burguês” (*Veja*, 27/2/1980, p. 12), e as modificações no anteprojeto deixaram setores do partido bastante insatisfeitos, em particular os parlamentares. Ao final do congresso, Ailton Soares chegou a declarar que o evento ficara marcado por seu “caráter antidemocrático, imposto por grupelhos organizados”. Mesmo negando a existência de qualquer problema entre o partido e a esquerda organizada e acusando a grande imprensa de fazer “uma ofensiva classista contra o PT” (*Em Tempo*, 21/2/1980, p. 1-2), a DS reconheceu que, apesar do debate “por vezes acalorado e exaltado, mas sempre fraternal”, ocorreram “algumas manifestações isoladas de sectarismo político”. De toda forma, a Democracia Socialista considerou que as alterações no texto original tinham sido importantes para corrigir “algumas imprecisões de conteúdo e estilo do documento” e evidenciar “de modo mais nítido o caráter classista do partido”.⁶

Comparado ao anteprojeto apresentado em janeiro, o Manifesto realmente sofrera poucas mas profundas alterações em seu conteúdo, reconhecendo o PT como um partido de massas e fechado à participação de setores burgueses. A palavra *povo*, por exemplo, foi substituída no texto final pelos termos *explorados pelo capitalismo*, *massas trabalhadoras* e *povo trabalhador*. Já as palavras *ricos* e *pobres* foram trocadas, respectivamente, por *exploradores* e *explorados*. Da mesma forma, as defesas de um “Judiciário independente” e de um “Parlamento livre”, presentes na proposta lançada em janeiro, foram suprimidas do texto final. Em seu lugar, o partido manteve apenas o “compromisso com a democracia plena e exercida diretamente pelas massas” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1980b). “Neste sentido”, dizia o Manifesto, o PT “proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão ao objetivo de organizar

as massas exploradas e suas lutas”. Este trecho, particularmente, foi saudado pelos grupos de esquerda como uma vitória que indiscutivelmente expressava o papel que o partido se propunha a desempenhar.

De fevereiro a junho, os trabalhos de organização do PT foram parcialmente interrompidos por causa das greves daquele ano, que afastou importantes dirigentes sindicais das atividades partidárias.⁷ Ao longo desse período, as articulações para a formação do PT se resumiram basicamente ao processo de filiação e formação de núcleos e à realização de encontros regionais, que, além de discutirem o anteprojeto do Programa petista,⁸ apresentado no congresso de fevereiro, também deveriam eleger seus delegados para a Reunião Nacional, adiada para junho em função das greves. Do Rio Grande do Sul, reduto político dos militantes da Democracia Socialista, veio a proposta que mais claramente expressou a visão da DS a respeito da conjuntura da época, do caráter que o PT deveria assumir e do papel que ele poderia exercer junto aos trabalhadores.

Realizado na primeira semana de abril, o encontro gaúcho aprovou, por 33 votos a 5, a proposta encaminhada pelo Núcleo dos Professores de Porto Alegre, ligado a Raul Pont, membro do Comitê Central da Democracia Socialista. O texto, que derrotou o projeto apresentado pelo MEP, dizia que

se o regime autoritário for substituído por uma democracia formal e parlamentar, fruto de um acordo entre as elites dominantes [...] tal regime nascerá débil e descomprometido com a solução dos problemas que afligem o nosso povo, e pronto será derrubado e substituído por novas formas autoritárias de dominação (*Em Tempo*, 17/4/1980, p. 4-5).

A partir dessa avaliação, os gaúchos defendiam o apoio explícito do PT a “um governo dos trabalhadores verdadeiramente democrático [...] que assegurará a maior liberdade entre todos os que já existiram em nosso país”. Ao mesmo tempo, propunham que o

partido tivesse como objetivo estratégico a luta por uma “sociedade socialista e democrática”, o que exigia, por sua vez, a democratização da própria estrutura partidária. Neste sentido é que os militantes do Rio Grande do Sul defendiam o “direito das minorias expressarem seu ponto de vista” e a regulamentação do “direito da formação de tendências e frações”. Por último, o texto afirmava que o PT deveria estar aberto a “todas as camadas assalariadas do país”, definindo-se como um “partido das massas populares” que abrigaria, junto aos operários, outras categorias profissionais, como bancários, professores, funcionários públicos, comerciários e pequenos agricultores.

Pouco antes da Reunião Nacional, a Democracia Socialista destacou algumas divergências que, na avaliação dos seus militantes, precisavam ser debatidas a fundo no evento. Entre elas, estavam a inclusão da proposta de um governo dos trabalhadores no Programa do partido; a definição do caráter do PT; a relação entre os núcleos e as comissões municipais, estaduais e nacional; o papel dos parlamentares na legenda; os caminhos para a legalização da legenda; e a melhor maneira de expressar a posição do PT contra a ditadura. Em linhas gerais, a posição da DS foi de apoio à construção de um partido de massas e classista que defendesse a formação de um governo dos trabalhadores e cuja estrutura interna fosse pautada pela democracia, de modo que a base, constituída pelos núcleos, tivesse controle sobre as demais instâncias partidárias. A Democracia Socialista ressaltava que o PT deveria ser fundamentalmente extraparlamentar e enfatizar muito mais o trabalho de organização dos trabalhadores que as atividades político-institucionais, que por sua vez deveriam ser utilizadas para fins revolucionários, de denúncias contra o regime. Além disso, a DS acreditava que o processo de legalização do partido deveria estar associado ao próprio trabalho junto a suas bases.

Realizada em São Paulo, com a participação de pouco mais de 300 delegados, a Reunião Nacional do PT elegeu a nova direção do partido, com mandato até agosto de 1981, e aprovou seu Programa, em discussão desde o congresso de fevereiro. A disputa pelo

comando do partido aconteceu em chapa única, com uma composição resultante da aliança entre sindicalistas que apoiavam Lula e militantes de esquerda ligados a José Ibrahim, líder do movimento grevista de 1968 em Osasco (KECK, 1991).⁹ Mesmo manifestando apoio à nova liderança petista, a DS criticou com veemência os métodos utilizados para a formação da chapa, cuja composição foi atribuída pela Democracia Socialista a “exaustivos conchavos” que excluíram “da instância máxima de direção do PT companheiros que desde o primeiro momento vêm lutando pela construção do nosso partido” (*Em Tempo*, 3/6/1980, p. 7). Mostrando não estar aberto ao diálogo com a esquerda organizada, Lula imediatamente respondeu às críticas feitas pela DS, afirmando não aceitar “de jeito algum que pessoas que não são trabalhadores venham aqui me dizer que esta chapa seja casuística”. “Pois não será com falsos trabalhadores, confortavelmente instalados em suas casas, sob a luz de cabeceira lendo livros de Marx e Lênin; não é assim que iremos construir o partido que os trabalhadores necessitam”, completou (*Em Tempo*, 3/6/1980, p. 7).

Com relação ao Programa, o documento aprovado foi bastante genérico e superficial, sem nenhum termo que pudesse excluir qualquer um dos grupos que apoiavam a construção do partido. Palavras como *socialismo* e *governo dos trabalhadores* não foram citadas sequer uma vez ao longo do texto. Nele, o PT não se definia como “um partido marxista, cristão, revolucionário, socialdemocrata, reformista, marcadamente sindical ou continuador da atividade parlamentarista de oposição” (BERBEL, 1991, p. 128), o que permitiu, de certa forma, acomodar politicamente quase todos seus grupos internos, na medida em que cada um deles sentiu-se contemplado com o conteúdo do Programa. Para os que defendiam o PT como um partido revolucionário, como no caso da DS, a confusão programática era perfeitamente compreensível.¹⁰ Os que queriam construir o PT como uma frente de esquerda fechada à burguesia também foram atendidos pelo documento, que vetava sua participação. Já os setores que defendiam a estruturação da legenda como uma frente tática de combate à ditadura militar

“encontravam no programa definido pelo encontro a expressão de sua proposta” (BERBEL, 1991, p. 128).

Para a Democracia Socialista, a Reunião Nacional refletiu a divisão existente dentro do partido. De um lado, os que defendiam a aprovação de um programa que retomasse as questões apresentadas nos documentos anteriores e expressasse o caráter independente do PT, sua luta por um governo dos trabalhadores e contra a exploração capitalista. De outro, os setores que apoiavam a elaboração de um documento mais amplo e menos preciso, por acreditarem que o PT era uma frente tática ou por temerem a legalização do partido. Porém, mesmo afirmando que o Programa era “consideravelmente mais diluído, menos preciso quanto ao seu conteúdo de classe, que a Carta de Princípios do 1º de maio, ou mesmo que o Manifesto aprovado em fevereiro” (*Em Tempo*, 3/6/1980, p. 6), segundo a DS, o documento não definia o PT como um partido policlassista. Dessa forma, apesar das críticas ao texto, de modo geral, a Democracia Socialista avaliou positivamente os encaminhamentos da Reunião Nacional, por acreditar que

o PT continua sendo caracterizado como um *partido*, e um partido dos trabalhadores, construído a partir de suas lutas, e que além de se enfrentar hoje contra a ditadura luta por “uma alternativa de governo para os trabalhadores e oprimidos”, que “avança nos rumos de uma sociedade sem exploradores e explorados” (*Em Tempo*, 3/6/1980, p. 6, grifo do texto).

Aprovado o Programa, os meses seguintes foram dedicados exclusivamente à discussão do Estatuto e do Regimento Interno do partido e à formação de seus diretórios estaduais e municipais, como exigia a lei. Por meio do *Em Tempo*, a DS participou ativamente de todo esse processo, defendendo algumas posições que o PT deveria adotar, na opinião da Democracia Socialista, e divulgando notícias sobre as articulações regionais e locais. Em julho, por exemplo, a DS chegou a publicar o modelo de ata para as reuniões municipais exigidas pelo TSE, indicando também todos os procedimentos que deveriam ser adotados nos encontros, como a

convocação, inscrição e eleição de chapas e a homologação dos resultados (*Em Tempo*, 19/6/1980, p. 4). No final de outubro, a Comissão Diretora Nacional Provisória apresentou todos os documentos especificados na Lopp para a concessão do registro provisório, aprovado pelo TSE no início de dezembro. Na época, o PT já contava com seis deputados federais, dez deputados estaduais, cerca de 50 vereadores e praticamente 70 mil filiados em todo o país (*Veja*, 29/10/1980).

Da Reunião Nacional, em junho, até meados de 1981, além de defender insistentemente a construção do PT como um partido político fundamentado em seus núcleos de base, por diversas vezes a DS manifestou sua opinião favorável à convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. Partindo da avaliação de que o regime estava enfraquecido diante do ascenso dos movimentos sociais, dos resultados da reforma partidária e da crise econômica, a Democracia Socialista acreditava que a Constituinte seria uma alternativa à ditadura militar, ao mesmo tempo em que poderia servir de espaço para defesa dos interesses dos trabalhadores, particularmente quanto à melhoria de sua qualidade de vida. Segundo a DS, a luta pelo fim do regime e a favor da Constituinte “são questões que não estão separadas e que precisam de uma resposta firme e unitária do conjunto das oposições” (*Em Tempo*, 19/6/1980, p. 6). O PT, nesse caso, além de ser um canal de expressão política, teria um papel fundamental na mobilização dos trabalhadores. Ao lado dessa visão estratégica do partido, a proposta da DS reforçava também seu caráter tático de combate à ditadura.

Assim como na teoria trotskista, pela qual as reivindicações transitórias funcionariam como uma ponte entre as necessidades imediatas dos trabalhadores e a revolução socialista, a DS acreditava que o apoio à convocação de uma Assembléia Constituinte também teria esse caráter de ligação entre “os problemas atuais vividos pelos trabalhadores e o povo e a construção da sociedade socialista” (*Em Tempo*, 1/10/1981, p. 17). A Constituinte, no caso, era uma das propostas do programa de

reivindicações transitórias defendido pela DS, cujo papel seria o de “fazer avançar uma situação de crise como a que o Brasil se encontra atualmente em direção a uma outra onde os conflitos se coloquem de modo mais aberto e claro e onde os trabalhadores tenham então condições de disputar o poder propriamente” (*Em Tempo*, 15/10/1981, p. 3). Para a Democracia Socialista, a convocação da Constituinte seria a melhor maneira de derrotar o regime no estágio de consciência em que estavam os trabalhadores e iniciar um “processo de luta que abra espaço para uma nova situação”, isto é, para uma sociedade socialista.

A visão da DS, porém, não era compartilhada pela maioria do partido, que temia uma Constituinte conciliadora se convocada ainda sob o governo Figueiredo. No Plano de Ação aprovado na Reunião Nacional, por exemplo, não constava nenhum item relativo à convocação de uma Assembléia Constituinte. Na época, a DS atribuíra o fato à “insuficiente preparação do debate” e à atuação, durante o encontro, de grupos de esquerda que, “sob o manto do doutrinário”, consideravam a defesa da Constituinte “uma bandeira da burguesia” (*Em Tempo*, 19/6/1980, p. 7). De modo geral, no interior do PT, os críticos à proposta da DS afirmavam que a convocação da Assembléia seria viável somente com a participação de setores ligados à ditadura; que a burguesia capitalizaria a luta pela Constituinte; que sem a total liberdade partidária sua realização não seria efetivamente democrática; que a proposta não mobilizaria os trabalhadores, ao contrário de suas lutas específicas e imediatas; ou que os trabalhadores só poderiam lutar com proveito por uma Assembléia Constituinte quando estivessem organizados.

De qualquer forma, até o início de 1985, quando o partido finalmente se posicionaria a favor de sua proposta, a Democracia Socialista inúmeras vezes suscitou o debate interno a respeito dessa questão, ressaltando que o PT poderia “se confinar ao círculo basista da pequena política” (*Em Tempo*, 6/11/1980, p. 3) caso permanecesse limitado apenas à mobilização popular, como defendiam alguns setores da legenda. Segundo a DS, era fundamental que o PT se

juntasse às demais forças de oposição, aproveitando-se de suas “ambigüidades e contradições”, para empreender uma política comum contra a ditadura militar, o que não significava, por outro lado, questionar a independência de classe do partido, “Pelo contrário, é uma atitude indispensável para que a luta democrática não fique *concretamente* nas mãos dos liberais, o PT simplesmente figurando como o portador dos *princípios* puros da classe trabalhadora”, afirmou (*Em Tempo*, 12/3/1981, p. 5, grifos do texto).

Depois de solicitar seu registro provisório, de acordo com a legislação, o partido teria, no máximo, um ano para continuar o processo de filiação, realizar as convenções municipais, estaduais e nacional e escolher suas novas lideranças. Em abril de 1981, o PT já havia alcançado o número mínimo de filiados em 20% dos municípios de nove estados, como exigia a lei. Além do Acre, Amazonas, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Piauí, Rio de Janeiro e Santa Catarina, estados onde o partido atendera às exigências legais, havia ainda a expectativa de que até o dia 5 de junho, prazo final do processo de filiação, o PT alcançasse também o número exigido na Bahia, Ceará, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo, o que não ocorreu em sua totalidade (*Em Tempo*, 26/3/1981, p. 4). A decisão de legalizar o partido obrigou o PT a mudar seu projeto original e buscar novos apoios para cumprir as exigências formais. Ao longo desse processo, a conscientização gradual dos trabalhadores acabou cedendo espaço para a pressa organizativa. Em função do pouco tempo disponível para sua organização, o PT buscou apoio em grupos já estruturados que pudessem ajudá-lo nesse sentido, o que terminou afetando a qualidade dos novos militantes (KECK, 1991).

Cumprida mais essa etapa, o partido realizou seu I Encontro Nacional, no início de agosto, quando foram eleitos os membros da Direção Nacional e da Comissão Executiva Nacional do PT. Desde o Congresso de Lins, aquela era a primeira vez que militantes da Democracia Socialista chegavam à direção nacional do partido. Para o Diretório, formado por 92 membros, a DS elegeu Raul Pont,

do grupo gaúcho que dera origem à organização, e Virgílio Guimarães, do grupo mineiro (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1981a). No caso da Comissão Executiva, entre seus membros, inicialmente, não havia nenhum militante da Democracia Socialista. Somente em 1983, quando sua composição seria parcialmente alterada, é que a DS conquistou os cargos de 2º suplente e Secretário de Movimentos Sociais, acumulados por Virgílio Guimarães. A avaliação da Democracia Socialista a respeito da nova liderança petista, evidentemente, não poderia ter sido outra senão a de que o partido evoluíra em comparação ao encontro de 1980. “O resultado foi claro: uma composição bem mais classista e à esquerda” (*Em Tempo*, 12/8/1981, p. 7), destacou.

Poucas semanas depois, o PT realizou sua I Convenção Nacional, em Brasília, encerrando a última etapa do processo de legalização do partido. A sensação de vitória era geral entre os militantes presentes no encontro, uma vez que “havam superado obstáculos aparentemente intransponíveis e a legalização parecia estar assegurada” (KECK, 1991, p. 112). Àquela altura, o partido já contava com cinco deputados federais, oito estaduais, um prefeito e 35 vereadores (*Em Tempo*, 1/10/1981, p. 9). Na Convenção, além de aprovar o Regimento Interno do partido, que regulamentava a criação e o funcionamento de seus núcleos de base, o PT também se posicionou oficialmente diante das eleições do ano seguinte. Segundo a resolução aprovada no encontro, o partido se comprometia a lançar candidatos próprios para todos os cargos, após um amplo debate interno, e ampliar a “nucleação em massa”, de modo que a campanha servisse para uma “efetiva organização dos trabalhadores” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1981b). A DS, que avaliara positivamente o encontro, afirmando que a Convenção fora “mais uma vitória na marcha dos trabalhadores pela construção de sua organização política independente”, declarou que os documentos aprovados – especialmente o que tratava das eleições de 1982 – haviam confirmado que o PT era, de fato, um “partido que prioriza a intervenção concreta na luta de classe e que no plano político mais geral resguarda claramente sua independência política de classe” (*Em Tempo*, 1º/10/1981, p. 7).

Para a Democracia Socialista, entretanto, o que mais evidenciara “o avanço político e o amadurecimento ideológico da direção petista” (*Em Tempo*, 1º/10/1981, p. 3) fora o discurso proferido por Lula, presidente do partido. Na época, segundo a avaliação feita pela DS, “a representatividade inquestionável de Lula e o rigor de seu discurso fazem deste texto uma peça política fundamental para o partido, para a sociedade e para a história do movimento operário no país” (*Em Tempo*, 1º/10/1981, p. 10).¹¹ Em sua fala, o presidente do PT fez um balanço da história do partido até aquele momento, rebateu as críticas dirigidas à legenda, tratou da relação entre o partido e os sindicatos, defendeu a criação de uma central única dos trabalhadores, criticou o processo de abertura política e pronunciou-se a respeito da participação do PT nas eleições de 1982. De todo o discurso, o que mais animou a DS foi a declaração de que o partido se colocava na perspectiva do socialismo, por saber que “o mundo caminha para o socialismo” (*Em Tempo*, 1º/10/1981, p. 11). A edição do *Em Tempo* publicada logo depois da Convenção, por exemplo, trouxe o seguinte título em sua primeira página: “da tribuna do Senado da República, Lula proclama: PT é socialista!”.

Essa conclusão, contudo, pareceu bastante precipitada, até mesmo porque não houvera nenhuma mudança programática substancial desde o I Encontro Nacional – realizado apenas dois meses antes, praticamente – que justificasse a opinião da Democracia Socialista. O PT, que em seu Programa sequer mencionara a palavra socialismo, não poderia, em tão pouco tempo, ter adotado sua implantação como objetivo principal do partido. Logo, a opinião da DS parece ter resultado muito mais de uma análise esquemática do discurso de Lula, à luz da teoria trotskista e de sua própria visão a respeito do PT, do que propriamente da prática recente do partido e dos pronunciamentos de suas principais lideranças, que desmentiam a afirmação da DS.

Da Convenção Nacional até o final do ano, um dos temas mais discutidos pela DS foi a participação do PT nas eleições de 1982. Lançado oficialmente pela direção do partido em meados de 1981, o debate sobre a eleição para deputados estaduais, federais,

governadores, senadores e prefeitos,¹² em novembro do ano seguinte, suscitou opiniões divergentes dentro do PT. De modo geral, formaram-se dois blocos bastante definidos quanto à questão: o que defendia a participação nas eleições como forma de consolidar nacionalmente o partido e o que, ao contrário, enfatizava o papel que o PT poderia desempenhar na organização dos trabalhadores. Nesse último caso, a participação nas eleições de 1982, considerada meramente circunstancial, era colocada em segundo plano ou até mesmo menosprezada.

Na opinião da Democracia Socialista, o PT deveria preocupar-se mais com a conscientização dos trabalhadores que com a disputa eleitoral em si. Para a DS, os setores que defendiam a participação nas eleições como meio de fortalecer o partido adotaram essa posição por considerarem o PT como uma frente política – tentando, assim, utilizar a legenda como um “trampolim eleitoral” (*Em Tempo*, 11/6/1981, p. 4) – ou por acreditarem que o campo de luta a ser privilegiado pelo partido era mesmo o Congresso Nacional.

Estas posições – assinalou a DS – contêm equívocos importantes. A primeira, por insistir na concepção frentista do PT, onde o debate político e a intervenção organizada no movimento de massas ficaria a cargo dos grupos políticos; a segunda, por rebaixar substantivamente o papel histórico a ser cumprido por um partido dos trabalhadores.

Mesmo com uma posição diferente do primeiro bloco, a Democracia Socialista não desconsiderava totalmente a importância de o partido participar da disputa eleitoral, como outros grupos faziam. A DS acreditava que as eleições de 1982 seriam importantes para derrotar a ditadura, divulgar a proposta do partido e formar uma bancada parlamentar classista. Por outro lado, o PT, “com uma base de massas ainda fluida, com uma estrutura organizativa ainda pobre, além de um programa pouco definido”, estaria despreparado para o jogo eleitoral, acreditava. A DS também avaliava que as divergências internas poderiam ser nocivas para o desempenho eleitoral petista. Mesmo afirmando que “o partido terá resultados

eleitorais expressivos”, as divisões dentro do PT poderiam levar à formação de uma bancada parlamentar extremamente heterogênea, cujos resultados “poderão ser muito diferentes dos esperados”, completou.

Assim, considerando também que as eleições de 1982 seriam particularmente difíceis para o PT, a Democracia Socialista defendeu a ênfase na “construção política do partido”, em detrimento do excessivo dispêndio de esforços para a conquista de votos. Na opinião da DS, a disputa por cargos em todas as esferas da administração pública e a exigência legal para que as legendas obtivessem, no mínimo, 5% dos votos em pelo menos nove estados – sendo, em cada um deles, 3% para a Câmara dos Deputados – criavam dificuldades ainda maiores para partidos novos, como o PT. Isso explica, em parte, a posição da Democracia Socialista em relação ao pleito de 1982 e sua opinião sobre como o partido deveria atuar naquela conjuntura específica.

Entre as propostas da DS para essa “construção” do PT estavam a definição programática do partido, a consolidação de sua democracia interna e uma maior intervenção no movimento de massas. No caso da definição programática, a própria posição da Democracia Socialista já denunciava, por um lado, que o PT estava longe de assumir-se como um partido socialista, como queriam os militantes da DS, e, por outro, o descompasso entre o conteúdo do Programa e a interpretação do discurso de Lula feito pela Democracia Socialista. Quanto à democracia interna, a proposta da DS dividia-se em duas frentes: na primeira, a garantia do direito de tendências no interior do partido, e, na segunda, a regulamentação dos núcleos de base. Para a Democracia Socialista, a questão da dupla militância – ou das *duas camisas*, como era falado na época – poderia ser resolvida “com a instauração de uma ampla democracia no PT que garanta o direito de tendência e de fração para todas as correntes, com cobrança de todos os militantes do PT de lealdade na sua construção” (DEMOCRACIA SOCIALISTA, 1981, p. 28). No caso dos núcleos, mesmo destacando o avanço do partido em reconhecer “o poder real das bases nos rumos da vida partidária”, a

DS acreditava que era “hora de precisar o que são os núcleos, sua forma de vinculação à estrutura legal dos diretórios, a articulação entre si através das inter-núcleos, etc” (*Em Tempo*, 11/6/1981, p. 5).

Por fim, sobre a intervenção no movimento de massas, a Democracia Socialista defendia o apoio oficial do PT à deflagração de uma greve geral, apostando que o impasse com o regime provocaria a derrota da ditadura e deixaria o caminho livre para a aprovação de outras propostas da DS, como a convocação da Constituinte. Na opinião da Democracia Socialista, o PT precisava de um “rumo certo” para sua intervenção política, cujo “caminho não pode ser outro senão uma oposição intransigente em todos os aspectos à ditadura militar, tendo como pano de fundo sua derrubada e a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, soberana e democrática”, o que, na verdade, estava longe de ser um consenso dentro do partido, como foi visto anteriormente.

Ainda com relação ao pleito de 1982, a DS apresentou algumas propostas para evitar o que a organização chamava de “perigos da corrupção eleitoral” (*Em Tempo*, 3/12/1981, p. 11). Segundo a Democracia Socialista, as chapas deveriam ser compostas majoritariamente por trabalhadores e líderes populares; os candidatos deveriam respeitar os órgãos e as decisões do partido; a escolha dos candidatos deveria ser feita democraticamente, a fim de manter a unidade em torno das candidaturas; o *carreirismo* e o *personalismo* deveriam ser impedidos por meio de restrições salariais e da instituição de mandatos sob orientação do partido; e o financiamento das campanhas deveria ser feito por meio de caixa único, para evitar discrepâncias entre as candidaturas. Além disso, a DS defendia a centralização política da campanha, com a proibição de comitês eleitorais particulares; a fundamentação da campanha nos núcleos de base, para evitar a diluição da estrutura partidária; o lançamento de chapas completas de militantes para cargos proporcionais; o incentivo à discussão da plataforma eleitoral do PT com entidades e associações do movimento popular; e a criação de instâncias de controle e fiscalização das candidaturas do partido.

Em tese, praticamente todas as propostas da DS foram aceitas pelo partido, o que mostra bem a ressonância que as idéias da Democracia Socialista haviam alcançado dentro do PT. Na escolha dos candidatos, por exemplo, o partido estabeleceu “parâmetros rígidos” para a composição das chapas (MENEGUELLO, 1989, p. 85). Os candidatos deveriam ser politicamente fortes e eleitoralmente viáveis, além de estarem vinculados a movimentos populares e efetivamente representarem a base partidária. Em maio de 1982, o PT também criou um Comitê Eleitoral Nacional Unificado para monitorar os comitês estaduais. Formado por Francisco Weffort, Hélio Doyle e Apolônio de Carvalho, o Comitê Nacional ficou responsável por implementar a Carta Eleitoral, a Plataforma e as resoluções petistas, além de organizar o material de campanha, as finanças do partido e as filiações ao longo do processo eleitoral (KECK, 1991).

Na prática, porém, com exceção do Estado de São Paulo, onde o PT estava melhor organizado, o partido teve dificuldades para executar boa parte das propostas da Democracia Socialista – seja pela dinâmica da própria campanha, seja pela insuficiência organizativa anterior a ela. No caso dos núcleos, por exemplo, muitos deles nem mesmo chegaram a participar do processo eleitoral. O financiamento das campanhas por meio de caixa único e a proibição de comitês particulares também não foram realizados plenamente. Além disso, muitos diretórios regionais eram politicamente fracos, sem fundos para a campanha nem acesso aos meios de comunicação de massas ou auxílio jurídico para interpretar a legislação eleitoral. O próprio Comitê Eleitoral Nacional, criado para centralizar politicamente a campanha petista, não dispunha de recursos suficientes para serem divididos entre os diretórios estaduais.

Apesar desse cenário negativo, a DS manteve-se otimista quanto ao resultado das eleições. A avaliação do grupo era a de que o PT sairia fortalecido do processo eleitoral, com a “eleição de inúmeros parlamentares em todos os níveis” (*Em Tempo*, 26/8/1982, p. 6). A vitória do PT no pleito de 1982, segundo a DS, traria novos desafios

para o partido, como a relação a ser estabelecida com a bancada petista. Nesse caso, o PT deveria garantir que os mandatos funcionassem como instrumentos de construção do partido, estando subordinados a sua direção nacional e regional – incluindo os recursos materiais disponíveis aos parlamentares eleitos. Na época, a DS acreditava que o resultado das eleições teria três marcas principais: o regime militar seria derrotado nos estados mais populosos e industrializados do país, perdendo também a maioria na Câmara dos Deputados; o PMDB seria o maior vitorioso entre os partidos de oposição; e o PT teria um “um notável avanço de sua influência política, com a eleição de muitos parlamentares, uma sensível melhora das condições materiais em que vem operando” (*Em Tempo*, 28/11/1982, p. 7).

Dos três prognósticos da DS, apenas o último não se confirmou. De fato, o partido apoiado pelo governo perdeu nas regiões mais industrializadas e populosas e não conseguiu a maioria na Câmara dos Deputados. Dos 22 estados onde houve disputa, a oposição venceu em dez, incluindo Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Para a Câmara, o PDS obteve menos da metade dos votos válidos, conquistando 234 das 479 vagas em disputa (*Veja*, 1º/12/1982). Já o PMDB, além da vitória em Minas, com Tancredo Neves, e em São Paulo, com Franco Montoro, também obteve a maioria nas Assembleias de seis estados e cresceu em quase todos os outros onde não conseguiu mais de 50% dos votos. Na disputa municipal, o partido também saiu vitorioso, conquistando a maior parte das prefeituras de quatro estados – incluindo Minas Gerais e Paraná, onde passou a governar metade dos municípios – e crescendo em praticamente todos os demais (*Veja*, 24/11/1982).

O PT, por sua vez, frustrou a expectativa de boa parte de seus militantes, elegendo apenas oito deputados federais, 12 deputados estaduais, dois prefeitos e pouco mais de 100 vereadores em todo o país, sendo que, entre os eleitos, uma parte significativa era de candidatos paulistas (PONT, 1992).¹³ Com exceção dos Estados do Acre e de São Paulo, onde o partido obteve, respectivamente, 5,4% e 9,9% dos votos, o PT não alcançou as porcentagens mínimas

exigidas por lei (KECK, 1991).¹⁴ Os petistas foram derrotados inclusive na disputa pelo governo de São Paulo, berço político do partido e onde Lula, principal liderança do PT, acreditava na vitória: “Eu estou convencido, mais do que nunca, que o PT ganha as eleições aqui no estado de São Paulo” (Citado em *Em Tempo*, 11/11/1982, p. 4). Nos três últimos debates que antecederam à votação, por exemplo, seu desempenho foi avaliado como o melhor entre todos os candidatos (*Veja*, 22/9/1982). No resultado final, porém, o petista ficou em quarto lugar, com apenas 10% dos votos, atrás de Franco Montoro, do PMDB, Reynaldo de Barros, do PDS, e Jânio Quadros, do PTB.

A campanha do PT foi marcada por um discurso de conteúdo classista e pela ofensiva contra o PDS e o PMDB. Dividindo a sociedade entre explorados e exploradores, o partido colocou-se como legítimo representante da classe trabalhadora, o que ficou claro nos *slogans* utilizados ao longo da campanha: “trabalhador vota em trabalhador”, “sabemos trabalhar, sabemos governar” e “vote no 3, o resto é burguês”. Para a Democracia Socialista, as palavras de ordem tinham um “alcance profundo”, pois reforçavam a autoconfiança dos trabalhadores e proporcionavam um “ganho em consciência, em organização, que altera a correlação de forças entre as classes, fortalece o proletariado, debilita a burguesia” (*Em Tempo*, 11/11/1982, p. 3). Ao mesmo tempo, o PT atuou como “ferrenho justiceiro” (Meneguello, 1989, p. 114), exigindo explicações dos militares sobre os atos praticados durante o regime e associando os candidatos do PDS à ditadura. Quanto ao PMDB, a ofensiva foi estimulada pela campanha do *voto útil* iniciada pelos peemedebistas, com o apoio do PCB, PCdoB e MR-8. A campanha consistiu na desqualificação política do PT – acusado de ser despreparado para governar e de dividir a oposição – e no apelo aos eleitores para que votassem nos candidatos que tivessem chances reais de vitória, ou seja, nos nomes apresentados pelo PMDB.

Com a divulgação dos resultados oficiais e a constatação de que fracassara eleitoralmente, o partido logo buscou identificar as

causas da derrota. Em meio às diferentes opiniões, a maior parte do PT concordou em pelo menos dois pontos: que o uso indiscriminado de palavras de ordem havia substituído o debate a respeito dos objetivos do partido e que o PT ainda sofria de graves problemas organizacionais (KECK, 1991). De outro lado, alguns militantes também creditaram a derrota eleitoral à influência dos grupos trotskistas, acusados de terem sido os responsáveis pela radicalização da campanha petista, especialmente com relação ao PMDB (*Veja*, 15/12/1982). Mesmo concordando em parte com essas opiniões, a DS acreditava que a principal causa para o baixo desempenho do partido havia sido as mudanças casuísticas da legislação eleitoral, como o Pacote de Novembro.

Somadas às restrições da Lei Falcão, que ainda estava em vigência, as alterações promovidas pelo governo Figueiredo buscaram controlar a abertura política do regime e, em particular, o processo eleitoral daquele ano. Aprovado em janeiro de 1982, o chamado Pacote de Novembro estabeleceu algumas mudanças importantes na legislação eleitoral, como a instituição do voto vinculado – pelo qual o eleitor seria obrigado a votar em candidatos do mesmo partido para todos os cargos em disputa, sob pena de anulação do voto – e a proibição das coligações eleitorais. No mês de junho, o governo conseguiu aprovar mais seis alterações, como a permissão para que ocorressem novas filiações, facilitando a troca de partido pouco antes do pleito eleitoral; o adiamento, para 1986, dos percentuais mínimos de votos exigidos pela Lopp, o que garantiu a sobrevivência de partidos como o PT, por exemplo; a ampliação do número de vagas na Câmara dos Deputados e o fortalecimento das prerrogativas parlamentares, no intuito de favorecer o PDS; a ampliação do mandato dos novos prefeitos para seis anos, com o objetivo de defasar as eleições municipais das estaduais e federais; e a mudança na composição do Colégio Eleitoral,¹⁵ que elegeria o novo Presidente da República, em 1985 (Fleischer, 1988).

Dois meses depois, o Congresso Nacional também aprovou outra proposta do regime; dessa vez, para alterar o modelo oficial da cédula de votação. Além de proibir o voto na legenda, a nova lei

também obrigava o eleitor a escrever o nome completo ou o número de seus candidatos, o que provocaria, em tese, dificuldades entre a população menos escolarizada e a anulação da cédula por inteiro. Numa outra tentativa de controlar o resultado do processo eleitoral, o governo também proibiu o uso de apelidos para o registro de candidaturas. No caso do PT, essa medida teria prejudicado enormemente Lula, não fosse a brecha deixada pela nova lei para que fossem feitas alterações no próprio nome, de modo que o candidato petista ao governo de São Paulo passou a se chamar Luis Inácio *Lula* da Silva (Meneguello, 1989).¹⁶

Diante disso, a DS afirmou que eram a própria existência da ditadura e sua “política de institucionalização” as maiores responsáveis pela derrota, e não os eventuais erros que setores do partido passaram a apontar após as eleições, como a radicalização do discurso petista, por exemplo. “É uma balela creditar a estes erros tal força. As críticas de ‘radicalismo’ e coisa do estilo fazem parte das pressões burguesas para desgastar e destruir a proposta petista. São críticas burguesas ou críticas direitistas” (*Em Tempo*, 2/12/1982, p. 4). Para a Democracia Socialista, o que faltara ao PT tinha sido uma linha política que articulasse a luta pelo fim da ditadura militar com a defesa de uma Assembléia Constituinte, numa campanha que combinasse as atividades do partido com as lutas cotidianas dos trabalhadores. O partido falhara exatamente em não ter incorporado a principal proposta da DS, que vinha sendo discutida desde o ano anterior, o que “evitou – na opinião do grupo – que se tornasse mais claro para as amplas massas de trabalhadores que existe uma ligação entre suas lutas dentro das fábricas, nos bairros e no sindicato, e a política partidária” (*Em Tempo*, 2/12/1982, p. 4).

Em meio às divergências internas, a única certeza entre os petistas era a de que o partido deveria fazer um movimento de retorno às origens, a fim de mobilizar a população, definir quais seriam as soluções para os problemas nacionais e fortalecer-se politicamente. A participação nas eleições de 1982, nesse caso, passou a ser vista como uma espécie de desvio dos objetivos iniciais do partido

(KECK, 1991). Essa *volta às bases* havia sido defendida pela DS antes mesmo da divulgação dos resultados oficiais e do debate interno sobre os motivos do fraco desempenho do partido. Na opinião da Democracia Socialista, o envolvimento do PT na campanha eleitoral afastara o partido de sua base, sobretudo a sindical, com qual passou a ter ligações “extremamente débeis”.

O PT deverá dar um giro após as eleições, e se voltar para organizar a sua intervenção sindical e nos movimentos populares, ativando os núcleos por categoria, realizando encontros de sindicalistas do partido e definindo uma orientação nacional unificada (*Em Tempo*, 28/10/1982, p. 9).

De fato, essa volta às origens acabou ocorrendo, em parte como resposta ao resultado eleitoral e em parte porque alguns dirigentes petistas passaram a acreditar que nos anos seguintes o movimento sindical seria “uma arena de ação mais dinâmica e importante do que o partido” (MENEGUELLO, 1989). Lideranças importantes, como Lula e Olívio Dutra, decidiram disputar as eleições em seus respectivos sindicatos depois de ficarem, durante bastante tempo, quase exclusivamente envolvidos com as atividades partidárias. A derrota eleitoral, portanto, inaugurou uma nova fase na história petista – que se estenderia até 1985 –, em que o partido se isolou das demais forças de oposição, reavaliou sua estratégia política e buscou reatar os vínculos com os movimentos sociais, especialmente o sindical, de onde surgira.

Internamente, a maior expressão dessa fase pós-eleitoral foi o lançamento do *Manifesto dos 113*, em junho de 1983. Ao longo de todo o primeiro semestre daquele ano, o partido esteve praticamente paralisado em torno da discussão sobre os motivos do desempenho eleitoral aquém do esperado. Frequentemente, a grande imprensa publicava declarações de militantes petistas apontando os possíveis erros cometidos pela direção do partido ou responsabilizando setores do PT pelo resultado. Dentro desse contexto, um grupo de 113 militantes paulistas uniu-se para formar uma corrente majoritária no diretório de São Paulo, a *Articulação*,

que rapidamente foi reproduzida em outros estados e também na direção nacional do partido (KECK, 1991). Assinado por sindicalistas, militantes ligados à Igreja Católica, intelectuais e membros do grupo dos autonomistas, o documento reconhecia que o PT passava por um “momento muito difícil” e explicava que a Articulação havia sido formada para “uma intervenção coletiva na vida do nosso partido” (Citado em *Em Tempo*, 23/6/1983, p. 5).¹⁷

De maneira geral, os membros da nova tendência declaravam-se contrários à transformação do partido numa frente ampla e à qualquer tipo de aliança com o PMDB nesse sentido; à adesão a um socialismo nos moldes do praticado pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT); à visão fundamentalmente parlamentarista de alguns militantes; e à transformação do PT num partido de vanguarda, descolado das lutas dos trabalhadores.

Por outras palavras, somos contra tanto o comportamento individualista daqueles que acreditam não ser necessário ouvir o Partido e que por conta própria avançam propostas conciliadoras, como aqueles que, também não se submetendo à democracia interna do PT, subordinam-se a comandos paralelos e priorizam a divulgação das suas posições políticas em detrimento daquelas do próprio Partido.

Especificamente, o grupo defendia a luta contra qualquer tipo de pacto social com a oposição ou trégua política com o regime; a mobilização dos trabalhadores, como resposta à proposta de conciliação nacional; e a construção do PT como partido de massas, por meio da militância nos movimentos sociais, de uma intensa campanha de filiação e nucleação e da formação político-cultural de seus militantes. A Articulação acreditava que para concretizar as propostas divulgadas no Manifesto seriam necessários “alguns passos relacionados com a estrutura e a democracia interna do Partido”. Entre eles, estavam a revalorização dos núcleos como espaço de discussão e deliberação, o estabelecimento de critérios claros para escolha e controle das direções partidárias e dos parlamentares e para a participação das bases nas decisões do

partido, a descentralização da estrutura organizacional e financeira do PT e a criação de uma imprensa que alcançasse o conjunto dos militantes.

A Democracia Socialista avaliou de modo ambivalente o documento, destacando sua importância num momento em que o partido vinha sofrendo, na sua opinião, “investidas liquidacionistas” de alguns militantes, mas também apontando os limites e as imprecisões do Manifesto (*Em Tempo*, 23/6/1983, p. 6). Em primeiro lugar, a DS considerou o documento uma resposta insuficiente para os problemas internos enfrentados pelo PT na época. Para a Democracia Socialista, os que vinham contribuindo para a desestabilização política do partido, após a derrota de 1982,

não são pessoas quaisquer; trata-se de parlamentares, líderes de bancada, membros da Executivas [...]. Suas investidas não são teses de um fraterno debate partidário mas sim verdadeiros ataques taxando pré-convenções de “golpes”, a Executiva Nacional de “stalinista”, o PT de partido “falido” que deveria se voltar para a “conciliação”.

Por isso, a DS acreditava que o documento pouco avançava nessa questão, pois apenas apontava a existência de um problema já amplamente conhecido, mas sem discutir a possibilidade de aplicação de penas disciplinares a alguns militantes, como a Democracia Socialista defendia.

A DS também criticou a origem e o método de construção do Manifesto, afirmando que o texto expressava muito mais o fracionismo interno que propriamente a união do partido. A Democracia Socialista acusou seus signatários de terem optado, após o fracasso eleitoral de 1982, pelo “caminho das articulações particularistas, grupistas, com pessoas selecionadas e convidadas por critérios não partidários”, em vez de promoverem um amplo debate interno sobre os motivos da derrota e as perspectivas futuras. Por último, a DS também rechaçou o tratamento dispensado aos grupos de esquerda do PT, afirmando que o documento introduzia “no jargão petista a infeliz expressão ‘comandos

paralelos', típicas de verdadeiras cruzadas de caça às bruxas, sinal de um anti-comunismo até então estranho ao partido e inadmissível para todo o militante que luta pelo socialismo". Com essas considerações, a DS concluiu que o problema do PT era fundamentalmente político, e não grupista, como afirmava a Articulação. Da forma como tinha sido elaborado, pelo seu conteúdo e pelos militantes que o assinaram, o Manifesto sugeria "um PT domesticado, para a reflexão e formação socialista, algo como um partido à esquerda porém integrado no processo de transição", o que levou a DS a considerar a proposta dos 113 como "frustrante" para solucionar a crise em que se encontrava o partido.

De todo modo, mesmo não tendo conseguido realizar boa parte das propostas contidas em seu Manifesto de lançamento, a Articulação trouxe mudanças importantes para o PT, como a aprovação de novas regras para as eleições partidárias, que regulamentaram a proporcionalidade,¹⁸ o acirramento dos debates internos e a institucionalização das tendências petistas – uma das reivindicações históricas da DS. Por ser a corrente majoritária dentro do partido, a Articulação não teve maiores dificuldades para ocupar boa parte dos cargos da legenda. Por outro lado, a disputa interna e a consolidação dos diversos grupos, a começar pelo dos 113, tornaram mais visíveis os alinhamentos políticos e as correntes do PT, contribuindo para o debate entre os diversos setores do partido e o reconhecimento definitivo de suas tendências políticas (KECK, 1991). Ao longo desse processo, a DS soube caminhar por uma faixa intermediária, aproximando-se da Articulação, ainda que com críticas à corrente majoritária, ao mesmo tempo em que buscava hegemonizar seu projeto político dentro do PT para inscrevê-lo numa perspectiva revolucionária.

¹ Dissidência do PCB fundada em janeiro de 1968.

² Até 1979, a Convergência Socialista vinculou-se à Fração Bolchevique da IV Internacional, liderada por Nahuel Moreno. No ano seguinte, com os antigos militantes do Corqui, dirigidos por Pierre Lambert, e a Tendência LeninistaTrotskista, representada por

Cristiam Nemo, a corrente morenista criou a Quarta Internacional-Comitê Internacional (QI-CI). Em 1981, diante das divergências quanto à eleição de François Mitterrand para presidente da França, a QI-CI dividiu-se. A partir dessa cisão, o grupo liderado por Moreno criou a Liga Internacional dos Trabalhadores, representada no Brasil pela Convergência. Os seguidores de Lambert, por sua vez, criaram a QI-CIR, representada no país pela OSI. Vale destacar que durante o breve período em que conviveram juntas sob a QI-CI, a OSI e a Convergência Socialista chegaram a discutir sua unificação, processo que foi interrompido pelo racha internacional (SILVA, [s.d.]).

[3](#) Na mesma época, dentro do PT, existia também um pequeno grupo trotskista, dissidência da OSI, chamado de Organização Quarta Internacional (OQI), que editava o jornal *Causa Operária*, nome pelo qual o grupo passou a ser conhecido. Na avaliação da DS, a OQI “aprofundou todos os traços sectários que ‘O Trabalho’ [jornal pertencente à OSI] tinha” (DEMOCRACIA SOCIALISTA, [s.d.]b, p. 28). Nos anos 1990, depois de ser expulsa do PT, a OQI fundou o Partido da Causa Operária (PCO). Para mais detalhes, ver Silva (2001).

[4](#) No caso de Geraldo Siqueira, sua adesão ao partido foi motivada também pelo racha na seção paulista da AP-ML, que se dividiu entre a permanência no PMDB e o apoio ao PT.

[5](#) Para o anteprojeto do Manifesto, ver *Em Tempo* (10/1/1980, p. 6).

[6](#) O termo *classista*, neste caso, foi usado pela DS de maneira bem ampla para designar os “setores explorados pelo capitalismo”, como dizia o próprio Manifesto. Esses setores incluíam os “operários industriais, assalariados do comércio e dos serviços, funcionários públicos, moradores da periferia, trabalhadores autônomos, camponeses, trabalhadores rurais, mulheres, negros, estudantes, índios e outros setores explorados”. Uma parte da esquerda organizada do PT, entretanto, avaliou negativamente o documento final, por entender que um partido classista deveria ser composto fundamentalmente por operários.

[7](#) Sobre a greve de 1980, ver Antunes (1992).

[8](#) Para o anteprojeto do Programa, ver *Em Tempo* (10/1/1980, p. 7).

[9](#) A chapa teve como membros efetivos Antonio Carlos de Oliveira, Apolônio de Carvalho, Freitas Diniz, Jacó Bittar, Joaquim Arnaldo, José Ibrahim, Lula, Luiz Soares Dulci, Manoel da Conceição, Olívio Dutra e Wanderly Farias de Souza.

[10](#) Na época, a DS declarou que o documento era “ bastante razoável frente ao estágio de construção do partido” (*Em Tempo*, 11/6/1981, p. 4).

[11](#) O discurso foi publicado na íntegra na edição n. 137 do *Em Tempo* (p. 10-11).

[12](#) Ver Capítulo 1, nota 19.

[13](#) O PT de São Paulo elegeu seis dos oito deputados federais, nove dos 12 deputados estaduais, 78 vereadores e o prefeito de Diadema, na região do ABC paulista.

[14](#) As exigências da Lopp foram transferidas para o pleito de 1986, talvez como mais uma tentativa de dividir a oposição. Sobre o Acre, é importante lembrar que, ao lado de São Paulo, foi um dos únicos estados onde o PT conseguiu organizar uma estrutura partidária suficientemente ampla, com a criação de diretórios em todos os seus municípios.

[15](#) De 1969 a 1985, os presidentes da República foram eleitos indiretamente por um colegiado de eleitores – o Colégio Eleitoral – formado pelo conjunto do Congresso Nacional e por representantes das Assembléias Legislativas estaduais. Para mais detalhes, ver Soares (1984).

[16](#) O apelido Lula foi recebido ainda na infância por sua mãe, Eurídice Ferreira de Mello, a dona Lindu.

[17](#) A lista com os nomes dos signatários do documento e a transcrição completa do Manifesto dos 113 podem ser encontradas nesta edição do jornal.

[18](#) A partir de 1984, as eleições internas para o Diretório Nacional, que até então garantiam à chapa vencedora a ocupação de todos os cargos, passaram a ser proporcionais, como a DS vinha defendendo desde o encontro de fevereiro de 1980.

Capítulo 5

Democracia Socialista, tendência do PT

Brasil chegou aos anos 1980 sob o efeito de uma grave crise econômica que se iniciara no governo Figueiredo. Juntas, a inflação crescente, a crise mundial do petróleo, a subida do preço internacional do produto e a diminuição dos investimentos estrangeiros no país criaram enormes dificuldades para o pagamento dos juros e a amortização da dívida externa brasileira (SALLUM JÚNIOR, 1996). Em 1981, após quarenta anos de crescimento, o Produto Interno Bruto caiu 1,6%, chegando ao índice de 5% negativo dois anos depois – “o pior resultado desde 1930” (VILLA, 2001, p. 17).¹ Após a derrota nas eleições de 1982, o governo finalmente recorreu à ajuda financeira do Fundo Monetário Internacional (FMI), que depois da moratória mexicana, em meados daquele ano, aprofundara os ajustes fiscais exigidos como contrapartida para novos empréstimos. Com isso, o quadro negativo produzido pelo crescimento da dívida externa, pela queda na produção industrial, pela suspensão dos investimentos públicos e pelo aumento do desemprego aprofundou-se ainda mais. A inflação, por exemplo, chegou a 211% em 1983 e a quase 224% no ano seguinte – quase cinco vezes mais que em 1978, quando terminara em 41%.

Gradualmente, a crise econômica foi minando a base social do regime militar e canalizando as insatisfações contra o governo Figueiredo para o apoio aos partidos de oposição. As greves, que haviam diminuído no início da década, foram retomadas a partir de 1983 e expandidas para o setor público, também atingido pelos efeitos da recessão econômica (NORONHA, 1992). Na política, a vitória do PMDB na disputa eleitoral de 1982 expressou o

descontentamento com o governo e a necessidade de mudanças no processo de abertura. Uma delas, certamente, foi a intenção do regime em indicar um candidato civil à sucessão presidencial de 1985, na tentativa de contornar o desgaste que vinha sofrendo desde o início do governo Figueiredo. As disputas dentro do PDS pela indicação do partido, somadas aos problemas econômicos e ao crescente fortalecimento da oposição, entretanto, apenas serviram para agravar a situação.

Diante disso, teve início, no final de 1983, uma das principais manifestações populares registradas desde o golpe militar: a campanha das *Diretas Já*. Inicialmente difusas, as mobilizações ganharam mais organicidade e apoio na medida em que receberam a adesão dos partidos oposicionistas, de intelectuais, artistas e entidades da sociedade civil e concentraram a pressão exercida sobre o governo na aprovação da emenda constitucional do deputado Dante de Oliveira, do PMDB do Mato Grosso. Se aprovada, a emenda, em tramitação no Congresso Nacional desde o início do ano, tornaria direta a eleição para o sucessor de Figueiredo, fixando também um mandato de cinco anos para o novo Presidente da República (RODRIGUES, 2003).²

Até janeiro de 1984, dois meses após o início da campanha, os comícios pelas Diretas haviam conseguido reunir, no máximo, 30 mil pessoas – como acontecera em Curitiba, no começo do ano. Nesse sentido, a manifestação na Praça da Sé, em São Paulo, com um público estimado em 250 mil pessoas, representou um marco na campanha, superado apenas pelos comícios de Belo Horizonte, em fevereiro, onde estiveram presentes cerca de 300 mil pessoas; do Rio Janeiro, no início de abril, que reuniu 1 milhão de espectadores; e do Vale do Anhangabaú, também em São Paulo, uma semana depois, onde foi registrada a presença histórica de 1,5 milhão de pessoas. Após o comício na Praça da Sé, classificado pela Democracia Socialista como um “um novo impulso” (*Em Tempo*, 26/1/1984, p. 2) à campanha pelas Diretas, a DS afirmou que o maior desafio para o PT, naquela conjuntura, era assumir a direção

política da mobilização, num momento em que o partido estava ao lado de outras forças oposicionistas, como o PMDB e o PDT.

Acreditando que o PT deveria desempenhar o papel de dirigente das lutas sociais, num claro descompasso com a postura que o partido vinha assumindo até então e com o insuficiente apoio social que ele mostrara ter nas últimas eleições, a DS ressaltou que o controle político sobre a campanha era vital para a própria mobilização, que fracassaria caso terminasse sob a hegemonia de outros setores da oposição. Ao mesmo tempo, a Democracia Socialista voltou a defender algumas de suas propostas mais antigas, como a Assembléia Constituinte e o governo dos trabalhadores, observando a “necessidade de identificar esta campanha pelas eleições diretas com a negação de tudo o que a ditadura significa, de sua política econômica à restrição de liberdades de organização no plano partidário e sindical”.

Enquanto lutava pela aprovação da emenda Dante de Oliveira, que seria submetida à votação na Câmara dos Deputados no final de abril, o grupo moderado do PMDB iniciou um processo de negociação política com o regime em busca de alternativas para o caso de derrota no Congresso. A DS, ao contrário, apostava na radicalização da campanha, condenando qualquer tipo de diálogo com o governo e rechaçando o que chamou de “mobilização controlada”, como faziam alguns setores da oposição que buscavam acumular certo capital político para a disputa no Colégio Eleitoral (*Em Tempo*, 9/2/1984, p. 3). Segundo a DS, o PT deveria trabalhar para que no esteio da campanha pelas Diretas fossem concretizadas todas as demais “reivindicações que interessam aos trabalhadores”, como a reforma agrária e o combate ao FMI, ao arrocho salarial e ao desemprego. Na época, a Democracia Socialista também defendeu o lançamento da candidatura de Lula à Presidência como forma de estimular as bases partidárias a se envolverem na mobilização e demarcar o campo de atuação do PT na campanha, mantendo uma aliança tática com as demais forças de oposição e, ao mesmo tempo, contrapondo-se às outras

possíveis candidaturas, como as de Leonel Brizola, Franco Montoro, Tancredo Neves e Ulysses Guimarães.

Desde setembro do ano anterior, quando o PT iniciara um debate interno sobre a questão da luta pelo poder,³ a DS vinha defendendo a tese de que os “setores comprometidos com as lutas dos trabalhadores e com o socialismo” (*Em Tempo*, 1º/12/1983, p. 7) deveriam disputar a direção das mobilizações populares para intervir politicamente na conjuntura, marcada pela crise econômica, pela divisão no interior do regime em torno da sucessão presidencial e pela queda da popularidade do governo Figueiredo, que em março de 1984 chegou a 67% de desaprovação (*Veja*, 14/3/1984). Na época, a Democracia Socialista propôs a criação de uma Frente Única Popular reunindo os diversos movimentos sociais “contra a ditadura e seu modelo econômico”, além do próprio Partido dos Trabalhadores, que ficaria responsável por dirigi-los politicamente. Apresentada na pré-convenção do PT gaúcho, onde a DS tinha bastante influência política, a proposta excluía do bloco os setores de oposição considerados liberais, como o PMDB e PDT, de forma que os trabalhadores pudessem assumir o controle do processo de abertura e disputar o poder sem nenhuma espécie de transição pactuada com o regime militar.

Em meio ao debate partidário sobre a criação do *bloco operário-popular* defendido pela DS, a Articulação afirmou que a discussão sobre a disputa do poder não estava na ordem do dia, como afirmava o documento apresentado no ano anterior pela Direção Nacional – com o apoio da Democracia Socialista – para debate na pré-convenção do partido, em 1984. No texto, propunha-se o abandono da estratégia de resistência à ditadura com base na acumulação de forças políticas pela disputa imediata do poder, tendo como eixo tático a defesa de uma Assembleia Constituinte, a luta por eleições diretas e a formação de um bloco de alianças em torno dessas propostas – exatamente o que a Democracia Socialista vinha defendendo. O documento produzido pelo Diretório Nacional afirmava que

O partido, em suas posições e propostas até agora, tem quase que se limitado a apoiar e, às vezes, conduzir a linha de resistência ativa nascida dos próprios movimentos populares. Isso é necessário mas não é suficiente. O PT tem que se colocar claramente a questão do poder (Citado em *Em Tempo*, 20/10/1983, p. 6).

Na época, a Articulação qualificou o texto como

superficial, moralista e anti-marxista na avaliação da conjuntura [...] uma visão vanguardista da luta política que termina por levar o partido a alianças diluidoras no afã ilusório da conquista do poder para os trabalhadores a curto prazo.

Para a corrente majoritária do PT, o regime não estava no estágio de crise defendido no documento, os setores liberais da oposição não se encontravam excluídos do processo de disputa pelo poder e, o que era mais importante, o PT ainda tinha graves insuficiências organizativas para, de imediato, tratar da questão do poder como algo real, e não como mera propaganda, como a Articulação defendia.

Às vésperas do grande comício no Vale do Anhangabaú, a DS destacou alguns temas que, na sua opinião, deveriam ser debatidos no III Encontro Nacional do PT, marcado para o início de abril. De acordo com a Democracia Socialista, o partido precisava definir qual tática política iria adotar, quais alianças deveria estabelecer, se assumiria a bandeira em favor da Constituinte e se lançaria imediatamente seu candidato à Presidência da República (*Em Tempo*, 15/3/1984). A DS, como foi visto, defendia a formação de um bloco operário-popular sob a direção do PT e com a participação de setores oposicionistas que efetivamente representassem os trabalhadores, a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte e o lançamento do nome de Lula como candidato do partido à sucessão de Figueiredo.

Realizado em São Bernardo do Campo, com a presença de quase 290 delegados, o III Encontro Nacional do partido ficou marcado,

mais uma vez, pela polêmica em torno da atuação da esquerda organizada petista. Em seu discurso, Lula fez duras críticas à esquerda do partido, afirmando que ela era formada por “intelectuais que andam com livros de Marx e Lênin debaixo do suvaco [...] fazem planos e projetos políticos”, mas sem nenhuma prática, pois “até o surgimento do PT, a esquerda nunca passou de grupelhos” (*Em Tempo*, 3/5/1984, p. 10). A polarização entre a corrente majoritária do partido e as organizações de esquerda estava ligada às diferentes concepções sobre o perfil do PT e seu papel na conjuntura da época: de um lado, se ele deveria apenas expressar politicamente as demandas dos movimentos sociais; de outro, se deveria “desempenhar um papel de organizador e de dirigente na sociedade” (Pont, 1992, p. 34), lutando pela tomada do poder – perspectiva em que a DS se colocava.

Para se fortalecerem na disputa pela Direção Nacional do partido, que seria renovada no encontro, as três chapas que representavam a esquerda organizada se uniram contra a chapa formada pelos militantes da Articulação. *Por um PT de massas*, da corrente majoritária, recebeu 179 votos, contra 93 de *O PT se constrói na luta*, apoiada pela DS. No Rio Grande do Sul, berço político da Democracia Socialista, a chapa formada pelos militantes da organização recebeu a maioria dos votos, vencendo a da Articulação. Em Minas Gerais, o apoio chegou à metade dos votos, bem acima da média nacional alcançada pela chapa *O PT se constrói na luta*. Pelo Regimento Interno aprovado na convenção, a chapa que alcançasse 10% dos votos na disputa teria direito a ocupar o número de cargos proporcional a sua votação – uma antiga proposta da DS que passou a valer a partir daquela eleição. Com o resultado, *Por um PT de massas* conquistou 32 cargos na Direção Nacional e *O PT se constrói na luta*, 17. Desse total, quatro – o dobro da composição anterior – foram ocupados por membros da Democracia Socialista: Flávio Andrade e Virgílio Guimarães, do grupo mineiro; Raul Pont, do grupo gaúcho; e Joaquim Soriano, que representava a DS no Rio de Janeiro (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1984). A Executiva Nacional, porém, continuou a ser ocupada exclusivamente pela chapa vencedora, situação que

se manteria inalterada até 1989, quando também seria adotado o princípio da proporcionalidade para os cargos executivos.

Depois do encontro, a campanha pelas Diretas ainda realizou mais seis comícios até a votação da emenda Dante de Oliveira, no dia 25 de abril – incluindo os grandes comícios do Rio de Janeiro e de São Paulo. Os dias que antecederam à votação foram marcados pela intensa articulação política: enquanto alguns setores da oposição buscavam uma saída conciliadora, outros, como o PT, apostavam na ruptura com o regime mesmo em caso de derrota. Entidades da sociedade civil, como a recém-criada Central Única dos Trabalhadores, a União Nacional dos Estudantes e a Ordem dos Advogados do Brasil, passaram a defender uma paralisação nacional em apoio à mudança na Constituição. Do outro lado, na tentativa de atrair políticos do PDS sensíveis à campanha e de estabelecer o diálogo com parte da oposição, o governo encaminhou uma proposta alternativa – a chamada *Emenda Figueiredo* – prevendo eleições diretas em 1988, isto é, para o sucessor do novo presidente. Após três longas sessões que terminaram apenas no dia seguinte, a emenda Dante de Oliveira, que precisaria de dois terços dos votos na Câmara dos Deputados para ser aprovada, foi rejeitada pelo placar de 298 a favor, 65 contra, três abstenções e decisivas 113 ausências.

Após a derrota, a Democracia Socialista manifestou-se a favor da ruptura com o regime e contra qualquer tipo de negociação com o governo, como defendiam setores moderados da oposição – inclusive dentro do PT. Segundo a DS, era preciso “manter a unidade ampla das forças como se verificou na primeira fase da campanha” (*Em Tempo*, 3/5/1984, p. 3), combinando a pressão sobre a oposição conciliadora com o incremento das mobilizações populares, no que o PT, em sua opinião, teria um papel fundamental. De fato, após a rejeição da emenda Dante de Oliveira, o partido foi o único a defender a retomada da campanha pelas Diretas, comprometendo-se até mesmo com a realização de mobilizações e greves, no intuito de forçar a mudança constitucional – “uma decisão absolutamente isolada e que jamais logrou

repercutir e concretizar-se” (RODRIGUES, 2003, p. 96). Somente em junho, quando a emenda Figueiredo foi votada, é que as lideranças oposicionistas se uniram novamente em favor das Diretas. A idéia era apresentar um substitutivo à proposta do governo, alterando a data prevista na emenda – 1988 – para 1985. Contudo, prevendo que a oposição conseguiria modificar sua proposta, o presidente retirou o texto de votação, alegando que “os apologistas da eleição direta, ignorando os propósitos da Emenda, dela se querem aproveitar para a implantação imediata desse tipo de eleição [...]. Não posso permitir esse desvio clamoroso dos objetivos do projeto” (Citado por RODRIGUES, 2003, p. 97).

Assim, duplamente derrotada, a oposição decidiu aproveitar-se do capital político herdado da campanha pelas Diretas para tentar vencer o governo na disputa no Colégio Eleitoral. Em meados de 1984, com exceção do PT, todos os setores oposicionistas apoiavam a candidatura de Tancredo Neves à Presidência. Por sua vez, a crise no PDS em torno da escolha do candidato do partido à sucessão presidencial terminou por beneficiar decisivamente a campanha de Tancredo. No segundo semestre daquele ano, em meio a uma profunda divisão interna da legenda, o ex-governador de São Paulo Paulo Maluf foi indicado como candidato do PDS à disputa pela Presidência da República. A escolha do nome de Maluf, ponto alto de um processo de divisão entre os pedessistas que se arrastava desde o início do ano, motivou a saída de uma dissidência do partido – a chamada Frente Liberal – que não apoiava a candidatura do ex-governador. Esse grupo, que no início de 1985 fundaria o Partido da Frente Liberal (PFL), uniu-se ao PMDB, em apoio à campanha de Tancredo Neves, dando origem à Aliança Democrática, como ficou conhecida a aliança partidária entre os dissidentes do PDS e os peemedebistas.⁴

Na época, a DS manifestou-se terminantemente contra o lançamento de uma candidatura de unificação nacional das oposições. A Democracia Socialista defendia uma saída à esquerda da candidatura de Tancredo Neves, ressaltando que, apesar da aliança estabelecida com o PMDB e PDT ao longo da campanha

pelas Diretas, naquela nova conjuntura, o PT não poderia mais ficar subordinado àqueles partidos, pois, embora fossem legendas de oposição, eram consideradas burguesas. “Se o PT quer mobilizar as massas e derrotar a ditadura ele tem que se descolar da posição de subordinação a estes partidos, deve criar uma alternativa para a direção da campanha” (*Em Tempo*, 14/6/1984, p. 3). Contudo, avaliando que sozinho o PT não possuía tanta força política, a DS acreditava que o partido deveria liderar a formação de um bloco operário-popular “que garanta a continuidade da luta sem vacilações e traições” – proposta que a Democracia Socialista vinha defendendo desde o ano anterior.

Até chegar a uma posição oficial, porém, o PT seguiu dividido com relação ao apoio à candidatura de Tancredo Neves. Airton Soares, que na época era líder da bancada petista na Câmara dos Deputados, chegou a colocar o cargo à disposição do partido por conta das divergências com setores do PT que criticavam a candidatura única das oposições e a participação no Colégio Eleitoral, em janeiro de 1985. Em São Paulo, o partido expulsou o deputado estadual Sérgio Santos, que assumira publicamente seu apoio à candidatura peemedebista (*Em Tempo*, 11/10/1984). No debate interno, a DS afirmou que a candidatura única “visa antes de mais nada realizar uma transição negociada com o regime militar rumo a alguma forma de dominação civil burguesa conservadora” (*Em Tempo*, 14/6/1984, p. 5). Apoiar um candidato do PMDB ou do PDT, nesse caso, seria o mesmo que considerar como necessária uma aliança com a burguesia para chegar ao socialismo, numa concepção etapista de revolução que a DS, como organização trotskista, sempre negou. Quanto ao PMDB, especificamente, a Democracia Socialista acreditava que apoiar a candidatura de Tancredo à Presidência seria o mesmo que endossar a campanha do voto útil de 1982, a partir da perspectiva de que somente um candidato peemedebista teria condições de reunir apoio político suficiente para vencer a disputa no Colégio Eleitoral.

Diante da formação da Aliança Democrática, a DS reafirmou a atualidade da luta pelo socialismo, observando que as limitações da

plataforma elaborada pelo PMDB e pela Frente Liberal não eram fruto das dificuldades conjunturais, mas, sim, inerentes a sua própria composição, que abrigava políticos confiáveis da ditadura que pouco tempo antes faziam parte do PDS. A candidatura de Tancredo, nesse sentido, expressava as limitações da burguesia nacional e sua incapacidade, segundo a DS, de transformar o sistema econômico e a política econômica do país. A Democracia Socialista, portanto, repudiava qualquer tipo de aliança com o PMDB e a Frente Liberal e defendia a implementação de uma política de “enfrentamento do imperialismo, de reforma agrária radical, de atendimento às reivindicações básicas dos trabalhadores, de participação democrática das massas”. Todas essas propostas, de acordo com a DS, só poderiam ocorrer sob um governo dos trabalhadores, motivo pelo qual a organização buscava, dentro do PT, conquistar apoio para sua proposta de criação de um bloco operário-popular e tomada do poder, como foi visto anteriormente. “Nosso esforço estratégico vai no sentido de criar condições para que os trabalhadores assumam a liderança das lutas sociais, cheguem ao governo, e dirijam o processo de transformações sociais, de ruptura com o capitalismo e de construção do socialismo” (*Em Tempo*, 8/11/1984, p. 10).

Antes da disputa no Colégio Eleitoral, a DS e o PT estiveram envolvidos na realização de mais um Encontro Nacional do partido,⁵ dessa vez na cidade de Diadema. Na reunião, o PT aprovou o documento *Contra o continuísmo e o pacto social*, em que analisava a campanha pelas Diretas, o regime militar, o chamado *malufismo*, a situação econômica do país e a Aliança Democrática. Com o documento, o partido também lançou um plano de ação para a conjuntura e uma plataforma de lutas que colocavam a legenda “claramente como oposição ao governo que, no Colégio Eleitoral, sucede o presidente Figueiredo” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1985).⁶ A Democracia Socialista avaliou positivamente o Encontro Nacional, afirmando que “apesar de suas debilidades de organização, jogou um papel importante por consagrar a posição do PT de manter a sua independência política frente à transição burguesa” (*Em Tempo*, fevereiro de 1985, p. 4).

Isso porque, na reunião, o partido decidiu não participar do Colégio Eleitoral que indicaria o novo presidente, o que acabou afastando da legenda três deputados federais – Ayrton Soares e Beth Mendes, de São Paulo, e José Eudes, do Rio de Janeiro – que desrespeitaram a orientação oficial.

Por outro lado, o encontro também incorporou à plataforma do partido propostas que a DS vinha defendendo já havia algum tempo, como o apoio à convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte e a criação de um bloco operário-popular sob direção do PT. No documento final, o partido afirmou que não iria aguardar a instalação da Constituinte para exigir as mudanças econômicas que reivindicava, mas que lutaria “para conquistá-las desde já”, participando ativamente “dos movimentos pela Assembléia Constituinte, defendendo a necessidade dos pressupostos democráticos para a sua eleição e o conteúdo de suas transformações”. Quanto ao bloco operário-popular, o PT se comprometia a “resgatar as experiências de mobilização e de organização da campanha das Diretas” para criar uma frente que lutasse por transformações “com base nos interesses e reivindicações dos trabalhadores”. Essa frente defendida pelo PT, contudo, não deveria abrigar os setores que apoiavam a Aliança Democrática e a participação no Colégio Eleitoral, nem tampouco confundir-se com a proposta de transformar o próprio partido numa frente política.

No dia 15 de janeiro de 1985, o Colégio Eleitoral finalmente se reuniu em Brasília, confirmando a vitória de Tancredo Neves para Presidente da República, com 480 de um total de 686 votos. Maluf, candidato do PDS, teve o apoio de apenas 180 delegados, praticamente o mesmo número de votos recebido pelo candidato da Aliança Democrática entre os pedessistas (SKIDMORE, 1988). O PT foi o único partido a não participar da eleição do sucessor de Figueiredo, sob a alegação de que o Colégio Eleitoral era ilegítimo e expressava a transição pactuada com o regime. A Democracia Socialista acreditava que o boicote, longe de deixá-lo numa posição de isolamento político, como diziam alguns críticos, traria benefícios

para o crescimento do PT e seu fortalecimento junto às bases. “Este *não* abre as portas para as lutas futuras do partido, para o seu crescimento, para o aprofundamento de suas vinculações com os interesses dos trabalhadores” (*Em Tempo*, 13/12/1984, p. 3, grifo do texto), avaliou. Logo após a vitória, Tancredo teve seu estado de saúde gravemente comprometido, vindo a falecer em meados de abril, sem nem ao menos ser empossado como o primeiro presidente civil depois do golpe de 1964, tarefa que coube ao vice José Sarney.

Com a morte de Tancredo Neves, a Democracia Socialista passou a defender a convocação de eleições diretas, numa clara divergência com o PT, que reconheceria a legitimidade do novo governo. “A confirmação do vice-presidente José Sarney na Presidência da República é a solução que nos resta para a situação criada com o impedimento de Tancredo Neves, sobretudo por contrapor-se a qualquer manobra golpista”, afirmou o partido em nota oficial divulgada na época (Citado em *Em Tempo*, abril de 1985, p. 3). A DS, ao contrário, acreditava que a “a agitação da convocação imediata das eleições para a Constituinte deve estar cada vez mais combinada com a agitação da realização de eleições diretas para a presidência da República” (*Em Tempo*, abril de 1985, p. 3). Em meio às divergências internas quanto ao governo Sarney e à convocação de novas eleições para presidente, o PT apresentou, poucas semanas depois, sua proposta de emenda constitucional para a instalação da Assembléia Nacional Constituinte, uma das promessas de campanha da Aliança Democrática.

O ponto central da proposta petista era a desvinculação do Congresso Nacional da Constituinte, com eleições específicas para a escolha de seus delegados. O PT propôs a criação de Comissões Consultivas Municipais, a serem eleitas no pleito de 1985, para elaborar e encaminhar sugestões à Assembléia Nacional Constituinte, que, pelo projeto, seria constituída em março do ano seguinte. Nessa eleição, estariam garantidos o direito de voto a todos os maiores de 18 anos – incluindo cabos, soldados e marinheiros – e a proporcionalidade na representação dos

delegados. Segundo a proposta petista, a instalação da Assembléia deveria estar condicionada à remoção do chamado *entulho autoritário*, como as leis de Segurança Nacional, de Greve e de Imprensa. Na época, a Democracia Socialista afirmou que “a proposta do PT abriga vários avanços fundamentais com relação à proposta da Aliança Democrática” (*Em Tempo*, junho de 1985, p. 5), divulgada oficialmente alguns dias após a emenda apresentada pelo partido. Ao contrário do que o PT defendia, o governo Sarney propôs atribuir poderes constituintes ao novo Congresso Nacional a ser eleito em novembro de 1986. Dessa forma, os deputados federais e senadores acumulariam suas funções normais com o mandato constituinte. Na opinião da DS, “a emenda apresentada demonstra que longe de convocar uma Assembléia Nacional Constituinte, a intenção do governo é a de realizar uma tímida reforma constitucional” (*Em Tempo*, julho de 1985, p. 2). Isso porque, ao criar um Congresso Constituinte, em vez de uma Assembléia, o governo limitaria o alcance das mudanças – “na medida em que assentado na velha ordem o Congresso tenderá muito mais a retocar a velha constituição do que fazer uma nova” – e manteria as mesmas distorções que existiam antes, sob o ponto de vista da representatividade.

A principal discordância da DS, porém, foi com o fato de a proposta do governo não prever a revogação imediata do arcabouço constitucional da ditadura, como as salvaguardas que substituíram o AI-5, antes da instalação da Constituinte. Na época, o presidente José Sarney alegou que até a promulgação da nova Carta, “sob pena de se instalar o caos normativo, que a ninguém aproveitaria, é necessário respeitar a lei que temos e modificá-la segundo os processos por ela próprios admitidos” (Citado em *Em Tempo*, julho de 1985, p. 2). A crítica da Democracia Socialista, portanto, era a de que até a elaboração do novo texto constitucional ficariam valendo os dispositivos da Carta promulgada em 1967 pelo governo Castello Branco. A preocupação da DS, nesse caso, era que o governo da Aliança Democrática pudesse reeditar práticas comuns da ditadura militar, como acabou ocorrendo na repressão aos movimentos sociais. Além dessa, outra questão que diferenciava as duas

propostas dizia respeito aos autores do texto constitucional. Enquanto o PT, como foi visto anteriormente, apresentara uma alternativa de tipo basista, o governo Sarney nomeou uma comissão responsável por elaborar o anteprojeto da nova Carta. O problema dessa comissão, conforme destacou a DS na época, é que “a esmagadora maioria [dos seus membros] apóia a Aliança Democrática de uma forma ou de outra”, o que também poderia limitar o alcance das mudanças.⁷

Com a aprovação da proposta do governo, as atenções do PT se voltaram para a disputa eleitoral de novembro,⁸ na qual o partido buscou aprofundar sua influência nos movimentos sociais, credenciando-se como o principal partido de oposição e aumentando suas chances de vitória nas eleições de 1986, quando estariam em disputa os cargos para a Constituinte.⁹ Bem antes, a DS já havia lançado sua proposta para a campanha petista nas eleições de 1985. Para a Democracia Socialista, a disputa municipal seria a primeira oportunidade de o partido se fortalecer como alternativa ao governo da Aliança Democrática, ainda que no âmbito municipal. De acordo com a proposta tática da DS, que originalmente fora elaborada no diretório gaúcho do Partido dos Trabalhadores, o PT deveria buscar três objetivos com a campanha daquele ano: combinar as bandeiras do partido, como a Plataforma dos 10 pontos¹⁰ e a defesa da Constituinte, com as demandas dos trabalhadores no nível municipal; organizar núcleos de base, de modo a ampliar a influência política do partido e sua capacidade de mobilização; e fortalecer a independência de classe, estimulando a participação organizada dos trabalhadores nos movimentos sociais em geral.

Para cumprir estes objetivos, devemos fortalecer e incentivar os comitês suprapartidários que lutam pelas eleições nas capitais e o fim das áreas de segurança nacional que permanecem, garantindo maior participação possível de entidades e associações sindicais, comunitárias, estudantis (*Em Tempo*, março de 1985).

Com relação às coligações, a DS acreditava que o PT não deveria estabelecer alianças com o PMDB ou PDT, ambos considerados partidos burgueses. No caso dos peemedebistas, isso seria ainda mais grave, na opinião da Democracia Socialista, pelo fato de a legenda ser a principal força de sustentação política do novo governo, de quem o PT se declarara oposição desde o início. Partindo da proposta do bloco operário-popular, incorporada à plataforma petista no Encontro Nacional de janeiro, a DS defendia a aliança do partido com “setores do movimento operário-popular no interior do PMDB e do PDT” e outras lideranças sociais sem vínculos partidários.

Em junho, depois de lançar essa proposta tática, a DS voltou ao tema das eleições. Àquela altura, Sarney já ocupava a Presidência havia três meses, contando com a adesão formal do PMDB, PFL, PCB e PCdoB, com a simpatia de antigos colegas do PDS, além do apoio de uma grande parcela da população que acreditava no governo da Aliança Democrática e em suas promessas. Diante disso, a DS viu-se obrigada a reconhecer que o PT se isolara politicamente por causa do boicote ao Colégio Eleitoral e por não haver declarado apoio ao novo governo, cujo respaldo popular fora reforçado pela morte de Tancredo Neves. A previsão da Democracia Socialista de que o partido se fortaleceria ao não participar da eleição do sucessor de Figueiredo acabou não se confirmando, embora a DS acreditasse que esse isolamento fosse apenas momentâneo. Ao mesmo tempo, o PT também disputava com o PDT a hegemonia no campo popular, já que o partido de Brizola, então governador do Rio de Janeiro, tentava se fortalecer como uma alternativa à esquerda do governo Sarney.

Por isso, a DS passou a defender o lançamento de candidatos próprios nas eleições municipais, diante da impossibilidade de estabelecer alianças com partidos considerados burgueses e observando o objetivo maior da proposta petista, que era o de fortalecer a organização independente dos trabalhadores. “O que distingue o PT é poder utilizar as eleições para reforçar a organização dos trabalhadores, criando melhores condições para

futuras disputas”. Na opinião da Democracia Socialista, essa era a única forma de o partido crescer politicamente e apresentar uma opção operária e popular ao governo da Aliança Democrática. Caso contrário, segundo a DS, se o PT ficasse “a reboque de algum setor da burguesia”, correria o risco de fracassar eleitoralmente e de perder mais espaço, isolando-se completamente no quadro político-partidário.

Em julho, após uma acirrada disputa interna, o PT indicou seus candidatos a prefeito em todo o país. Em Porto Alegre e Belo Horizonte, a Democracia Socialista conquistou a indicação de Raul Pont e Virgílio Guimarães, ambos da Direção Nacional eleita em abril de 1984, demonstrando mais uma vez a força política que alcançara em seus estados de origem (*Em Tempo*, julho de 1985). Após a vitória, a DS saiu em defesa da esquerda organizada petista, novamente acusada por setores do partido de ser a responsável pela crise que o PT vivia na época. A divergência, na verdade, estava ligada à disputa em torno da tática eleitoral a ser adotada para as eleições daquele ano: de um lado, os que defendiam a formação de alianças com o PMDB e PDT, argumentando que a derrota de 1982 evidenciara a fragilidade do partido; de outro, aqueles que, em nome da independência de classe, eram contra qualquer tipo de coligação – posição assumida pela DS. Em Belo Horizonte, por exemplo, onde tivera seu candidato derrotado na disputa com Virgílio Guimarães pela indicação partidária, o deputado federal Luis Dulci, presidente do PT mineiro, chegou a declarar que

estes grupos que estão dentro do nosso coletivo têm que sair, têm de receber um prazo para sair e se legalizar; e se não quiserem sair, nós temos o direito de colocá-los para fora, pois na verdade eles estão chupando o sangue político do PT (Citado em *Em Tempo*, agosto de 1985, p. 3).

Em resposta, a DS reconheceu que a crise do partido era resultado do sucesso inicial da Nova República, da falta de uma linha definida de atuação e de seu isolamento político desde a campanha pelas

Diretas – esquecendo-se de que ela mesma apoiara tal posicionamento. Nesse sentido, afirmava que as organizações de esquerda, longe de serem as responsáveis pela crise, contribuíam para que o PT definisse uma linha política mais clara – como a realização de uma campanha eleitoral independente, como a DS defendia – que permitisse superar o momento vivido pelo partido. Ao mesmo tempo, a Democracia Socialista lembrava que as organizações marxistas buscavam construir um partido revolucionário de massas, e que sair do PT, nesse caso, significaria fragmentar a esquerda e retroceder nos avanços conquistados desde a fundação do partido. “Só faria sentido sair do PT e atuar em faixa própria para uma organização que se julgasse ‘o *partido*’ ou ‘o *embrião do partido*’ já pronto, o que é aliás o que pensam o PCB e o PCdoB”.

De fato, a DS sempre buscou construir o partido revolucionário com base no PT, sem jamais cogitar a possibilidade de abandonar o partido para se legalizar ou mesmo autoproclamar-se o partido revolucionário já pronto, como afirmavam os críticos da esquerda organizada petista. Diante das divergências partidárias, a DS conclamou os petistas à unidade, defendendo uma trégua entre seus diversos setores e o abandono das discussões internas – como a crítica às organizações de esquerda, por exemplo –, em meio a um processo eleitoral que poderia render ao partido uma importante vitória política.

Nas eleições de 1985, o PT se esforçou para divulgar uma imagem diferente daquela apresentada em 1982, numa evidente mudança de estratégia com relação à última disputa eleitoral (MENEGUELLO, 1989). Com uma campanha mais aberta, dirigida a amplos setores sociais – inclusive a classe média – e que mais uma vez apresentava o partido como uma alternativa política viável, o PT conquistou um expressivo resultado eleitoral quando comparado a sua primeira experiência nas urnas. Nas capitais, a legenda foi a quarta mais votada do país, perdendo apenas para o PMDB, PTB e PDT (Pont, 1992). Dos quase 60 municípios onde lançara candidatos, o partido terminou em terceiro lugar em 28 e conquistou

o quarto lugar em 16. Em Porto Alegre e Belo Horizonte, onde os candidatos à prefeitura eram membros da DS, o PT ficou em terceiro lugar, com 11,3% e 7,6% dos votos, respectivamente (*Em Tempo*, dezembro de 1985). Em outras capitais, como Vitória e Aracajú, o partido terminou em segundo lugar. Já em São Paulo, maior colégio eleitoral do país, apesar da derrota, o candidato do PT à prefeitura, Eduardo Suplicy, obteve quase 20% dos votos. Mesmo com tantos resultados positivos, o partido só conseguiu vencer em Fortaleza, onde a deputada estadual Maria Luiza Fontenelle – que se filiara à legenda poucos meses antes, vinda do PMDB – conquistou pouco mais de 32% dos votos.

Os resultados finais representaram um avanço quando comparados aos da última eleição e, ao mesmo tempo, fortaleceram os grupos de esquerda que, assim como a DS, defenderam uma campanha independente, sem a formalização de alianças com partidos considerados burgueses. O grande vitorioso na disputa eleitoral de 1985, contudo, foi mesmo o PMDB, que no embalo da Nova República conquistou as prefeituras de 19 das 22 capitais e terminou em primeiro lugar em metade dos outros 201 municípios onde foram realizadas eleições (VILLA, 2001). A crise econômica, por outro lado, continuava a se agravar, fazendo com que o governo Sarney perdesse cada vez mais apoio. A inflação daquele ano chegaria a 235%, mais que o dobro do índice registrado em 1980, quando tiveram início os problemas na economia brasileira.

Com o bom desempenho eleitoral do PT, o fortalecimento do partido em todo o país e a crise do governo da Aliança Democrática, a DS concluiu que a conjuntura pós-eleitoral seria propícia para a formação de uma oposição de esquerda ao governo Sarney. Assim, passou a defender a busca pela hegemonia no flanco esquerdo da Aliança Democrática, com o PT assumindo o papel de dirigente dos trabalhadores em suas reivindicações, especialmente na área econômica, onde o governo Sarney não vinha sendo bem-sucedido. “O Partido dos Trabalhadores tem já que se apresentar hoje como um partido que quer dirigir o país e luta por isso” (*Em Tempo*, dezembro de 1985, p. 3). Pela proposta, o PT deveria apresentar

uma alternativa de governo que expressasse os interesses dos trabalhadores, o que exigia, por sua vez, que fossem aprofundados os trabalhos com as organizações de classe, visto que a DS não considerava a conjuntura pós-eleitoral como pré-revolucionária. Para a Democracia Socialista, o resultado das eleições de 1985 e a crise do governo Sarney apenas indicavam os limites da transição burguesa e a possibilidade de o PT assumir a direção do bloco oposicionista.

Quanto à campanha petista, mesmo afirmando que o partido “manteve sua independência de classe, reafirmou sua linha de oposição à transição controlada pela burguesia, manteve sua ligação com as lutas populares, e [...] defendeu suas propostas políticas básicas” (*Em Tempo*, dezembro de 1985, p. 4), a DS apontou alguns problemas na propaganda televisiva, na qual o PT promoveu várias mudanças. A Democracia Socialista reconheceu que a propaganda eleitoral foi “criativa e tecnicamente bem feita”, mas observou que o partido esteve muito mais preocupado em “dar uma imagem descontraída do PT, em detrimento de uma maior politização e vinculação mais clara com as lutas operárias e populares”. Ao mesmo tempo, considerou que a campanha diminuiu o espaço reservado às lutas populares e “diluiu” o caráter classista do PT – o partido *dos trabalhadores* – ao avançar sobre a classe média.

A Democracia Socialista não esteve sozinha nas críticas à legenda, que se dividiu internamente em função das mudanças na propaganda e da tentativa de ampliar sua base eleitoral (Meneguello, 1989). De um lado, os chamados *xiitas*, a esquerda organizada radical, condenaram a nova estratégia eleitoral, a busca por votos na classe média e o lançamento de candidatos considerados burgueses – como Eduardo Suplicy.¹¹ Esses setores eram contrários à idéia da democracia representativa como via para o socialismo e, por isso, defendiam uma campanha fundamentalmente dirigida aos trabalhadores, como a de 1982. De outro lado, os setores moderados do PT, conhecidos como *light* e agrupados na Articulação, apoiaram as mudanças promovidas pelo

partido, considerando a democracia representativa – e o processo de institucionalização partidária, por extensão – como um valor universal.¹² A Democracia Socialista, mais uma vez, foi uma das poucas exceções dentro da esquerda petista. Mesmo defendendo a transformação do PT num partido revolucionário, proposta tida como radical por alguns setores, a DS assumiu uma posição intermediária, criticando as mudanças feitas na campanha eleitoral, apontando os limites e os perigos da nova estratégia, mas sem deixar de reconhecer os avanços do partido, como a busca por apoio na classe média – “preocupação correta”, ponderou.

Passado quase um ano desde sua posse e vendo a popularidade do governo da Aliança Democrática diminuir rapidamente diante da persistência da crise econômica, o presidente Sarney lançou, em fevereiro de 1986, um programa de estabilização da economia: o Plano Cruzado. Entre outras medidas, o governo decretou o congelamento imediato dos salários e dos preços, incluindo os produtos de primeira necessidade, medida que atingiu uma parcela significativa da população, especialmente a camada mais pobre.¹³ Com o sucesso do Plano Cruzado, a popularidade de Sarney saltou de 22% de aprovação, em janeiro, para 71%, em março – apenas um mês depois de decretados os congelamentos (Villa, 2001). Na época, a DS classificou o pacote econômico como uma “contra-ofensiva da burguesia” (*Em Tempo*, março de 1986, p. 2) pelo controle sobre os rumos da transição política. A Democracia Socialista acusava o presidente de utilizar o Plano Cruzado para assegurar a vitória da Aliança Democrática nas eleições de 1986, quando seriam escolhidos os parlamentares constituintes; para reconquistar o apoio perdido durante o primeiro ano de governo, com o aumento imediato do poder de compra dos assalariados; e para controlar o processo de redemocratização, num momento em que o Congresso Nacional se preparava para elaborar a nova Constituição do país.

O Partido dos Trabalhadores, ao contrário, assumiu uma posição ambígua, criticando parcialmente o pacote econômico mas destacando seus pontos positivos, como o congelamento dos

preços. Na verdade, diante da euforia inicial causada pelo Plano Cruzado, a primeira reação da legenda foi não assumir um discurso tão enfático como o da Democracia Socialista, que apontava os limites do pacote econômico e os problemas que ele poderia trazer a médio prazo. “Não podemos de maneira alguma absorver uma visão impressionista dos fatos” (*Em Tempo – Especial sobre o “pacotão”*, março de 1986, p. 1), afirmou a DS, na época. Como alternativa ao pacote econômico, a Democracia Socialista defendia a recuperação imediata dos salários, o não-pagamento da dívida externa, a estatização do sistema bancário, a realização de uma reforma agrária radical e o aumento dos investimentos públicos em programas sociais – numa posição à esquerda do PT e num evidente descompasso com o *sentimento popular*.

Nos meses seguintes, o partido esteve voltado para o debate interno a respeito das eleições daquele ano e de sua posição oficial diante do pacote econômico decretado em fevereiro, tema que suscitou grandes divergências dentro do PT. Enquanto alguns setores defendiam o apoio parcial às medidas adotadas pelo governo, como o partido vinha fazendo, outros – incluindo a DS – insistiam na crítica intransigente ao Plano Cruzado. Contudo, pelo menos até meados de 1986, quando o PT realizou seu IV Encontro Nacional, a correlação de forças mostrou-se amplamente desfavorável a essa segunda posição: o pacote conquistara enorme apoio social, os índices de aprovação do governo Sarney permaneciam altos, o movimento operário se dividira diante dos benefícios imediatos trazidos pelo Plano Cruzado, e o PT, politicamente isolado desde a campanha pelas Diretas, corria o risco de aprofundar ainda mais a crise vivida pelo partido caso condenasse o programa de estabilização econômica.

O congelamento dos preços e dos salários, porém, causou uma vertiginosa expansão das vendas, dada a enorme demanda reprimida da população, tanto na camada mais pobre quanto na classe média. Para manter os lucros obtidos antes do Plano Cruzado, as indústrias adotaram medidas para diminuir os custos da produção, como as demissões em massa, por exemplo. O próprio

mercado se retraiu ao longo dos meses seguintes, fazendo com que alguns produtos comesçassem a faltar, processo acelerado pelo aumento da demanda e pela sonegação de mercadorias por parte dos seus fabricantes, que passaram a comercializá-las com um custo adicional à tabela do governo – o chamado *ágio*. Em meio a esse contexto, o PT realizou, em São Paulo, seu IV Encontro Nacional, reunindo aproximadamente 330 delegados de todo o país. Nessa convenção, entre outras medidas, o partido declarou-se oficialmente contra o Plano Cruzado, estabeleceu critérios para a participação nas eleições de 1986 – ampliando a Carta Eleitoral aprovada em 1982 – e elegeu sua nova liderança (*Em Tempo*, junho de 1986).

Na disputa pela Direção Nacional, foram apresentadas duas chapas: *Uma proposta democrática, de massas e socialista para o PT*, formada pela Articulação, e *Construir uma alternativa operária e popular*, encabeçada por Raul Pont e com participação das tendências minoritárias do partido. Comparada à convenção de 1985, quando obteve pouco menos que o dobro dos votos da chapa apoiada pela DS, a corrente majoritária do PT aumentou sua força política no IV Encontro Nacional, conquistando mais de 70% dos votos, o que lhe garantiu quase três vezes mais cargos na Direção Nacional que a chapa liderada pela Democracia Socialista. A DS, por sua vez, também se fortaleceu politicamente, elegendo um representante a mais que na convenção anterior. Além de Raul Pont e Joaquim Soriano, membros da antiga Direção, a Democracia Socialista indicou João Machado, Ignacio Hernandez e Tomás Matta Machado – os três do grupo mineiro que dera origem à organização (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1986).

Na Executiva Nacional, entretanto, a corrente majoritária continuou a preencher sozinha todos os cargos, sem nenhuma participação da esquerda organizada do PT. A regulamentação da proporcionalidade também para a ocupação dos cargos executivos, aliás, foi uma das propostas defendidas pela DS na convenção. Na época, Raul Pont apresentou um projeto de alteração do Regimento Interno que instituiu a participação das correntes minoritárias na Executiva

Nacional do partido. A proposta, porém, foi derrotada pela da Articulação, que deixava as organizações de esquerda numa espécie de *quarentena* até o V Encontro, marcado para o ano seguinte. A posição da corrente majoritária havia sido tomada depois do episódio envolvendo antigos militantes do PCBR no assalto a uma agência do Banco do Brasil, em Salvador, dois meses antes. Ao serem presos pela polícia, os assaltantes se apresentaram como membros do Partido dos Trabalhadores e alegaram que o assalto visava a arrecadar fundos para a revolução (Keck, 1991). A DS reagiu à proposta encaminhada por Marco Aurélio Garcia e José Álvaro Moisés, integrantes da Articulação, afirmando que o debate fora marcado pelo “tom sectário” e que a aprovação do projeto da corrente majoritária adiava “a ampliação da democracia no PT” (*Em Tempo*, junho de 1986, p. 3).

Na economia, os efeitos negativos do Plano Cruzado obrigaram o governo Sarney a liberar a importação de produtos similares aos fabricados no Brasil, numa tentativa desesperada de solucionar a escassez de mercadorias. Ao mesmo tempo, com a proximidade das eleições, o presidente tentava evitar que os problemas econômicos se transformassem em derrota nas urnas. Em novembro, seriam renovados dois terços do Senado e eleitos os novos governadores, deputados estaduais e federais. Apenas no caso do Distrito Federal, que pela primeira vez teria representação parlamentar, seriam escolhidos três – e não dois – senadores. Já os prefeitos e vereadores eleitos em 1982 tiveram seus mandatos estendidos por mais dois anos, de forma que em 1988 as capitais de estado e as antigas áreas de segurança nacional pudessem realizar eleições com os demais municípios brasileiros. A 48ª legislatura, que cobriria os anos de 1987 a 1990, era vista pelos partidos políticos como especialmente importante e, de certa maneira, decisiva sobre os rumos da Nova República. Isso porque, pela primeira vez desde o fim da Era Vargas, em 1945, o Congresso Nacional teria poderes constituintes. ¹⁴ Mais uma vez, o PMDB terminou como o grande vencedor da disputa, com quase 28 milhões de votos para o Congresso Nacional, praticamente três vezes mais que o PFL, o segundo mais votado no país (*Veja*,

26/11/1986). Embalado pela popularidade do Plano Cruzado, na disputa pelos 22 governos estaduais, os peemedebistas só não ganharam em Sergipe, onde o candidato eleito era do Partido da Frente Liberal. No Senado, o PMDB conquistou 44 das 49 vagas; na Câmara, passou a ter a maioria absoluta, com 260 deputados federais. Até mesmo nas Assembleias Legislativas a vitória do partido foi incontestável: a legenda recebeu mais de 50% dos votos em 15 estados, incluindo os mais importantes do país.

Já o PT, apesar dos números mais modestos, também avançou em comparação à eleição de 1982. Em 1985, após a saída de Aírton Soares, Beth Mendes e José Eudes, o partido ficou com apenas cinco deputados federais, três vezes menos que a bancada eleita em 1986, que incluía vários líderes históricos da legenda e representantes de estados onde, até então, o PT nunca tinha conseguido eleger um congressista. A bancada petista passou a ser formada por Olívio Dutra e Paulo Paim, do Rio Grande do Sul; Vitor Buaiz, do Espírito Santo; Benedita da Silva e Vladimir Palmeira, do Rio de Janeiro; Paulo Delgado e Virgílio Guimarães, de Minas Gerais; e Eduardo Jorge, Florestan Fernandes, Gumerindo Milhomem, Irma Passoni, José Genoíno, Luís Gushiken, Luís Inácio Lula da Silva e Plínio de Arruda Sampaio, de São Paulo (Keck, 1991). A votação de Lula para a Câmara dos Deputados – com pouco mais de 651 mil votos – foi a maior do país, na época, superando até mesmo a de Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, eleito com 60 mil votos a menos. Nas Assembleias Legislativas, o PT também teve um bom desempenho na comparação com o pleito anterior, subindo de 12 para 33 deputados e aumentando sua representação nos diferentes estados do país. A DS, por sua vez, conseguiu eleger apenas um candidato naquele ano: Raul Pont, como deputado estadual no Rio Grande do Sul.^{[15](#)}

Após a disputa eleitoral, as atenções do partido estiveram voltadas para a participação no Congresso Constituinte, instalado no início de 1987, e para a campanha pela renúncia de Sarney e convocação de eleições diretas para presidente, diante do fracasso do Plano Cruzado ii, que substituíra o pacote anterior. Decretado apenas

cinco dias depois das eleições, o novo plano de estabilização econômica aumentou o preço de diversos produtos com o objetivo de contornar os problemas causados pela superdemanda, como a escassez de mercadorias. Com a correção de 35% nas contas telefônicas, 60% na energia elétrica, 15% nos remédios, 25% no açúcar e 80% nos automóveis, entre outros, o Cruzado II afetou diretamente a classe média e os assalariados em geral, apontados pelo governo como os principais responsáveis pelo aumento do consumo (Veja, 26/11/1986). Entretanto, o novo pacote logo se mostrou insuficiente para controlar a inflação, que chegaria a cerca de 415,84% em 1987 – prenunciando as taxas registradas nos últimos anos do governo Sarney (VILLA, 2001).

Passadas as eleições, o partido também aprofundou o debate interno sobre a regulamentação do direito de tendências, iniciado após o episódio envolvendo antigos militantes do PCBR no assalto ao Banco do Brasil. Durante todo o ano de 1987, os diferentes grupos que atuavam no PT apresentaram suas opiniões e encaminharam propostas para definir as regras de participação das correntes partidárias. A discussão sobre a dupla militância – ou sobre os *partidos dentro do partido*, como também se dizia na época – ocorreu numa conjuntura política bem diferente daquela em que o PT havia sido criado, refletindo a necessidade de ampliação da democracia interna (KECK, 1991). Com a consolidação da Nova República, partidos há muito tempo ilegais, como o PCB e PCdoB, conseguiram seu registro oficial, ao mesmo tempo em que a esquerda clandestina que apoiara a fundação do PT em 1980 passava a atuar de maneira pública e visível. As constantes divergências entre setores do partido e as organizações de esquerda, somadas ao caso do assalto em Salvador, evidenciaram a urgência de uma definição sobre as correntes internas que atuavam no PT desde seu início.

No IV Encontro Nacional, o partido já havia aprovado uma resolução preliminar sobre a participação de grupos organizados em seu interior. O documento reafirmava o caráter *partidário* e *democrático* do PT e observava que o partido reconhecia e executava o direito

da maioria sem deixar de garantir, por outro lado, a manifestação e representação das minorias em todas as suas instâncias. Com isso, a resolução destacava o espaço reservado à esquerda organizada e rebatia, ao mesmo tempo, as concepções frentistas de alguns grupos, ao lembrar que o PT não era “uma frente de organizações políticas, frente institucional de massas, que possa ser instrumentalizado por qualquer partido político” (Citado por KECK, 1991, p. 139). Na época, os delegados presentes no encontro determinaram que o novo Diretório Nacional regulamentasse o direito de tendências, lembrando apenas que “este direito não deve se estender a grupos que não abraçam o programa do PT nem acatam sua democracia e disciplina”.

Pouco antes do encontro, circulara entre os militantes do partido um livreto assinado por José Dirceu e Wladimir Pomar – ambos da corrente majoritária petista –, em que as organizações de esquerda eram duramente criticadas por sua atuação. Acusado pela DS de suscitar um “debate equivocado e sectário” (*Em Tempo*, junho de 1986, p. 14), o texto buscava contribuir para a discussão sobre a construção do PT, num momento em que o partido, segundo os autores, “corre o risco de ver muitos de seus militantes abraçarem as respostas prontas e acabadas de grupos políticos sectários ou ingressarem pelos descaminhos das dúvidas eternas” (DIRCEU & POMAR, 1986, p. 4). Em resumo, o livreto avaliava negativamente a participação das organizações de esquerda dentro PT, concluindo que elas não trabalhavam em favor da legenda, mas de si mesmas, por acreditarem que assim estariam construindo o próprio partido. “Os militantes do PT devem compreender com clareza que os grupos organizados atuam no PT basicamente em seu próprio benefício e não em benefício da construção do PT”, afirmava o texto.

No ano seguinte, o debate sobre as tendências prosseguiu com a aprovação, pelo PT de São Paulo, de uma resolução que seria encaminhada ao Diretório Nacional do partido para discussão no V Encontro. De acordo com o documento, o PT asseguraria a “qualquer grupo de militantes o direito de constituir-se, no interior do

partido, como tendência política” (Citado em *Em Tempo*, 15/9/1987, p. 6), desde que esse reconhecimento não implicasse qualquer tentativa de construção de um partido distinto do PT. A resolução afirmava que todas as direções partidárias deveriam garantir às tendências o acesso aos instrumentos de comunicação interna, de modo que as correntes não poderiam mais manter seus próprios jornais. O documento também proibia as tendências de se expressarem publicamente, devendo submeter-se à disciplina partidária e pronunciar-se exclusivamente como *Partido dos Trabalhadores*.

A resolução apresentada na convenção paulista pela corrente majoritária restringia ainda mais as atividades das tendências. Pelo texto, derrotado na plenária estadual, os grupos organizados não poderiam ter disciplina nem sede próprias e sua imprensa deveria ser incorporada a do próprio partido. A Democracia Socialista, naturalmente, criticou a proposta final e mais ainda a que fora encaminhada pela Articulação. Controladora de um jornal ativo havia quase uma década, a DS não aceitava a hipótese de ser obrigada a transferir o *Em Tempo* para o partido ou simplesmente dissolvê-lo. Além disso, também questionava a proposta do PT de São Paulo de não permitir que as tendências mantivessem suas próprias finanças. Segundo a Democracia Socialista, juntas, as duas proibições – a do jornal e a da finança – inviabilizavam a disputa pelos órgãos de direção partidária, dificultavam a existência de tendências nacionais e favoreciam a elitização das correntes, uma vez que a resolução, se aprovada, restringiria “as tendências a membros abastados, que possam viajar por conta própria” (*Em Tempo*, 15/9/1987, p. 7). A DS acusou o texto final, que não incorporou as propostas da Articulação, de desconsiderar o aspecto político da regulamentação das tendências e de preocupar-se demasiadamente em tentar evitar que, sob o ponto vista administrativo, o partido se transformasse numa “federação de tendências”. Com tantas proibições, a Democracia Socialista afirmou que o documento não era de regulamentação, mas, sim, de “dissolução das tendências”. Para a DS, o que alguns setores do partido pareciam querer ao apoiar o documento naqueles termos era

forçar uma atitude como a da corrente *O Trabalho*, que se dissolvera no interior da Articulação.¹⁶

Cerca de dois meses antes do Encontro Estadual do PT de São Paulo, a Democracia Socialista havia divulgado suas posições a respeito das correntes e da democracia partidárias. Embora a palavra *tendências* fosse utilizada pelos militantes petistas em referência às organizações de esquerda – geralmente revolucionárias – que atuavam em seu interior (Keck, 1991), alguns grupos, como a DS, tinham uma concepção mais ampla do termo, incluindo também setores ligados à Igreja Católica.

São tendências não apenas setores ou grupos que vieram de posições políticas precedentes ao partido ou grupos que se formaram no próprio debate da construção do PT, como também as várias organizações da Igreja, com suas fontes de decisão, bem como a chamada “Articulação”, hoje tendência majoritária dentro do PT (Citada por GADOTTI & PEREIRA, 1989, p. 144).

Desde a formação da Articulação, em 1983, a DS acusava a corrente majoritária do partido de ser uma tendência interna mas de, contraditoriamente, não se reconhecer como tal, excluindo a participação da esquerda organizada do PT, com o argumento de que seus militantes *vestiam duas camisas*.

Para a DS, o partido só estaria unificado na ação na medida em que reconhecesse as diferenças internas e garantisse a cada corrente a oportunidade de participar, de fato, de todas suas instâncias. “A representação democrática das suas posições, inclusive nas direções executivas [...] deve ser associada à garantia do direito de tendência, regulamentado estatutariamente” (*Em Tempo*, 15/7/1987, p. 7). A declaração da Democracia Socialista era dirigida particularmente à tendência majoritária no PT de São Paulo e também no Diretório Nacional, que excluía sistematicamente as minorias dos cargos executivos. Ao não reconhecer oficialmente a existência de grupos organizados que atuavam no partido, o PT

contribuía, segundo a DS, para manter as divergências internas como as que vinham ocorrendo nos anos anteriores, cujo “resultado é profundamente despolitizante, sectarizante e, portanto, deseducativo”. Por isso, a Democracia Socialista defendia a regulamentação das tendências como forma de assegurar “uma crescente unidade de ação pública de todos os petistas”, observando que as diferenças de opinião no interior do partido não expressavam antagonismos, mas apenas diferentes experiências e posicionamentos existentes dentro da classe trabalhadora.

Depois de quase um ano de acalorados debates sobre a questão das tendências, o PT finalmente regulamentou a participação dos grupos organizados em seu interior, no V Encontro Nacional do partido, que também escolheu a nova liderança petista. Realizada no início de dezembro, em Brasília, com a participação de pouco mais de 370 delegados, a convenção foi marcada novamente pelo domínio da corrente majoritária do partido (PONT, 1992). Na escolha do novo Diretório Nacional, a chapa formada pela Articulação recebeu 57,61% dos votos, o menor percentual desde sua criação. Já a chapa apoiada pela DS novamente conquistou o segundo lugar na disputa, dessa vez com 23,37% dos votos. No V Encontro, foram apresentadas ainda mais duas chapas: a da corrente *O Trabalho*, que não chegou ao mínimo exigido de 10% dos votos, e a *PT pela base*, formada por antigos militantes da Articulação e apoiadores da Democracia Socialista, como Virgílio Guimarães e Sandra Starling, que participara do Conselho Editorial do *Em Tempo*. A DS, mais uma vez, conquistou cinco cargos na Direção Nacional do partido, ocupados por João Machado, Joaquim Soriano, Raul Pont, Tomás Matta Machado e Otaviano de Carvalho – este último, representante da Democracia Socialista no Espírito Santo e pela primeira vez compondo a direção partidária (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1987a).

Quanto à resolução das tendências, o documento aprovado no encontro, mais detalhado que as propostas apresentadas até então, aproximou-se bastante do texto encaminhado pelo PT de São Paulo. Novamente, o partido declarava nunca ter assumido a

condição de frente política ou de massas; reafirmava, por conseguinte, seu caráter partidário, democrático e estratégico; comprometia-se a aperfeiçoar a democracia interna, garantindo a participação e representação das minorias; e contrapunha-se à dupla militância, exigindo fidelidade exclusiva às decisões tomadas pela legenda. “O reconhecimento de agrupamentos desse tipo – partidos dentro do partido – seria a aceitação do partido enquanto frente política, vale dizer, a própria negação do projeto histórico do PT” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1987b). Ao mesmo tempo, a resolução incorporava a tese da Democracia Socialista de que a regulamentação das tendências era necessária para a unidade na ação, lembrando que o livre debate entre as diferentes opiniões seria permitido apenas como “genuína fonte de conhecimento” e meio de fortalecer o partido.

Na definição oficial do PT, seria considerada tendência “um grupo de petistas que se agrupa, ou se organiza, para defender posições no interior do partido, a partir de uma base política”, o que também se aproximava da definição da DS. As tendências, conforme o documento, eram distintas das articulações ou blocos de opinião formados esporadicamente. Nesse ponto, a intenção parece ter sido responder às críticas recebidas pela corrente majoritária do partido de que ela, mesmo não reconhecendo o direito das tendências, estaria atuando como tal dentro do PT. A resolução também explicitava as regras para o funcionamento das correntes internas, destacando que suas políticas e coordenações deveriam ser de conhecimento do partido; que suas finanças só poderiam ser obtidas dentro do PT, sem prejuízos à atividade financeira da própria legenda; e que elas não poderiam constituir um partido dentro do PT nem adotar o nome de Partido dos Trabalhadores.

Aprovada pela diferença de 204 votos a favor e 147 contra, expressando a divisão do partido sobre a questão das correntes internas, a regulamentação das tendências, uma das propostas mais antigas da DS, não trouxe qualquer dificuldade para a organização. Desde o início envolvida na construção do PT e sem jamais ter atuado de forma paralela ao partido, a Democracia

Socialista não foi prejudicada pelas normas estabelecidas na resolução, como a proibição de manter “jornais públicos e de periodicidade regular”. Para adequar-se às novas regras, a DS precisou apenas incorporar a seu nome o título de *tendência do Partido dos Trabalhadores* e direcionar o *Em Tempo* para circulação exclusivamente interna. A regulamentação das tendências, ao mesmo tempo em que atendeu a uma reivindicação histórica da Democracia Socialista, também abriu o caminho que levaria a seu reconhecimento oficial como corrente do partido, três anos depois – ainda que desde sua fundação, em 1979, sempre tivesse atuado, na prática, como tendência do PT.

[1](#) Os dados econômicos apresentados neste capítulo foram obtidos nessa obra.

[2](#) O texto completo da emenda Dante de Oliveira está disponível na página 41 desse livro.

[3](#) Sobre o debate partidário a respeito da disputa pelo poder, ver *Em Tempo*, edições 178 a 183.

[4](#) Sobre a Aliança Democrática, ver Skidmore (1988, p. 481-487). A Frente Liberal indicou José Sarney, ex-presidente do PDS e membro da dissidência, como vice na chapa de Tancredo Neves. Com a morte de Tancredo, em abril de 1985, Sarney assumiu a Presidência da República.

[5](#) Esse encontro foi considerado uma reunião nacional extraordinária, não seguindo a numeração dos demais.

[6](#) A proposta do *pacto social* tinha sido lançada por Tancredo Neves durante a campanha à Presidência, visando a garantir o apoio popular nos primeiros meses de um eventual governo.

[7](#) Em conjunto, todas essas divergências levariam o PT a votar contra a nova Constituição, decisão que foi integralmente apoiada pela Democracia Socialista. Apenas o deputado federal João Paulo Pires de Vasconcelos, do PT mineiro, votou a favor, desobedecendo

a orientação oficial do partido. Para mais detalhes, ver *Em Tempo* (outubro de 1988, p. 2).

[8](#) As eleições de 1985 foram as primeiras realizadas nas capitais de estado e nos municípios considerados áreas de segurança nacional depois de quase vinte anos. Desde 1966, com a aprovação do AI-3, os prefeitos dessas cidades vinham sendo indicados pelos governadores, eleitos, por sua vez, indiretamente por um Colégio Eleitoral estadual.

[9](#) O Congresso Constituinte foi instalado em 1º de fevereiro de 1987, encerrando suas atividades em 5 de outubro de 1988, quando foi aprovada a nova Constituição Federal.

[10](#) Aprovada em maio de 1984, a plataforma incluía, entre outras propostas, a revogação da legislação autoritária, o rompimento com o FMI e a realização da reforma agrária sob controle dos trabalhadores. Sobre a Plataforma dos 10 pontos, ver *Em Tempo* (14/6/1984, p. 5).

[11](#) As críticas a Suplicy persistiriam no ano seguinte, quando ele seria indicado pelo partido como candidato ao governo do Estado de São Paulo. Na época, a Convergência Socialista se opôs à indicação, afirmando que o candidato do PT “deveria ser um trabalhador” (Citado em *Em Tempo*, maio de 1986, p. 8).

[12](#) Para mais detalhes sobre os blocos partidários do PT, ver Azevedo (1991, p. 171-214).

[13](#) Sobre o Plano Cruzado, ver Baer & Beckerman (1989).

[14](#) Não estou considerando, nesse caso, a Constituição de 1967, imposta pelo governo Castello Branco ao Congresso Nacional, então formalmente em funcionamento, mas com sua autonomia consideravelmente limitada.

[15](#) Virgílio Guimarães, eleito deputado federal, já havia se desligado da Democracia Socialista nessa época.

[16](#) Em 1983, a OSI aproximou-se da Articulação, afirmando que “o curso à esquerda” do partido dependia de sua corrente majoritária. No ano seguinte, como parte do processo de integração ao PT, passou a se chamar Fração IV Internacional. Dois anos depois, voltou a mudar de nome, dessa vez para *O Trabalho*, título da publicação editada pela OSI desde sua fundação. Em 1987, articulada internacionalmente com o racha na QI-CI, ocorrido seis anos antes, a corrente também se dividiu: a maior parte optou pela integração formal à Articulação, enquanto alguns militantes tentaram manter a antiga organização – porém, naquele momento, alinhada à QI-CIR, fundada pelo grupo lamberista que saíra da Quarta Internacional-Comitê Internacional (Silva, [s.d.], p. 181). Ver Capítulo 4, nota 2.

Conclusão

Ao longo dos oito anos que separam o congresso de fundação da DS do V Encontro Nacional do PT, a Democracia Socialista teve uma trajetória marcada pelo apoio à construção do partido, pela crítica a sua liderança e pelo respeito às decisões internas, numa posição intermediária que a diferenciou dentro da esquerda organizada petista, em especial dos grupos trotskistas. Por meio do jornal *Em Tempo* e do envolvimento formal de seus militantes no Movimento pró-PT, a DS participou ativamente das articulações para a criação do Partido dos Trabalhadores, declarando-se, desde o início, como uma tendência do partido, ainda que viesse a ser reconhecida como tal somente alguns anos depois. O processo que levou à unificação dos grupos fundadores da Democracia Socialista, como foi visto, ocorreu em paralelo às discussões sobre a formação do próprio PT. O apoio dado ao partido, a visão que tinha a seu respeito e a postura assumida dentro dele, por conseguinte, só podem ser entendidos se analisados sob o ponto de vista da vinculação teórica da DS ao trotskismo e ao Secretariado Unificado da IV Internacional, especificamente.

Ao adotar as posições da corrente mandelista para interpretar a conjuntura brasileira da época, a DS viu no PT a possibilidade de criar um partido dirigente das lutas sociais, revolucionário e socialista – o que ajuda a explicar, por um lado, por que, em meio às outras propostas em discussão, a Democracia Socialista optou pelo apoio ao Partido dos Trabalhadores. A concepção herdada do SU tornou impossível a participação no MDB, no qual o grupo gaúcho que dera origem à DS atuou até 1979. Com uma composição heterogênea, dada a própria maneira como fora criado, e aberto à participação de setores considerados burgueses, o MDB era visto como uma oposição confiável ao regime e de atuação conciliadora. Ao mesmo tempo, as divergências com o PCB, PCdoB e MR-8, vinculados a outra matriz teórica e engajados no partido oficial de oposição, também pesaram para que a DS apoiasse o Movimento

pró-PT. O controle sobre o *Em Tempo* foi fundamental para divulgar nacionalmente a proposta petista e utilizar o jornal como veículo de comunicação partidária, numa época em que o PT dispunha de uma precária infra-estrutura. Dentro da legenda, a afinidade com as posições do Secretariado Unificado fez com que a Democracia Socialista defendesse propostas de inspiração claramente trotskista e analisasse de maneira esquemática alguns momentos da trajetória do partido, sem o cuidado de observar criticamente a prática do PT e tampouco as declarações de seus principais dirigentes, que em muitos momentos desmentiam as conclusões da DS.

Durante o segundo semestre de 1979, os grupos fundadores da Democracia Socialista produziram alguns documentos em que analisavam, com base no trotskismo e no programa da corrente mandelista, o momento político nacional. O principal diagnóstico apontado por eles era a existência de uma contradição entre o potencial de luta proporcionado pela conjuntura e a falta de uma direção revolucionária que pudesse atuar como vanguarda dos movimentos de massas. Por isso, a Democracia Socialista se dispôs a ser essa direção, participando do PT, no qual estavam, segundo ela, as organizações de esquerda mais conseqüentes, para formar uma corrente revolucionária no interior do partido que lutaria para hegemonizar seu próprio projeto político: o de transformar o PT num partido revolucionário. Essa transformação, entretanto, não era vista como automática nem mesmo linear. Para a DS, a construção do PT como partido revolucionário seria resultado de um processo longo e tortuoso, o que, já de início, diferenciou a Democracia Socialista de outros agrupamentos que apontavam um suposto desvio no desenvolvimento da proposta petista.

A caracterização do PT como uma frente estratégica, portanto, fundamentou-se exatamente na percepção de que a presença de várias organizações de esquerda no interior do partido facilitaria a aproximação entre a DS e outras forças políticas com as quais ela poderia discutir a criação da corrente revolucionária. A Democracia Socialista, entretanto, rapidamente abandonou essa concepção frentista, passando a defender o PT como *partido mesmo* – mas

continuando a ressaltar seu caráter estratégico na implantação do socialismo – e a combater os agrupamentos que pretendiam transformá-lo numa frente que apenas expressasse politicamente os trabalhadores, em vez de dirigi-los. De qualquer forma, sob o ponto de vista orgânico, a corrente revolucionária nunca chegou a existir, na prática. A união da esquerda organizada petista resumiu-se à formação de blocos para atuação nas convenções, como ocorreu no III Encontro Nacional, quando as três chapas lançadas pela minoria se juntaram na disputa contra a Articulação.

Ao longo dos anos 1980, a DS foi uma das organizações que mais cresceu dentro do PT, conquistando cargos na direção partidária e aproximando-se de suas principais lideranças, na tentativa de atraí-las para seu projeto político. O fato de boa parte de suas propostas terem sido incorporadas pela legenda só evidencia a credibilidade que a Democracia Socialista alcançou entre os diferentes setores do PT. No caso dos trotskistas, apesar da visão comum a respeito do partido, o comportamento da DS diante do PT a distinguiu da Convergência, da OSI e da Causa Operária, que, com uma atuação muitas vezes radical e paralela às decisões internas, seguiram um caminho bem distinto da Democracia Socialista. Enquanto a OSI, já dividida, optaria por sua dissolução no interior da corrente majoritária, a Convergência e a Causa Operária seriam expulsas do PT, no início dos anos 1990, vindo a formar o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) e o PCO, respectivamente.

A DS, ao contrário, apesar das posições à esquerda do partido, não buscou hegemonizar suas propostas criando um partido dentro do PT, defendendo sua construção como frente política ou mesmo tentando instrumentalizá-lo, como ocorreu com outras organizações de esquerda – particularmente com os grupos trotskistas. Durante a década de 1980, a Democracia Socialista teve uma postura crítica e conciliatória, ao mesmo tempo, assumindo uma posição intermediária em diversos momentos da vida partidária. Em junho de 1980, na Reunião Nacional do PT, por exemplo, apesar das divergências quanto à composição da chapa que concorreu à

direção do partido, a DS manifestou seu apoio aos nomes escolhidos. Em 1982, durante a campanha eleitoral, adotou mais uma vez uma posição intermediária, declarando-se a favor da participação nas eleições, mas ressaltando o papel do partido na organização e conscientização dos trabalhadores. No ano seguinte, quando foi criada a Articulação, a Democracia Socialista novamente assumiu a postura crítica e conciliatória que marcaria sua trajetória ao longo daquela década, condenando os métodos utilizados na elaboração do Manifesto dos 113 e saudando o documento como uma iniciativa importante, embora insuficiente e limitada, para solucionar a crise vivida pelo partido. Já em 1985, ao avaliar a participação do PT na disputa eleitoral, a DS colocou-se entre os *xiitas* e os *light* do PT, destacando alguns problemas na campanha televisiva do partido mas observando, por outro lado, que o avanço sobre a classe média fora uma decisão acertada – posição contrária a da maioria da esquerda organizada petista.

A conjuntura da época, é verdade, também jogou um papel decisivo para o crescimento da Democracia Socialista dentro do PT. Suas avaliações sobre o momento político e as propostas lançadas ainda em 1979 acabariam por se mostrar corretas com o desenrolar da conjuntura e o desenvolvimento do próprio partido, fazendo com que o PT incorporasse a seu programa, uma a uma, praticamente todas as posições da DS. O apoio à regulamentação das tendências e à convocação da Assembléia Constituinte, presentes já nos documentos de fundação da Democracia Socialista, foram duas das principais propostas aceitas pelo PT. Face às inúmeras divergências entre a esquerda organizada petista e alguns setores do partido, especialmente a Articulação, a participação das correntes dentro do PT passou ser vista como uma questão que precisava ser regulamentada. O episódio envolvendo militantes do PCBR apenas reforçou a urgência em discutir uma das bandeiras mais antigas da DS. Por sua vez, a convocação da Constituinte, defendida mais sistematicamente pela Democracia Socialista a partir de meados de 1980, foi incorporada à plataforma petista apenas cinco anos mais tarde, após um longo período em que o partido seguiu dividido internamente com relação ao assunto.

Em 1982, nos meses que precederam à campanha eleitoral, a DS divulgou algumas propostas táticas para a disputa daquele ano, quase todas aceitas pelo PT – ainda que, na prática, muitas delas não tivessem se concretizado. Na mesma época, a Democracia Socialista já defendia a necessidade de o partido estabelecer contatos mais estreitos com sua base, num movimento de volta às origens, proposta que seria lançada no ano seguinte, em meio a uma profunda crise interna, pelos signatários do Manifesto dos 113. Em 1983, na discussão sobre a disputa pelo poder, a DS mais uma vez adiantou-se ao partido ao defender a formação de um bloco operário-popular sob a direção do PT, bandeira que seria aceita apenas em 1985, no Encontro Nacional Extraordinário. Naquele mesmo ano, a Democracia Socialista posicionou-se contra às coligações eleitorais na disputa pelas prefeituras das capitais de estado e dos municípios de segurança nacional. A proposta, que na época foi duramente criticada por alguns setores do partido que defendiam o estabelecimento de alianças com o PMDB e o PDT, mostrou-se correta diante dos resultados positivos alcançados pelo PT. Já sob o governo Sarney, a DS novamente mostraria seu pioneirismo ao se opor à posse do vice de Tancredo Neves na Presidência da República, ao contrário do partido, e ao criticar o Plano Cruzado, diferente do que fez o PT inicialmente, assumindo posições que seriam incorporadas pouco depois como parte da linha política partidária.

Ao participar das articulações para a formação do PT e atuar dentro dele como uma legítima corrente, em vez de apoiar o PMDB, como fizeram o PCB, PCdoB e MR-8, a Democracia Socialista vinculou-se ao partido que mais cresceria politicamente nos anos seguintes. Apesar das sucessivas conquistas eleitorais, os peemedebistas chegaram ao final da década de 1980 como uma das principais forças de sustentação de um governo politicamente desgastado diante da crise econômica, das acusações de corrupção, da violência no campo e do autoritarismo na repressão às mobilizações sociais. O PFL, que desde seu início participou da Aliança Democrática, não teve mais sucesso que o PMDB, conquistando apenas uma influência regional restrita a alguns pontos do Nordeste.

Do outro lado, PTB e PDT, com antigas lideranças que remontavam ao período pré-1964, também não conseguiram fortalecer-se politicamente a ponto de representarem uma alternativa de oposição. Já o PDS, pelas ligações que mantinha com a ditadura militar, não alcançou o mesmo desempenho eleitoral que tivera até o governo Figueiredo. Nesse sentido, a criação do PT com base nos movimentos sociais e o isolamento provocado pelo boicote ao Colégio Eleitoral que elegera o governo da Aliança Democrática, somados ao desgaste das outras legendas, credenciaram o partido como uma das principais forças políticas da época.

Mesmo tendo incorporado a seu programa boa parte das propostas da DS, o PT não se transformou num partido revolucionário, colocando em cheque a própria capacidade da Democracia Socialista de hegemonizar seu projeto político, apesar dos cargos alcançados e da relação estabelecida com os dirigentes petistas. A inexistência de uma corrente revolucionária dentro do partido, como foi visto anteriormente, limitou ainda mais a força política da DS. Por isso, para explicar sua permanência no PT, é preciso ter em vista a tese de que a construção do partido revolucionário seria resultado de um longo e tortuoso processo, em que os avanços e recuos eram tidos como movimentos naturais. Se, por um lado, a Democracia Socialista foi uma das organizações políticas que mais cresceu no PT ao longo da década de 1980, por outro, não ter conseguido fazer com que o partido seguisse pelo caminho da revolução colocou a DS diante do seguinte dilema: permanecer no PT e lutar por sua transformação no partido revolucionário ou transformar a si mesma para adequar-se ao partido. O fato de a DS ser o único entre os grupos trotskistas que apoiaram o PT desde sua fundação a permanecer na legenda parece indicar que muito dessa concepção foi abandonada, talvez em favor dos cargos e do prestígio que ela alcançou ainda nos primeiros anos dentro do partido. A Democracia Socialista, contudo, jamais assumiu plenamente essa mudança estratégica, incorporando a seu discurso revolucionário uma prática política considerada reformista pelo próprio trotskismo.

Referências

1. Bibliografia

ABRAMO, L. W. *O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 1999.

ANTUNES, R. *A rebeldia do trabalho – confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

ARAÚJO, M. P. N. A luta democrática contra o regime militar na década de 1970. In: REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004. p. 161-175.

AZEVEDO, C. B. de. *Leninismo e social-democracia: uma investigação sobre o projeto político do Partidos dos Trabalhadores*. 1991. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BAER, W.; BECKERMAN, P. The decline and fall of Brazil's Cruzado. *Latin American Research Review*, Albuquerque, v. XXIV, n. 1, p. 35-64, 1989.

BERBEL, M. R. *Partido dos Trabalhadores: tradição e ruptura na esquerda brasileira (1978-1980)*. 1991. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo.

COGGIOLA, O. *Trotsky ontem e hoje*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

DEUTSCHER, I. *Trotsky, o profeta armado (1879-1921)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984a.

_____. *Trotsky, o profeta desarmado (1921-1929)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984b.

_____. *Trotsky, o profeta banido (1929-1940)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984c.

DIRCEU, J.; POMAR, W. *Algumas considerações sobre as tendências organizadas no PT*. São Paulo: [s.n.], 1986.

DUARTE, C. R. A Lei Falcão: antecedentes e impacto. In: LAMOUNIER, B. (Org.). *Voto de desconfiança – eleições e mudança política no Brasil: 1970-1979*. Petrópolis: Vozes-Cebrap, 1980. p. 173-216.

FLEISCHER, D. As desventuras da engenharia política: sistema eleitoral *versus* sistema partidário. In: _____ (Org.). *Da distensão à abertura: as eleições de 1982*. Brasília: Editora da UnB, 1988. p. 61-88.

GADOTTI, M.; Pereira, O. *Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Cortez, 1989.

GORENDER, J. *Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.

GUIZZO, J. et al. (Ed.). *Lula – entrevistas e discursos*. São Bernardo do Campo: ABCD Sociedade Cultural, 1980.

HARNECKER, M. *O sonho era possível: a história do Partido dos Trabalhadores narrada por seus protagonistas*. São Paulo: Casa América Livre, 1994.

KAREPOVS, D.; Marques Neto, J. C.; LÖWY, M. Trotsky e o Brasil. In: MORAES, J. Q. de (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*. v. 2.

Campinas: Editora da Unicamp, 1995. p. 223-246.

KECK, M. *PT – A lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Ática, 1991.

KINZO, M. D. G. Novos partidos: o início do debate. In: LAMOUNIER, B. (Org.). *Voto de desconfiança – eleições e mudança política no Brasil: 1970-1979*. Petrópolis: Vozes-Cebrap, 1980. p. 217-260.

_____. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*. São Paulo: Vértice, 1988.

KUCINSKI, B. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

LEAL, M.; KAREPOVS, D. Os trotskismos no Brasil (1966-2000). In: RIDENTI, M.; REIS FILHO, D. A. (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. v. 6, p. 153-237.

LÖWY, M. A revolução permanente: teoria ou profissão de fé? In: COGGIOLA, O. (Org.). *Trotsky hoje*. São Paulo: Ensaio, 1994. p. 73-82.

MANDEL, E. *Trotsky como alternativa*. São Paulo: Xamã, 1995.

MENEGUELLO, R. *PT: a formação de um partido – 1979-1982*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MOTTA, R. P. S. *Partido e sociedade: a trajetória do MDB*. Ouro Preto: Edufop, 1997.

NORONHA, E. G. *Greves na transição brasileira*. 1992. v. 1. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

PEREIRA NETO, M. L. *Outras histórias: contribuição à história do trotskismo no Brasil (1952-1966) – o caso do POR (Partido Operário Revolucionário)*. 1997. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-

Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PONT, R. *Da crítica ao populismo à construção do PT*. Porto Alegre: Seriema, [s.d.].

_____. *Breve história do PT – 1979-1991: das origens ao 1º Congresso*. Brasília: Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, 1992.

Rodrigues, A. T. *Diretas Já: o grito preso na garganta*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

RODRIGUES, I. J. As comissões de empresa e o movimento sindical. In: BOITO JÚNIOR, A. (Org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 137-170.

_____. (Org.) *O novo sindicalismo: vinte anos depois*. Petrópolis: Vozes, 1999.

RIDENTI, M. Ecos de Trotsky na esquerda armada brasileira (1964-1974). *Estudos de Sociologia*, Araraquara, ano 2, n. 2, p. 93-95, 1997.

_____. Ação Popular: cristianismo e marxismo. In: RIDENTI, M.; REIS FILHO, D. A. (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002. v. 5, p. 213-282.

SALLUM JÚNIOR, B. *Labirintos: dos generais à Nova República*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SALVADORI, M. L. A crítica marxista ao stalinismo. In: HOBBSBAWM, E. J. (Org.). *História do marxismo*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988. v. 7, p. 285-338.

SARTORI, G. *Partidos e sistemas partidários*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Brasília: Editora da UnB, 1982.

SKIDMORE, T. *Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOARES, G. A. D. *Colégio eleitoral, convenções partidárias e eleições diretas*. Petrópolis: Vozes, 1984.

SILVA, A. O. da. *História das tendências no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Proposta, [s.d.].

_____. A causa operária. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, ano i, n. 4, 2001.

VIEIRA, M. L. de M. O Partido Socialista Brasileiro e o marxismo (1947-1965). In: RIDENTI, M.; REIS FILHO, D. A. (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*. v. 5. Campinas: Editora da Unicamp, 2002. p. 157-184.

VILLA, M. A. *Sociedade e história do Brasil: da abertura democrática à Nova República*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 2001.

2. Documentos

Democracia Socialista

DEMOCRACIA SOCIALISTA. *Cadernos Democracia Socialista: a recomposição do movimento operário e a construção da IV Internacional*. V. IV. São Paulo, [s.d.]a.

_____. *O que é a Democracia Socialista: as posições políticas da Organização Revolucionária Marxista-Democracia Socialista*. São Paulo: [s.d.]b.

_____. *Ousadia na estruturação de uma organização política de caráter nacional, na formação de uma frente da esquerda revolucionária, em impulsionar o PT*. Fundo Gilberto Mathias, Arquivo Edgar Leuenroth/ Unicamp, pasta 17. 1979a.

_____. *Elementos de análise da conjuntura e tática*. Fundo Gilberto Mathias, Arquivo Edgar Leuenroth/Unicamp, pasta 17. 1979b.

_____. *Herança do marxismo revolucionário*. Fundo Gilberto Mathias, Arquivo Edgar Leuenroth/Unicamp, pasta 17. 1979c.

_____. *Cadernos Em Tempo: o PT e o partido revolucionário no Brasil*, São Paulo, n. 1, setembro de 1981.

_____. *Cadernos Democracia Socialista: democracia socialista e ditadura do proletariado*. V. I. São Paulo, 1987.

_____. *Uma política internacionalista para o século XXI*. 2006. (mimeo.).

Partido dos Trabalhadores

TESE de Santo André-Lins. In: IX CONGRESSO DOS METALÚRGICOS, MECÂNICOS E ELETRICISTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, Lins, 1979 (mimeo.).

COMISSÃO COORDENADORA PROVISÓRIA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Carta de Princípios*. 1979a (mimeo.).

_____. *Plataforma Política*. 1979b (mimeo.).

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Programa*, 1980a (mimeo.).

_____. *Manifesto*, 1980b (mimeo.).

_____. *Ata do i Encontro Nacional*, 1981a (mimeo.).

_____. *Resoluções da i Convenção Nacional*, 1981b (mimeo.).

_____. *Ata do iii Encontro Nacional*, 1984 (mimeo.).

_____. *Resoluções do Encontro Nacional Extraordinário*, 1985. (mimeo.).

_____. *Ata do iv Encontro Nacional*, 1986 (mimeo.).

_____. *Ata do v Encontro Nacional*, 1987a (mimeo.).

_____. *Resoluções do v Encontro Nacional*, 1987b (mimeo.).

3. Periódicos

Em Tempo

Veja

4. Entrevistas

Joaquim Soriano

Raul Pont

Silvio Caccia-Bava

Thomaz Matta Machado